



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



JOÃO BONFIM CARDOSO CERQUEIRA

**POÇÕES NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA LOCAL NO
ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA**

Vitória da Conquista-Bahia

Março/2025



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



JOÃO BONFIM CARDOSO CERQUEIRA

**POÇÕES NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA LOCAL NO
ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional e Ensino de História – ProfHistória/Uesb, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar

Orientador: Prof^o. Dr. Belarmino de Jesus Souza (UESB)

Vitória da Conquista

Março/2025

FICHA CATALOGRÁFICA

C395p

Cerqueira, João Bonfim Cardoso.

Poções na sala de aula: perspectivas da história local no ensino e
aprendizagem de história / João Bonfim Cardoso Cerqueira, 2025.

162f.

Orientador (a): Dr. Belarmino de Jesus Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de
História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2025.

Inclui referência F. 112 – 114

1. Ensino de História. 2. História local. 3. Arraial dos Poções. 4. Sertão da
Ressaca. I. Souza, Belarmino de Jesus. II. Universidade Estadual do Sudoeste
da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória. III. T.

Catologação na fonte: **Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134**

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

CERQUEIRA, João Bonfim Cardoso. **POÇÕES NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA.** Vitória da Conquista: PROFHistória/UESB, 2025. 162p.

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional e Ensino de História – ProfHistória/Uesb, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar

Orientador: Profº. Dr. Belarmino de Jesus Souza (UESB)

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Profº. Dr. Belarmino de Jesus Souza
UESB - Orientador

Profª. Drª. Maria Cristina Dantas Pina
UESB

ProfªDrª. Lina Maria Brandão Aras
UFBA/UNEB

AGRADECIMENTOS

Desde 1991, depois de prestar o vestibular com o intuito de entrar no curso de Licenciatura em História que tenho mantido uma estreita relação com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Retornei posteriormente para fazer uma especialização em História Social do Trabalho e, mais recentemente, voltei a UESB para cursar o Mestrado Profissional em História, através do ProfHstória. Sempre que chego nesta Universidade para realizar uma seleção ou um curso sou bem recebido, acolhido e, por isso, quero agradecer a esta Instituição e a todos os seus profissionais por terem proporcionado momentos preciosos para minha formação.

Participar da seleção, alcançar aprovação e frequentar o Mestrado em História foi um tanto desafiador diante das obrigações relativas ao ofício de professor com carga horária de 40 horas semanais, manter a luta política num contexto muito delicado de se posicionar e reagir aos ataques e ofensivas da extrema direita e também pelos compromissos e atribuições, enquanto integrante de um governo de coalizão, tendo que responder às demandas e confrontos muito comuns no universo de uma gestão municipal em cidade do interior.

Considerando as questões postas, que acabaram criando em determinados momentos algumas dificuldades para cumprir as atividades previstas nas disciplinas ministradas pelos professores do ProfHstória; quero agradecer a todos pela compreensão e flexibilidade quanto aos prazos e limitações verificadas na produção e apresentação de alguns trabalhos. Meus agradecimentos a Prof^ª. Isnara Pereira Ivo _Teoria da História, a Prof^ª. Maria Cristina Dantas Pina _Hstória do Ensino de História, a Prof^ª Greyce Mayre Bonfim de Souza _História do Impresso, a Prof^ª. Cleide de Lima Chaves _Educação Patrimonial e Ensino de História, ao Prof^º. Ricardo Alexandre Santos de Sousa _Seminário de Pesquisa e ao Prof^º Belarmino de Jesus Sousa _ História Local: Usos e Potencialidades Pedagógicas.

Agradeço também aos meus colegas de curso por partilharmos momentos de debate, aprendizagem e confraternização. Em todas as oportunidades, seja em sala de aula ou nos corredores, no trajeto até o módulo onde as aulas aconteciam e também no Restaurante Universitário, nas aulas de campo e em todos os instantes em que nos encontrávamos, inclusive na cantina, onde a gente tomava aquele cafezinho com pão de queijo e tapioca.

Quero agradecer ao meu colega, Professor Manoel Alex da Silva Sousa, autor da monografia ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no Século XIX, extensivo a Rhanes Souza Alves, que muito contribui na definição do tema, na realização da pesquisa e fundamentação de parte significativa do conteúdo da dissertação e do produto. Também

agradeço ao Professor José Raimundo Fontes, parceiro de luta, pela atenção e cuidado com seus ex-alunos no sentido de incentivar e informar sobre os cursos ofertados e disponibilizar livros que muito me ajudaram no processo de seleção e realização do mestrado.

Nessa jornada do mestrado, a família que é muito importante em nossas vidas, se torna imprescindível diante dos obstáculos que são colocados. Portanto, quero agradecer aos meus filhos Mikhail, Raissa e João Pedro pela preocupação e alerta constante quanto aos prazos e a necessidade de dedicação mais frequente aos estudos, já que, observando meu dia a dia, percebiam que era difícil parar e se concentrar diante de tantas tarefas, programações e demandas que se apresentavam. Agradeço a minha esposa Jacilene, pela companhia e apoio dispensado durante todo o mestrado e, em especial, no momento em que o prazo se tornava exíguo, exigindo dedicação exclusiva; nesse aspecto, ela ajudou muito, criando uma pequena blindagem e provendo para que eu pudesse trabalhar com um pouco de privacidade.

Em especial, quero agradecer ao Professor Belarmino de Jesus Sousa, meu orientador, em razão da compreensão e flexibilidade durante a pesquisa e construção do produto; pela sutileza da cobrança e pelas observações e orientações em cada etapa da dissertação. Agradeço de forma muito especial também a Professora Maria Cistina Dantas Pina, que integrou a banca de qualificação, apresentando importantes observações, sugestões e recomendações no tocante ao conteúdo e formato da dissertação e do produto. Também agradeço a Professora Lina Maria Brandão Aras por suas pontuais colocações, alertas, sugestões e incentivos durante a banca de qualificação.

Enfim, muito obrigado!

RESUMO

Neste trabalho, a história local é concebida como ponto de partida para entender o nacional e o geral. Sinalizamos aqui a relevância e alcance a história local como parte integrante do currículo e programa dos livros didáticos. O debate posto envolve aspectos relacionados ao ensino-aprendizagem de história compreendendo que o estudo do lugar aproxima, contextualiza e imprime maior significado aos conteúdos estudados possibilitando melhor compreender o geral nas particularidades que envolvem as ações humanas em todos os lugares. Os autores estudados e os temas abordados neste trabalho revelam o acúmulo historiográfico disponível na literatura, tratando do local enquanto instrumento que potencializa o saber e descortina a negligência, a indiferença e a omissão no trato para com a história local, indicando que a ausência de material didático, versando sobre a história local não acontece pela inexistência ou pouca oferta de uma historiografia que dê suporte a produção desse dito material; na verdade, a exclusão do local da grade curricular e dos manuais distribuídos pelas instituições governamentais tem muito a ver com o tipo de educação que se deseja ofertar no sentido de manter o modelo de sociedade em vigor e atender ao mercado editorial que acaba exercendo um papel determinante na escolha do livro didático. O produto apresentado tem como objeto trabalhar a história local, discutindo a ocupação, povoamento e confrontos na organização do Arraial dos Poções na segunda metade do século XVIII e século XIX. Ao disponibilizar a dissertação _Poções na sala de aula: perspectivas da História Local no ensino e aprendizagem de história; a partir de então, professores e a comunidade estudantil passa a dispor de um material didático para trabalhar em sala de aula, contando com a possibilidade de ensinar e aprender, mediante conteúdos melhor contextualizados.

Palavras-chave: Ensino de História. História local. Arraial dos Poções. Sertão da Ressaca.

ABSTRACT

In this work, local history is conceived as a starting point for understanding the national and the general. We highlight here the relevance and scope of local history as an integral part of the curriculum and textbook program. The debate involves aspects related to the teaching and learning of history, understanding that the study of the place approximates, contextualizes and gives greater meaning to the studied contents, enabling a better understanding of the general in the particularities that involve human actions in all places. The authors studied and the themes addressed in this work reveal the historiographical accumulation available in the literature, dealing with the place as an instrument that enhances knowledge and reveals the negligence, indifference and omission in the treatment of local history, indicating that the absence of teaching material dealing with local history does not occur due to the non-existence or limited supply of a historiography that supports the production of such material; In fact, the exclusion of the local from the curriculum and manuals distributed by government institutions has a lot to do with the type of education that one wishes to offer in order to maintain the current model of society and meet the needs of the publishing market, which ends up playing a decisive role in the choice of textbook. The objective of the product presented is to work on local history by discussing the occupation, settlement and confrontations in the organization of Arraial dos Poções in the second half of the 18th century and 19th century. By making the dissertation available - Poções in the classroom: perspectives of local history in teaching and learning-learning history; from then on, teachers and the student community has access to teaching material to work with in the classroom, with the possibility of teaching and learning through better contextualized content.

Keywords: TeachingHistory. Local history. Arraial dos Poções. Sertão da Ressaca.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O LOCAL COMO PONTO DE PARTIDA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	18
2.1 A história ensinada e os desafios da história local	18
2.2 Impasses e possibilidades da História Local	26
2.3 História Local e a consciência histórica.....	33
2.4 Professores de História: “mobilização dos saberes que dominam para ensinar os saberes que ensinam”	39
2.5 História Local e o livro didático	44
2.6. Educação patrimonial e história local.....	50
3 POÇÕES: POVOAMENTO, EMANCIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	58
3.1 Uma imagem de Poções no olhar do poeta	59
3.2 Rio São José: povoação e degradação	64
3.3 Escravidão e liberdade no Arraial dos Poções	72
3.4 Arraial dos Poções: contornos da ocupação, povoamento e posse da terra no contexto da colonização.....	80
4 PRODUTO - OCUPAÇÃO, POVOAMENTO E CONFRONTOS NO ARRAIAL DOS POÇÕES.....	99
4.1 Contextualizando	99
4.2 O cordel na sala de aula	101
4.3 Textos-síntese	103
4.4 Lugares de memória	104
4.5 Orientações didáticas e produção de cordéis	105
4.6 Avaliação e culminância	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A-SEQUÊNCIA DIDÁTICA	113

1 INTRODUÇÃO

Adentrar a sala de aula e ensinar história sempre foi um grande desafio. Nesse contexto, podemos perceber os limites impostos já na formação dos professores, na concepção da disciplina, no seu caráter científico e na sua estreita relação com as questões de ordem política, econômica e social em que os diversos grupos sociais estão inseridos, de modo mais evidente no que diz respeito ao lugar onde a vida acontece, seus conflitos, embates e disputas a que são submetidos constantemente para sobreviver. Não tem sido fácil também para os alunos que chegam à escola pública e se deparam com um universo muito novo, às vezes, hostil e, diante do quadro de dificuldades posto, seu desempenho acaba ficando limitado e o horizonte de vida que a escola deveria ajudar a definir vai se distanciando e vindo à tona a indefinição, a indecisão e a falta de perspectiva que desmotiva e amplia os números da evasão, repetência e desilusão com tudo que deveria ser proporcionado durante a escolarização.

Frente a um cenário nada animador, o professor de História precisa encontrar caminhos para não sucumbir e buscar em meio a tantas teorias, receitas, métodos e formas que a literatura oferece; optar por instrumentos que permitam tocar seu ofício e ganhar os estudantes para a causa do saber, procurando no âmbito da interdisciplinaridade o apoio e a logística necessária para tornar o seu fazer pedagógico mais efetivo, mais leve e comprometido com a defesa de uma vida mais digna.

Considerando o contexto de dificuldades em que o professor está inserido, outro problema que se coloca para quem trabalha a disciplina história no município de Poções, cidade do interior da Bahia que fica a 444 km da Capital Salvador e a 64 km de Vitória da Conquista_ terceira maior cidade do Estado, é a ausência de material didático-pedagógico para trabalhar com o alunado, especialmente do Ensino Médio, que trate da história regional e local. Por conta desta lacuna no currículo das escolas da rede municipal que trabalham com o Ensino Fundamental e, mais detidamente, as escolas da rede estadual que lidam com o Ensino Médio, os conteúdos de maior peso na grade curricular se acomodam no ensino de História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea; permeados pela História do Brasil, sem focar ou tocar, ainda que de forma superficial, na história regional e local.

Vale ressaltar que a ausência de material didático que trate da história local e regional não se dá pela ausência de uma produção historiográfica. Tal situação se verifica por conta da imposição curricular que prima por referenciar, reafirmar e disseminar o ideário eurocêntrico como instrumento de controle, poder e dominação de classe, sutilmente presente na grade

curricular trabalhada nas escolas, embora o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) pautar a discussão da História regional e local nas disciplinas eletivas e nos conteúdos curriculares. Portanto, isso, a nosso ver, tem se tornado um problema para os alunos que têm pouco acesso à história do seu lugar e da sua região. Assim, o que poderia se constituir num fator de motivação para o estudo, de modo a conhecer e discutir sua história e sua construção enquanto povo, acaba sendo negligenciado e escamoteado, criando alguns obstáculos para o ensino e aprendizagem da história.

As dificuldades se avolumam e se agravam ainda mais no tocante aos professores que, estando em sala de aula, não conseguem desenvolver um trabalho satisfatório. Seja por falta de opção, por limitações na formação ou por conveniência; muitos acabam imersos no conteúdo eurocêntrico, pensado e formatado de modo mais explícito nos livros didáticos por editores e o mercado editorial que se identificam com o modelo de sociedade em vigor. Assim sendo, esses profissionais têm poucas chances de avançar para discussões mais amplas, significativas dentro de um viés libertador.

Sendo o professor um agente que deve contribuir para que a inclusão aconteça, tendo em vista o exercício da cidadania na perspectiva de mudanças e construção de uma sociedade pautada na garantia incondicional do que evoca a Constituição Federal do Brasil e as declarações de cunho internacional, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos que o país subscreve, é preciso repensar o currículo e o livro didático, tendo em vista constar destes instrumentos delineadores do processo educacional, a história local.

O mais emblemático e curioso e, até mesmo, intrigante, dentro desse modelo educacional; é perceber que a cidade e a sociedade por desconhecimento da sua história tende a não sentir a importância do seu lugar, perde paulatinamente sua identidade pelo vazio de memória e, mais do que isso, desconhece, obscurece, não reconhece, não valoriza e não usufrui do potencial que o município e a região oferecem em vários aspectos, se considerarmos o potencial artístico, cultural, ambiental, turístico, religioso, econômico e esportivo, dentre outros que permeia o ambiente local.

Levando em consideração os questionamentos e reflexões apresentados, eis a questão de pesquisa: Como a história local e regional podem potencializar o trabalho dos professores, envolver e motivar os alunos, preencher o vazio de memória, suscitar o exercício da cidadania, reconhecer o protagonismo do lugar e preencher uma lacuna curricular?

Na perspectiva de responder a esse questionamento, baseado numa experiência de longa data, é prudente fazer uma retrospectiva na seguinte direção. Venho atuando na educação como regente de classe desde 1991, inicialmente, trabalhando com o Ensino

Fundamental e, posteriormente, no Ensino Médio. Nesse último, sempre trabalhei na disciplina História e, possivelmente, dos 34 anos ministrando aulas, acredito que, desses, aproximadamente, 28 anos foram dedicados ao ensino de História na rede pública. Todos esses anos de trabalho foram marcados por uma procura constante no sentido de melhorar o fazer pedagógico e levar aos estudantes uma história carregada de significados e atraente para conhecer, discutir e intervir na perspectiva de construir uma sociedade mais justa.

Para atender as expectativas profissionais e humanitárias, estudei e concluí o curso de licenciatura em História, fiz uma especialização em História Social do Trabalho e, no momento, estou concluindo o Mestrado Profissional através do Programa ProfHistória. Além desses cursos de média duração, também participei de diversos cursos de formação com carga horária bem menor, ofertados pelo Estado da Bahia através da Secretaria de Educação.

Diante dos desafios colocados nos dias atuais, acredito que o ensino precisa ser inovador e os conteúdos precisam ser definidos, considerando o lugar onde a comunidade escolar se encontra inserida. Com essa preocupação e com a experiência desses anos de trabalho, acabei percebendo durante as aulas do mestrado e os estudos realizados, que a história local pode ser um caminho promissor para que o ensino-aprendizagem de História aconteça de forma mais contextualizada, fazendo a interseção do local, nacional e geral, partindo das partes para compreender o todo que envolve a trajetória da humanidade no planeta terra. Considerando todos os aspectos que envolvem o ensino-aprendizagem, durante a construção do Projeto de Pesquisa, ficou evidente que já existe uma historiografia produzida por estudantes universitários de Poções e região, graduados nas mais diversas áreas do conhecimento, em especial nas licenciaturas, especializações e mestrados em História e Geografia, que podem ser trabalhadas e viabilizar a introdução da história local e regional no currículo escolar e preencher uma lacuna existente quanto ao ensino de história nas redes estadual e municipal de educação.

A reflexão e a proposta apresentadas neste trabalho traz no seu bojo questões que estão intrinsecamente relacionadas ao ato de ensinar e aprender, possibilitando olhar para a escola em que o professor fez o Ensino Fundamental e Médio e perceber como a história chegou até este que, agora no presente, atua como educador. Chama à discussão, ainda, o contexto em que se deu a formação acadêmica, envolvendo a graduação, especialização, mestrado e até o doutorado e sinaliza que, apesar de concluída as referidas graduações; a formação continuada deve ser uma constante na vida do professor.

Geralmente, os estudos acadêmicos e os títulos alcançados ajudam muito, porém, não são suficientes para dar conta dos grandes desafios do ato de ensinar e aprender. Por mais que

a vida acadêmica nos dê régua e compasso, traçar as linhas que podem conduzir ao saber é tarefa e experiência que se constrói no dia a dia da sala de aula, no convívio com os alunos, nas vivências partilhadas com os colegas e nas tentativas que apresentam resultados muito positivos e aquelas que fracassam, decepcionam, jogam a gente para baixo, mas, ao final, nos ajudam bastante a fazer e refazer a metodologia e adequar o conteúdo ao ritmo, grau de interesse e possibilidades de aprendizagem dos alunos.

Levar a história local para dentro da sala de aula e discuti-la numa linguagem próxima dos alunos e carregada de significados é o desafio maior deste trabalho, pois os estudos realizados até aqui, tendo em vista verificar como o local está chegando às escolas com base nas produções que fundamentaram as pesquisas trabalhadas e referenciadas mais adiante, revelam que o modo como a história local vem sendo trabalhada, ainda que esporadicamente, não está contribuindo de forma significativa para desenvolver a consciência histórica.

Para melhor pontuar o nosso posicionamento sobre o papel e a importância de se introduzir a história local no currículo e tencionar para que os livros didáticos e paradidáticos sejam escolhidos, considerando uma abordagem sobre essa historiografia, apresentamos e pautamos a seguir os autores, estudiosos e pesquisadores que alçamos à leitura e debate, nos ajudando a traçar as linhas deste trabalho que discute, em potencial, o local como ponto de partida para ensinar e aprender história de forma mais significativa e contextualizada.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo primeiro, discutimos o local como ponto de partida para o ensino de história com foco na história ensinada e os desafios da história local, tendo como base dessa abordagem e reflexão a dissertação de mestrado¹, onde Marciglei Brito Moraes discute a história local e a consciência histórica de alunos da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista_Bahia; destacando que:

A história local é um campo promissor para o ensino de História ao promover uma aprendizagem histórica [...] na qual se integra à discussão aspectos como: a relação micro/macro, o geral e o particular, o coletivo e o individual, o eu e o outro(Moraes, 2016 p. 29).

Tratamos dos impasses e possibilidades da história local, trazendo à baila um rico debate proporcionado pelo historiador português Francisco Ribeiro da Silva em seu artigo História Local: Objetivos, método e fontes, no qual ele afirma, dentre outros posicionamentos que:

¹ A história local e a consciência histórica de alunos da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista-Ba

[...], refira-se mais uma vez a História local na medida em que é a história do contingente, do relativo, do particular, risca das suas pretensões a descoberta da verdade geral e universal e as explicações globais. Por isso, está muito menos sujeita às pressões das Escolas, Partidos e das Ideologias do que a História geral (Silva, 1998, p.389)

Retomando a discussão sobre a consciência histórica, agora numa perspectiva de cunho mais teórico e ideológico, pontuamos o posicionamento de Luís Fernando Cerri sobre o ensino de história e consciência histórica, onde este sinaliza que o professor não é um tradutor do conhecimento acadêmico, mas sim, um intelectual capaz de identificar os quadros de consciência histórica subjacentes aos sujeitos do processo educativo, inclusive, o seu próprio_ e de assessorar a comunidade na compreensão crítica do tempo, da identidade e da ação na história (Cerri, 2011). Ainda nesse mesmo capítulo, tratamos de um debate muito interessante sobre professores de História e a “mobilização dos saberes que dominam para ensinar os saberes que ensinam”, considerando os ensinamentos de Ana Maria Monteiro, no livro “Professores de História Entre Saberes e Práticas”, discutindo alguns aspectos muito relevantes ao focar no fazer do professor e, a partir daí, procurar entender o que acontece na sala de aula que pode determinar se o ensino aprendizagem acontece ou não, onde destaca que:

O professor passou a ser visto como um profissional dotado de razão, que toma decisões, faz julgamentos, no complexo contexto da sala de aula, um autor que pensa, julga. As pesquisas voltaram-se para os processos cognitivos do professor nos diferentes momentos de sua atuação: planejamento, ação, avaliação, reflexão na e sobre a prática (Monteiro, 2010, p.175).

Na abordagem sobre a História Local e o livro didático, pautamos a dissertação de Girleide Barbosa Fontes, intitulada Ensino de História: o currículo, o local e a cultura escolar como elos constituintes. Em sua abordagem no tocante a distribuição dos livros didáticos (Fontes, 2018) destaca que as editoras e autores de coleções se movimentam para que suas obras sejam escolhidas pelos professores em suas respectivas unidades de ensino. No seu entender, a escolha dos livros didáticos tem muito a ver com a capacidade das editoras e de seus autores e/ou representantes interagirem com os profissionais, atuando com um forte esquema de marketing de modo que os professores acabam optando pela obra sem fazer uma análise crítica dos conteúdos e, de forma pontual, o que as obras apresentam sobre a história local.

Sobre a escolha do livro didático de história, Jackson James Debona faz referência ao envolvimento do professor nessa política, desenvolvida pelo governo federal através do

PNLD onde, mesmo sendo chamados a opinar sobre a escolha dos exemplares que previamente foram avaliados e aprovados por especialistas selecionados pelo Ministério da Educação, o grau de envolvimento e motivação para essa etapa importantíssima de escolha do livro que vai chegar às mãos dos estudantes é relativamente negligenciada ou, no mínimo, pouco valorizada por parte de muitos docentes, já que:

Para alguns colegas professores, o importante era escolher o livro didático que tivesse mais atividades e exercícios, outros já falavam em priorizar o que tinha mais conteúdo, outros a coleção mais ilustrada e outros diziam ainda que qualquer um serviria para deixar na prateleira, pois iriam seguir a seleção de conteúdos e exercícios propostos por eles mesmos. O que era para ser um momento de praticar uma análise e uma crítica mais contundente ao processo, os professores se tornaram simples “figurantes”, na escolha do livro didático de história (Debona, 2015, p. 134).

Finalizamos o Capítulo I com uma discussão a respeito da educação patrimonial e história local. Conforme artigo de Simone Scifoni_ onhecer para preservar: uma ideia fora do tempo, ela discute uma tendência metodológica que orientava os estudos e ações educativas no passado e, que, ainda hoje, permeia muitas instituições, reafirmando que, o puro e simples fato de conhecer assegura a preservação ao despertar na sociedade, especialmente, nos estudantes o desejo e o compromisso de preservar a partir do estudo de determinados objetos que foram colocados e revestidos de significados históricos, artísticos e culturais, supostamente presentes e, intimamente, ligados à vida da comunidade. Contrariando essa lógica, ela questiona e argumenta:

Como sentir apego a um patrimônio que foi construído em uma relação burocrática, vertical e autoritária em que a população não foi ouvida e sequer está suficientemente representada? Uma herança imposta que se afirma como memória coletiva, de todos, mas que espelha relações de poder político, econômico, religioso, militar e na qual estão ausentes de representação vários grupos sociais, principalmente os sem-poder, camponeses, operários, ribeirinhos, colonos imigrantes, os trabalhadores negros escravizados e os indígenas. Como é possível, nesse contexto, ter apego a um patrimônio que simboliza, antes de tudo, relações de exploração, opressão e sujeição social (Scifoni, 2019 p. 28).

No segundo capítulo, refletimos sobre o povoamento, emancipação e desenvolvimento de Poções com base na produção historiográfica que trata do município no contexto do Sertão da Ressaca. Para isso, lançamos mão de vários autores que, em seus trabalhos, discorrem sobre aspectos que envolvem a constituição do Arraial dos Poções. Iniciamos falando sobre o artigo de Valéria Lessa Mota, Sombras sobre a cidade, uma leitura de “Poções revisitado: algumas notas”, publicado em Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória

da Conquista, analisando o poema de Ruy Espinheira Filho. Em uma de suas observações, ela aponta que:

O poeta conhece o caráter desumanizador das metrópoles, por isso ele se perturba com a perspectiva de futuro que paira sobre a cidade que revisita, porque sobre ela está, em forma de sombra, a cidade sonhada, antecipada no desejo.

Contudo, sobre a cidade paira sombriamente e, desde a infância do poeta, o emblema da sociedade urbana e industrial, capitalista e de massa, uma vez que Poções da infância já se organizava de modo a excluir e marginalizar alguns membros da comunidade (Mota, 2007, p. 215).

Destacando a importância e a preocupação com o Rio São José que corta o perímetro urbano do município de Poções, buscamos através das autoras Manuela Silva Santana e Valdelice de Jesus Farias, abordagem posta no artigo *Expansão Urbana e Degradação Ambiental do Entorno do Rio São José em Poções_Bahia*, publicado em *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, onde elas discutem a relação desse rio com o povoamento, pontuando a situação degradante em que o rio se encontra.

O Rio São José corta a cidade de Poções em direção sudeste/nordeste, margeado pelos principais bairros do município, principalmente os situados na área central da cidade, funcionando, no perímetro da cidade, como um divisor de zonas urbanas (Santana; Farias, 2007, p.178).

[...]constata-se que a expansão urbana de Poções ocorreu diametralmente e perpendicularmente sobre o Rio São José, o que, de certa forma, o deixou nessa atual condição ambiental, apresentando no perímetro urbano, inexistência de matas ciliares e total precarização de suas águas, as quais tornaram-se escassas e/ou impróprias para o consumo (Santana; Farias, 2007, p.179).

Em outro o artigo de autoria de José Pereira dos Santos - *Escravidão e Liberdade: Alforrias na Vila dos Poções (Bahia, Século XIX)*, publicado em *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista* revela que o Sertão da Ressaca foi cenário de confrontos, acordos e convivência entre indígenas, europeus negros e mestiços, marcando assim a composição da sociedade no Arraial dos Poções e deixa transparecer que a presença do escravo negro africano era força de trabalho que atuava em todos os ramos da produção e que, mesmo diante da crueldade e submissão a que eram submetidos; a resistência e a luta pela liberdade marcam a história desse povo em todo o Brasil, sinalizando que:

Como se sabe, os negros não aceitaram passivamente a condição a que eram submetidos, mesmo que seus protestos sofressem violenta repressão. Muitas vezes os levantes dos escravos eram sufocados antes mesmo do seu início, justamente porque nas fazendas existiam negros de diversas regiões

africanas, de várias tribos com culturas, religiões, línguas dentre outras características inteiramente diferentes (Santos, 2007, p.158).

Um dos mais importantes trabalhos que procura elucidar os meandros em que se deu a formação de Poções se encontra na pesquisa realizada por Manoel Alex da Silva Sousa e Rhanes Souza Alves (2002), intitulada *Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX*, trabalho monográfico relativo à conclusão do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

No referido trabalho, resultado de uma análise criteriosa de vasta documentação a que tiveram acesso, os autores conseguiram revelar nuances da nossa história e confrontar opiniões, até então, consolidadas no seio da sociedade e, ao mesmo tempo, deixar em aberto algumas questões que exigem uma investigação mais detida, pois, considerando o objeto estabelecido como premissa da investigação, o tempo e mesmo o pouco acesso aos documentos afins, não lhes permitiram avançar, ficando algumas lacunas que possivelmente novos estudos poderão sanar. Discutindo esse aspecto, esclarece que:

A mineração teve seu destaque, por vislumbrar os olhos dos colonizadores, mas foram poucas as áreas mineradoras e elas entraram em decadência; a pecuária, ao contrário, ocupou grandes extensões de terras interioranas, dando “ao homem colonial a noção de valor econômico das áreas que não apresentavam riquezas minerais e que não prestavam à lavoura comercial” (Souza; Alves, 2002, p.23).

[...], possivelmente, a ocupação dessa região deve ter antecedido um pouco a própria região do Arraial da Conquista, e os primeiros moradores do Arraial dos Poções podem ter se estabelecido, momentos antes daquela localidade, pois, conforme os registros dos testamentos de Manoel Gonçalves da Costa, filho de João Gonçalves e Josefa, o mesmo é natural do Arraial dos Poções, como também Bernardo Gonçalves da Costa, filho de Timotheo Gonçalves da Costa e Rita Maria da Conceição; e, segundo consta, esta é a única localidade da região que pode ter havido exploração de ouro, minério que atraía para junto de si os colonizadores (Souza; Alves, 2002, p.32-33).

No terceiro capítulo, o relato se concentra no produto tendo como temática; Ocupação, povoamento e confrontos na organização do Arraial dos Poções, onde apresentamos uma contextualização, comentando a opção por uma sequência-didática como instrumento de intervenção no sentido de contribuir para melhorar a qualidade do ensino, em especial na disciplina história, introduzindo o local para mediar o estudo sobre a trajetória dos povos em âmbito nacional e geral, considerando como ponto de partida o território onde o município de Poções está inserido, no caso o Sertão da Ressaca.

Neste capítulo, narramos em linhas gerais os tópicos e textos relativos à história local que serão objeto de discussão, os lugares de memória que devem ser visitados e estudados e

que guardam uma forte relação com a temática e o material que será disponibilizado: roteiros, imagens, mapas, recortes, dentre outros que serão inseridos de acordo com a realidade e necessidade que as turmas sinalizarem durante os estudos.

Abordamos também a proposta relativa ao trabalho com cordel na sala de aula, inclusive, sugere a produção de cordéis por parte dos alunos durante os estudos e como recurso pedagógico a ser compatibilizado pelo professor. Os textos-síntese, inseridos como parte integrante do material disponibilizado; se constituem em principais fontes de estudo para inteirar sobre a proposta que será desenvolvida, compreender a temática e obter informações que possibilite uma leitura e análise dos espaços de memória e sua relação com o tema estudado, estabelecendo conexão entre o passado e o presente para que a proposta de estudo possa envolver e motivar, discutindo conteúdos revestidos de significados.

No capítulo em questão, é apresentado às orientações didáticas que vão indicar os caminhos a serem percorridos para colocar em prática o instrumento mediador do conhecimento de modo que os alunos tenham clareza dos objetivos, das tarefas a serem realizadas em sala de aula, do trabalho de campo, dos recursos necessários para desenvolver as atividades e cientes da programação que esclarece e orienta quanto à execução, indicando o começo, meio e fim.

Dentre as informações contidas no referido capítulo, destaca-se a culminância e avaliação. Sobre a primeira, está sendo sugerido que seja realizada no colégio, com data previamente marcada, constando de uma programação diversa, que deve ser realizada em um período do dia. Se for pela manhã, utilizar-se-á todo o período depois do intervalo, se optar pela tarde deve acontecer logo após o almoço e encerrar no intervalo.

Dentro do previsto, vamos realizar um sarau de cordéis, mostra de cordéis e apresentações intercalando músicas e danças características do Nordeste. No tocante à fundamentação que orienta a opção pelo produto no formato apresentado, entra como destaque as contribuições de Robert Darnton na obra *Edição e Sedição*, 1992; que apresenta um estudo esclarecedor sobre a literatura clandestina, a condição do vendedor ambulante e destaca a importância desses escritos na formação da opinião de parcela significativa da sociedade que, inclusive, pode ter subsidiado muitos eventos revolucionários no curso da história, de modo especial na França.

Outra obra acessada durante os estudos foi *Antologia dos Folhetos de Cordel*_ amor, história e luta de Márcia Abreu, 2005. Ela apresenta vários autores cordelistas que cantam a vida em versos; fazendo humor, discutindo fatos, informando e repercutindo a cultura popular em seus trabalhos. Também de autoria de Márcia Abreu *História de Cordéis e Folhetos*,

2006, apresenta uma discussão que nos remete a natureza da literatura de cordel nordestina, fazendo uma analogia com a produção de cordel de matriz portuguesa, colocando em questão de onde vem a influência que, ao longo do tempo tem inspirado trovadores e escritores do Nordeste.

Sobre o cordel na sala de aula, a tese do professor e pesquisador Ary Leonan Lima Santos (2018), *Utilização do cordel como ferramenta para o ensino de História: conceitos, repertórios e experiências*, é possível perceber o alcance que a literatura de cordel tem no Brasil, especialmente no Nordeste, mas, ainda assim, nós, professores, em especial, da área de humanas, ainda não nos atentamos para a viabilidade dessa ferramenta no ensino de história.

Ao final, e na condição de anexo, apresentamos na íntegra a sequência-didática que deve ser desenvolvida pelos alunos sob a coordenação do professor, contando com o apoio da direção e demais professores que possam se integrar à proposta durante o processo de apresentação, discussão, planejamento e aplicação.

2 O LOCAL COMO PONTO DE PARTIDA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

2.1 A história ensinada e os desafios da história local

Adentrando a sala de aula, iniciando assim a carreira de professor, o pontapé inicial foi ministrar aulas em turmas do Ensino Fundamental I, da 1ª a 4ª série. Na época, nos idos de 1991, a gente trabalhava com uma única turma e lecionava todas as disciplinas. Minha primeira experiência em sala de aula como professor efetivo aconteceu no Colégio Estadual Eurides Santana, localizado no Bairro Santa Rita no município de Poções, Bahia. Antes, porém, além de obter aprovação no concurso público para professor de nível 1 da rede estadual, também fui aprovado no vestibular da UESB para cursar História.

O fato de estar fazendo um curso universitário na UESB acabou abrindo espaço para lecionar mais 20 horas no Colégio Estadual Dr. Roberto Santos na condição de horas extras, também em Poções. Neste caso, passei a ministrar aulas de História para turmas do ensino Ensino Fundamental II, da 5ª até a 8ª série na época. Tempos depois, comecei a trabalhar com o Ensino Médio, inclusive, ministrando aulas para as turmas do curso de Magistério que, na ocasião, era ofertado para formação de professores de nível 1.

Nos tempos de estudante, nos anos 70, 80 e 90, após concluir o ensino primário e colegial_ 1ª a 4ª e da 5ª a 8ª séries, respectivamente_ hoje fundamental I e II, iniciei o curso técnico em contabilidade. Concluído o curso técnico, ingressei no curso de Magistério, na ocasião, ofertado pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), identificado localmente com a alcunha de Centro Educacional de Poções.

Durante os estudos no Ensino Fundamental e Médio, inclusive, o curso de formação de professores, a disciplina História, que, durante um bom tempo, foi adensada com Geografia, compondo os Estudos Sociais, era ministrada no formato tradicional e marcada pela linearidade cronológica, com preponderância de datas, fatos e nomes. Nesse tempo de estudante, decorar era a tônica para alcançar um bom desempenho nas provas.

Tempos depois, consegui aprovação no vestibular e iniciar o curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) foi um dos momentos da vida marcado por muitas dificuldades. Trabalhar e estudar exige um grande esforço e, morando em outra cidade, fica mais desafiador ainda. Pegar ônibus todo dia de Poções para Conquista, descer no Tigrão e ir a pé até o Centro, pegar o coletivo até a universidade, estudar das 19h às 22h30min., pegar um coletivo de volta para o terminal e outro para a Rodoviária de Vitória da Conquista e, depois de uma relativa espera, embarcar no ônibus de volta para

Poções, descer e atravessar a cidade a pé e chegar em casa por volta de meia noite a 1h30min. da manhã e acordar às 6h para ministrar aulas no Colégio Estadual supracitado. Durante um bom tempo, essa foi a rotina para concluir a Licenciatura em História.

Os anos que passei estudando História na UESB foram decisivos na minha vida. No início, você fica meio perdido, mas, aos poucos vai se encontrando e as coisas vão se ajustando. O Curso de História era marcado por muita leitura, trabalhos, seminários, encontros e muitos eventos promovidos pela instituição de ensino. As marcas e afinidades com o curso de História ficaram tão evidentes em minha trajetória de estudante e professor que, alguns anos depois; acabei retornando à UESB para fazer uma especialização em História Social do Trabalho por um período de dois anos.

Durante, e ao final do curso de licenciatura e da especialização, nós, formandos, saíamos cheios de ideias e levando na bagagem muitos conhecimentos; inclusive, voltados para o ensino-aprendizagem, mediante a oferta de algumas disciplinas que tratavam mais detidamente desta temática. Entretanto, ao concluir os estudos e pegar o diploma, ainda restavam muitas lacunas a serem preenchidas sobre como ensinar, o que ensinar, como avaliar e o que avaliar. Portanto, os seis anos ou mais de estudos no ambiente universitário não foram suficientes para discutir, aprofundar, avaliar, reavaliar, adotar a metodologia necessária, selecionar o conteúdo e a forma que pudesse nos apartar do modelo tradicional presente no ensino de história, ainda em voga, na condição de estudante e de professor.

Abordar um pouco da trajetória de estudante e professor de História tem a intenção de estabelecer um diálogo sobre como nós, profissionais da Educação, estamos ministrando nossas aulas e como o conteúdo apresentado está chegando até nossos alunos. O que de fato está ficando e até que ponto os ensinamentos estão contribuindo para que os jovens estudantes se apropriem do saber histórico, façam as intervenções necessárias nos espaços em que estão inseridos e contribuam para que as mudanças efetivas aconteçam.

Considerando as questões postas e debruçando, por recomendação da banca de qualificação, sobre a dissertação de Marciglei Brito Morais: *A história local e a consciência histórica de alunos da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista – BA*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia_PPGED/UESB, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação, as ideias começaram a fluir e muitas reflexões começaram a fervilhar.

A partir da leitura desse material, produzido com base no trabalho de pesquisa realizado com a turma do 9º ano da escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire (CMEPPF), localizada no Município de Vitória da Conquista, na Região Sudoeste do

Estado da Bahia, integrando a Rede Municipal de Ensino Público, deu para perceber que, ainda permanecem muitas lacunas e fragmentação no processo ensino-aprendizagem no tocante à história local e a consciência histórica. Portanto, diante das constatações e, baseado no debate que permeia a dissertação em pauta, o desafio de ensinar e aprender permanece e exige um fazer e refazer bastante complexo.

O trabalho de pesquisa desenvolvido acabou revelando também como os estudantes manifestavam os saberes relativos à história da cidade e como articulavam esse saber com a história geral e seu cotidiano, inclusive como estes lidavam com as dimensões temporais e, até que ponto, a história local estava presente no currículo prescrito e no currículo real da sala de aula.

O estudo em questão também permitiu verificar os desafios que os professores vivenciam a partir do que foi posto na fala da professora da turma, sinalizando as dificuldades em manejar o currículo a partir do plano de curso e inserir a história local como parte do programa, já que, tal situação, só se verifica em momentos pontuais do ano letivo, geralmente, em datas comemorativas, utilizando-se como referência principal, texto divulgado em um site da Prefeitura, demonstrando muita fragmentação e pouca articulação entre o local, o geral e o vivenciado.

Para ilustrar alguns aspectos relativos às dificuldades que se apresentaram no trabalho de pesquisa no que se refere ao posicionamento dos alunos e a reflexão da professora e da direção sobre o ensino de história, discutindo a história local e o desenvolvimento da consciência histórica, é plausível trazer à baila e comentar alguns fragmentos postos por (Morais, 2016) em sua dissertação acerca do que foi revelado pelos questionários aplicados na turma do 9º ano do Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire (CMEPPF), da rede municipal de Vitória da Conquista.

Em se tratando da articulação entre o passado com a realidade vivida pelo aluno, ficam evidentes alguns aspectos condicionantes para que o aprendizado aconteça, de modo que o conteúdo estudado/pesquisado e o vivenciado se entrelacem, gerando reflexões e posicionamentos perante a realidade. Vejamos então o teor da argumentação:

Compreendemos que nem tudo que se estuda na história é passível de articulação com o presente, de forma que questionamentos sejam produzidos a partir da realidade vivida pelo aluno e lançados ao passado em busca de respostas. Contudo, mesmo nestes casos, é preciso estabelecer questões norteadoras e desafios que mobilizem o raciocínio histórico do aluno de forma que o estudo realizado promova uma aprendizagem histórica significativa (Morais, 2016, p.98)

Ao discutir o processo ensino aprendizagem constata-se que o modelo expositivo tradicional ainda vigora e, que, tal situação, revela fragilidades no acesso ao saber mesmo adotando uma metodologia que prima pela problematização, estabelecendo uma íntima relação com a realidade na qual se encontra, criando condições para que a aprendizagem histórica aconteça e promova as mudanças que o lugar onde convive grita, ainda assim, as limitações permanecem, conforme expõe a seguir:

Pensar nas fragilidades do processo de ensino-aprendizagem da História nos auxilia a tecer algumas considerações a este respeito. Ainda prevalece no ensino um modelo expositivo tradicional em que aluno é posicionado como receptor de um conhecimento transmitido pelo professor. Mesmo que este conhecimento seja problematizado, a articulação com as ideias prévias e com instrumentos que possibilitem o desenvolvimento de uma cognição histórica não se concretiza, sendo as informações captadas nas aulas descartadas pelo aluno, pois carecem de sentido e de uma elaboração própria que torne este conhecimento significativo (Morais, 2016, p.98).

Diante do quadro exposto, alusivo à aprendizagem histórica almejada, é sinalizado um caminho que, diante das condições em que o professor atua, fica um tanto difícil exercitar a formulação ventilada a seguir. Para superar o modelo expositivo tradicional, enraizado no fazer pedagógico do professor, não basta apenas a formação continuada, é preciso algo mais, ainda assim, a proposta aventada merece atenção e destaque e pode ajudar na reflexão e alterações no exercício do saber em sala de aula. Eis a reflexão e proposição, tendo como base as ideias de Barca, 2004:

Ao propor uma estrutura de aula que ultrapasse o modelo expositivo ou expositivo problematizado, Isabel Barca (2004) destaca que o professor precisa aprender e buscar interpretar o universo conceitual que os alunos apresentam e se situam, sem o intuito de estabelecer julgamentos ou classificações do que será evidenciado, mas com o objetivo de reunir instrumentos que os auxiliem a reorientar os conceitos que carecem de fundamentação, apresentam informações equivocadas ou fragilidades estruturais (Morais, 2016, p.98).

Dentro desse ideário propositivo, me parece que a aula-oficina bem planejada, fundamentada e alicerçada com recursos pedagógicos inovadores, pode ser um caminho a trilhar para pautar a história local e construir uma ponte, de modo que o aluno possa se situar, absolver os conceitos, confrontar pensamentos e pouco a pouco ir construindo a consciência histórica em foco. Nesse sentido, o argumento tem a seguinte direção:

O modelo de aula-oficina desenvolvido por Barca destaca exatamente este aspecto. É pensando no ensino de História que a autora sintetiza como instrumentos essenciais: a capacidade de realizar a leitura de fontes históricas diversificadas; o confronto entre essas fontes a partir de conceitos históricos; uma compreensão contextualizada das experiências humanas e sociais em diferentes tempos e espaços; a capacidade de estabelecer relações deste passado com o presente, perspectivando o futuro e lançando novos problemas a serem investigados; e a capacidade de expressar as interpretações e compreensões nas diferentes formas de comunicação (Morais, 2016, p.98,99).

Pautando o currículo em paralelo com o ensino de história local, discutindo as etapas finais do Ensino Fundamental e também do Ensino Médio, percebe-se o apontamento de um distanciamento significativo, inclusive, nos manuais e livros didáticos recomendados pelo programa nacional do livro didático (PNLD), promovendo assim um estudo de história marcado pela falta de sentido para os estudantes, alargando o fosso entre a História ensinada e a realidade vivenciada, conforme disposto a seguir:

Apesar dos estudos enfatizarem as inúmeras contribuições do ensino da história local para formação de sujeitos históricos no contexto escolar, é notório que o trabalho desta abordagem não é potencializado, sendo distanciado do currículo dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o que também é perceptível nos manuais e livros didáticos utilizados nestes períodos. Conforme Santos (2014, p.15), o que acaba por ocorrer nesta etapa da educação básica é o ensino de um passado “uniformizado a fim de estabelecer um parâmetro do desenvolvimento humano desde a antiguidade até os dias atuais”, o que resulta em um estudo da História que “carece para maior parte dos estudantes de um sentido”. Assim, há um distanciamento entre a História ensinada, a realidade que é vivenciada pelos alunos e os conteúdos trabalhados, de forma que estes permanecem na condição de receptor deste conhecimento, sem desenvolver a instrumentalização necessária para tornar essa experiência significativa (Morais, 2016, p.28).

Em se tratando da história local é preciso enfatizar sua viabilidade na perspectiva da aprendizagem histórica, sendo uma alternativa de aproximação entre o local, o nacional e o geral, ladeado pela forte significância dos conteúdos trabalhados, entrelaçando os saberes e disseminando o pensamento crítico, tendo como horizonte uma intervenção consciente e eficiente no contexto em que está inserido socialmente. Nessa direção, afirma-se:

A história local é um campo promissor para o ensino de História ao promover uma aprendizagem histórica que esteja menos focada nas dimensões espaciais, mas numa dimensão epistemológica, na qual se integra

à discussão aspectos como: a relação micro/macro, o geral e o particular, o coletivo e o individual, o eu e o outro (Morais, 2016 p.29).

Um aspecto muito interessante que aparece no contexto da dissertação de (Morais, 2016), foi a capacidade de perceber durante a realização da pesquisa que, mesmo diante da ausência nos currículos dos anos finais do Ensino Fundamental, ainda assim, a história local acontece nas escolas da rede municipal de Vitória da Conquista de forma esporádica e, em especial, nos momentos festivos e datas comemorativas do calendário da cidade, colocando os estudantes em alguns momentos para observar e refletir sobre o lugar onde vivem. Essa constatação coloca uma questão muito pertinente que é verificar como esse conteúdo no âmbito local está chegando aos alunos e de que forma está sendo apreendido, considerando a fragmentação e, até que ponto, os objetivos estão sendo alcançados. Trata-se de um ponto central do estudo realizado, conforme apontamento a seguir:

No entanto, a ausência nos currículos dos anos finais do Ensino Fundamental não significa que ela não seja ensinada. É nesse ponto que localizamos o nosso estudo. Ela ocorre como um parêntese que se abre na proposta em virtude de comemorações de datas festivas e projetos. Há uma necessidade de problematizar essas questões que envolvem o ensino da história local como o currículo, as fontes de estudo, a produção historiográfica, mas também de refletir sobre o que é aprendido pelos alunos quando inserimos a abordagem local em momentos pontuais, de forma fragmentada e sem diversificar as fontes, a fim de perceber que objetivos estão sendo concretizados (Morais, 2016 p.48).

O estudo realizado e em discussão tem como horizonte verificar se o trabalho com história local promove o desenvolvimento da consciência histórica. Diante do que foi até aqui exposto, parece que o formato como a história local vem sendo inserida na rotina escolar não potencializa o estudo do lugar nas conclusões finais da pesquisa. Essa questão posta vai de encontro ao que vem sendo postulado diante dos questionários aplicados, das respostas obtidas e da análise realizada. Dito isso, ainda assim, o olhar atento da pesquisa e o rigor metodológico presente no estudo, deixa patente a necessidade de um aprofundamento maior para de fato consolidar as premissas apresentadas e aqui sinalizadas, a saber:

Nessa esteira, torna-se imprescindível refletir sobre o que se ensina, o que se aprende no contexto da sala de aula e qual o sentido do que se aprende para a vida prática do aluno. Fonseca (2003) afirma que é preciso retomar a questão do papel formativo do ensino de história para, ao pensar a possibilidade educativa, compreender a sua importância na formação da consciência histórica do homem, que pressupõe a capacidade de orientação para os problemas da vida prática, do “eu” no “mundo” (Morais, 2016, p.48).

Na medida em que o estudo vai se afunilando, a pesquisa vai revelando o descaminho do trabalho pedagógico, apontando a necessidade de orientação metodológica, de mais vivências no âmbito da história local, uma estrutura material mais robusta e, até mesmo, uma definição no arcabouço da legislação pertinente. Sem isso e algo mais, o esforço empreendido por todos os atores envolvidos se torna uma reprodução de materiais que não promove uma reflexão sólida e engajada, de modo a construir significados para quem propõe/expõe, quem ouve e quem realiza as tarefas na perspectiva de consolidar o saber histórico dentro de um campo de observação e reflexão mais amplo, marcado por um forte vínculo com a realidade em que os estudantes estão submetidos. Na abordagem a seguir, fica bem evidente que o desconhecimento sobre a história local é muito revelador:

A tarefa reprodutiva desses materiais de pesquisa não implica numa aprendizagem significativa. As informações transcritas ou decoradas preenchem uma demanda apresentada pelo professor, mas não se constitui enquanto experiência interpretativa que leva à aquisição de um saber próprio e elaborado pelo aluno. A forma como a temática local está sendo inserida na sala de aula promove uma lacuna em que a reprodução do discurso colonizador e dos mitos de fundação não são sedimentados como previstos nas motivações iniciais deste estudo, mas também não há uma construção interpretativa deste período histórico de forma que o aluno pense a sua realidade numa perspectiva histórica, inclusive se apropriando do conhecimento de outros personagens ou sujeitos desta história. O que as narrativas apontam é um desconhecimento considerável acerca da história local (Morais, 2016, p.106).

Ao tabular os dados oriundos dos questionários aplicados durante o estudo, ficou mais ou menos implícito que, o mesmo desconhecimento em relação à história local não se verifica no que concerne à história do Brasil. Tal situação nos leva crer na seguinte possibilidade: o tratamento do conteúdo relativo à história do Brasil acompanha os estudantes durante toda vida escolar e mesmo durante o Ensino Médio é frequente retomarmos aspectos da história do Brasil. No caso da história local, trabalhada eventualmente, diante de um calendário e cronograma marcado por entraves e alterações, como aparece na fala da professora e da direção, coloca a história local como algo irrelevante e, por essa razão, talvez os estudantes do 9º ano, objeto deste estudo, não tenha muito para dizer sobre o lugar onde vivem e estabelecer conexões entre o saber histórico regional, nacional e geral, que a historiografia tem disponibilizado com uma oferta significativa. Nesse sentido, fica evidenciado que:

Pensando neste desconhecimento, observamos que ao se referir à temática local os alunos não articulam conceitos históricos como conseguem apresentar quando descrevem sobre a História do Brasil. A limitação neste aspecto é muito mais considerável, sendo as ideias de mudança e desenvolvimento as únicas perceptíveis em duas narrativas apresentadas (Morais, 2016, p.106).

Concluindo os destaques sobre a pesquisa relativa à história local e a construção da consciência histórica, algo apareceu de forma surpreendente nas respostas que os alunos do 9º ano do Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire (CMEPPF), da rede municipal de Vitória da Conquista. O mais provável e previsível não apareceu nas devolutivas dos alunos no tocante às narrativas, quando provocados a opinar sobre as figuras proeminentes no que se refere à presença do colonizador no Sertão da Ressaca. Vejamos então o que muito surpreendeu no decorrer da pesquisa em questão:

Uma observação importante foi à ausência da figura de João Gonçalves da Costa, que geralmente aparece nas narrativas dos alunos, quando são orientados a realizar pesquisas acerca da temática local. Responsável por conduzir as incursões portuguesas no interior da Bahia, sua imagem está associada à fundação da cidade e a adjetivos que exaltam sua bravura e violência no enfrentamento das populações indígenas (Morais, 2016, p.105).

Ao abordar que os alunos do 9º ano não fizeram qualquer menção ao maior expoente da literatura que trata das origens de Vitória da Conquista, Moraes (2016) insere um relato que expõe de forma muita clara a blindagem dos colonizadores em vários contextos historiográficos. Entretanto, analisando os discursos e narrativas sobre o processo de colonização do Planalto da Conquista, também denominado Sertão da Ressaca, é muito interessante e merece destaque, a argumentação posta sobre alguns personagens de destaques que povoam o imaginário popular, fruto das incursões portuguesas no interior da Bahia, apesar de não estar muito evidente na memória dos estudantes, conforme já mencionamos, é necessário ressaltar que:

Para justificar esse poder e a posse das terras sertanejas da Ressaca, bem como os violentos combates contra os índios, foram forjadas memórias em torno dos sertanistas João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. Essas memórias misturaram-se aos mitos transmitidos pela oralidade e compuseram as páginas da história oficial da Cidade de Vitória da Conquista. Os seus autores, mesmo utilizando-se de documentos da época como base das suas interpretações, esforçaram-se para construir e manter viva a boa imagem dos fundadores da localidade (Oliveira, 2012, p.33).

Trabalhar a história local articulada com a nacional e geral requer um esforço coletivo que envolve professores, direção, alunos e uma estrutura no contexto escolar que possa viabilizar deslocamentos, instrumentos e, sobretudo, um trabalho interdisciplinar capaz de mobilizar toda comunidade escolar para apoiar e desenvolver as atividades propostas no plano de curso.

Mesmo a legislação não contemplando, as reflexões postas pela autora apontam que, se os atores envolvidos no processo educacional acreditarem e avalizarem, é possível, através da história local, construir conexões em torno de um currículo vinculado à realidade vivida, que ganhe os estudantes para a causa, apresentando conteúdos significativos e abrangentes. E, assim, forjar um pensamento crítico, promotor de mudanças, oportunidades, inclusão, tolerância e convivência com as diferenças e divergências; procurando cultivar a civilidade, humanidade e os princípios democráticos, enquanto valores estruturantes de uma sociedade.

2.2 Impasses e possibilidades da História Local

Lidar com o local é desafiador por diversas razões. Em princípio existe a preocupação de que boa parte da historiografia de perfil local produzida na Europa e no Brasil tem sido obra de memorialistas e, por conta disso, são muitas as críticas e restrições a tal ponto que, os autores da história local acabam sendo tratados como amadores ou, na melhor das hipóteses como escritores de corografias² e, mesmo assim, essa terminologia vem carregada de restrições pejorativas desqualificando o trabalho de pesquisa, catalogação e produção daqueles que, mesmo não frequentando ou não estando na academia dedicaram e dedicam

²Com efeito, a corografia apresentava-se como descrição geográfica e narrativa histórica de país, região ou de considerável porção territorial. Exemplos de corografia nacional podem ser apontados: aquela do Presbítero Secular do Gram Priorado do Crato, já mencionada, Noções de Corografia do Brasil, de Joaquim Manoel de Macedo e Ensaio Corográfico do Império do Brasil, de A.J. de Melo Moraes e Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Regionalmente, há a Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837), de Raimundo José da Cunha Matos e o Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, de Antonio Ladislau Monteiro Baena, dentre outras. Referentes a municípios, temos as corografias escritas por Tranquilino Leovigildo Torres e aquelas redigidas por Antonino Neves, que se situam num conjunto de muitas obras do gênero. Medeiros, Ruy Hermann Araújo. **História Local e Memória: Limites e Validade** (Portuguese Edition) . Librum Editora. Edição do Kindle.

parte significativa de suas vidas em pesquisar ou registrar os relatos de pessoas da comunidade e suas próprias vivências e experiência de âmbito local.

O historiador português Francisco Ribeiro da Silva ao discorrer sobre o local e regional em seu artigo *História Local: Objetivos, método e fontes*; procura argumentar em defesa da história local referenciando-a num forte sentimento de amor à terra que geralmente se manifesta na maioria das pessoas ao se reportarem ao lugar onde nasceu, cresceu, viveu. E, mesmo estando distante da terra natal, ainda assim, é quase impossível esconder ou dissimular o envolvimento afetivo e romantizado quando nos pegamos envoltos em lembranças e conversas que nos remetem ao nosso lugar de origem, quer seja um pequeno distrito, fazenda, vilarejo ou cidade. Portanto, não dá para negar o forte vínculo que nos prende ao lugar onde estão nossas raízes.

Mas, apesar de elucubrar que o amor à terra por si só é uma boa razão para pautar e evidenciar o estudo da história local, o autor sabe que não é o bastante para encarar o embate intelectual que envolve a questão. Então, ele vai mais adiante apresentando alguns elementos que permeiam a discussão sobre a história local, pontuando os aspectos que são apresentados como limitações e impasses a essa modalidade de estudo, pesquisa e ensino, bem como os fatores que justificam e, por sua vez, revelam a importância do ensino de história local como ponto alto para compreensão da história nacional e geral.

Ao responder seu próprio questionamento, o autor, no tocante ao porquê e para quê trabalhar a história local e regional, o primeiro argumento que se revela muito romântico, aponta na seguinte direção:

Poderíamos responder de imediato que a História visa o Homem e que a vida de cada homem se desenvolve nos pequenos espaços. É neles que cada um se insere e se realiza, integrado numa família e numa comunidade, comunidade que é simultaneamente resultado e fatora do mundo. Por isso o amor à terra pode constituir uma boa razão para a História Local, porque o amor é mais perfeito e mais forte quando se apoia no conhecimento. Quem conhece a História da sua terra pode amá-la com mais consciência (Silva, 1998, p. 383).

Entretanto, o próprio autor percebe que uma justificativa meramente romântica e mesmo marcada pelo pertencimento que de fato ajuda entender, interpretar e discorrer sobre a história do lugar, não é o bastante para que a história local seja alçada à condição de conhecimento capaz de revelar detalhes e esclarecer pontos que a história geral não consegue alcançar e, mesmo alcançando, não consegue detalhar, entender e entrelaçar o local, o nacional e o geral. Ciente de que o amor a terra não é o bastante para convencer e alavancar o

estudo e o ensino de história a partir do local, o autor faz a seguinte referência: “Mas esta resposta deixa-nos porventura insatisfeitos porque não ultrapassa o tal horizonte aparentemente limitado que é o do nosso pequeno mundo. Olhemos então o mais largo”(Silva, 1998, p.383).

Olhando para o mais largo do ponto de vista historiográfico, ao tratar da justificação da história local, Francisco Ribeiro da Silva afirma com todas as letras que o conhecimento do local é indispensável para construção da história nacional. Na sua argumentação insiste em frisar que conhecer a história local é primordial para construir a história nacional e, que, para isso, não deve partir apenas das capitais ou grandes cidades, mas, sim, das ilhas, vilas e lugares, aparentemente sem expressão nacional ou que desperte pouca importância demográfica, econômica, política e cultural. No seu entender, para poder interpretar com fidelidade o pensar, o sentir e o viver de um povo é preciso dedicar à história local sem menosprezar os espaços aparentemente irrelevantes. Para ilustrar sua visão ele destaca que:

Quando nos propomos reconstruir a História da Revolução do 1º de Dezembro, embora a conspiração tenha eclodido em Lisboa, se não estudarmos a recepção que a conjura colheu no reino, estaremos longe de fazer história nacional. Do mesmo modo, falando da Revolução Liberal não podemos ficar pela descrição do golpe de 24 de Agosto de 1820 na cidade do Porto. No entanto, esses acontecimentos vividos nas duas cidades, pertencendo a história de cada uma delas, fazem parte da História Nacional. Mas, por outro lado, a história nacional desses eventos ficaria incompleta sem a observação da vivência desses acontecimentos nas ilhas açorianas (Silva, 1998, p. 383).

Ao discutir os problemas e dificuldades que envolvem a história local Silva (1998), nos traz uma reflexão muito oportuna, pois, de fato, aqueles que se aventuram em escrever a história local na sua maior parte são pessoas curiosas, sem escola, sem formação universitária ou com formação universitária não específica. Nesse contexto, a história local encontra grande obstáculo para ser reconhecida e prestigiada como um conhecimento capaz de fazer as ligações e interlocuções necessárias para elucidar as lacunas presentes na história geral. Ao se referir aos que se dedicam a produção da história local, apesar da discriminação ainda presente no meio acadêmico e intelectual, sua referência e deferência a quem se arisca a escrita da história no âmbito da sua localidade revela um olhar generoso para o papel e a significância dessas ilustres figuras, muitas vezes anônimas como reporta a seguir:

Sobre isto direi, que efectivamente muitas páginas de história local são escritas por não profissionais, que fazem da investigação histórica um passatempo delicioso, sem outra vantagem para além do prazer que essa actividade lhes proporciona. São padres, professores, funcionários de

bibliotecas ou de arquivos, médicos, reformados de diversas profissões, etc. Que valor têm esses trabalhos? É preciso saber distinguir e não meter tudo no mesmo saco. Todos nós conhecemos Autores credíveis, uns defuntos outros vivos, que ou não possuem formação universitária ou concluíram cursos que pouco ou nada têm a ver com a História. E todos nós que prezamos a história local, sabemos que devemos muito a alguns desses beneméritos, dedicados e, às vezes anônimos cavouqueiros. Aliás, de muitos as obras ficaram inéditas e jazem nas Bibliotecas e Arquivos à espera de alguém que as queiram exumar e dar a conhecer. Quem frequenta a Biblioteca Pública Municipal do Porto sabe que há por ali vários inéditos com muito interesse que, aliás, a mesma Biblioteca vem publicando (Silva, 1998, p.384).

Outro entrave, apontado por Silva (1998) ao reconhecimento, valorização e maior visibilidade para a história local reside na dificuldade de publicação de todo material produzido, sendo objeto de recusa por parte das editoras que ainda não conseguem vislumbrar o potencial de mercado que o local pode proporcionar, apesar de algumas obras publicadas terem se revelado promissoras diante da qualidade verificada e da receptividade do público, conforme destaque que faz no tocante a história do Porto em Portugal, afirmando que:

De qualquer modo, pode afirmar-se que, mesmo sob o ponto de vista comercial, a História é um produto que, hoje em dia, se vende bastante bem. Haja vista o sucesso de vendas que, umas mais que outras, constituem as diversas Histórias de Portugal que têm vindo a sair. E a História do Porto, um exemplo de produção de história local, publicada em 1994, constitui outra demonstração da apetência contemporânea pela História (Silva, 1998, p.384).

Mesmo diante de tanta adversidade, segundo Silva (1998) a história local tem ganhado espaços e tem se mostrado um caminho sem volta diante das mudanças operadas no mundo para além de Portugal onde a discussão se fundamenta, já que o autor se reporta a realidade portuguesa. Porém, como já foi aqui posto, o que acontece lá na Europa não é privilégio apenas dos europeus.

As circunstâncias revelam que as periferias, até então ignoradas na produção historiográfica, tem muito a dizer e a contribuir com a história geral e, diante da mudança de paradigma no que diz respeito a questões culturais, políticas, econômicas, sociais e de identificação com o lugar e preservação das particularidades de um povo, o recurso do local se torna uma imposição para se preservar aspectos da cultura e do saber que, sem o local, pode se perder e, assim sendo, um povo sem memória é um povo sem história e consequentemente um povo sem identidade. Portanto, desprovido dos valores que o define, o povo acaba ficando muito vulnerável aos interesses e valores daqueles que prezam pelo ter,

sendo indiferentes ao ser e aos seres que existiram, existem e ainda resistem às grandes ameaças à vida no planeta terra.

Nessa linha de raciocínio, a história local passa a ocupar um lugar privilegiado e no que tange ao reconhecimento da identidade com o lugar, de acordo com as reflexões postas por Silva (1998), no que circunscreve a Europa que, na sua ampla maioria é composta por pequenos países para manterem-se vivos e credores do reconhecimento alheio, não bastará apenas sua força política e econômica para garantir sua proeminência no cenário continental e internacional, mas, sim, pela capacidade de reforçar sua identidade através da cultura significada nas línguas, culturas, tradições e na história próprias de cada povo em particular. Daí o recurso da história local está colocado em primeiro plano e deve passar a compor o currículo escolar com maior destaque e importância para o ensino-aprendizagem da História.

Dentre os vários aspectos que tendem a valorização da história local como instrumento propulsor da consciência cívica, do fortalecimento da identidade e enraizamento com o lugar onde se vive e a capacidade de revelar nuance da história geral, fica muito evidente na opinião de Silva (1998) que, isso só será possível perceber e evidenciar através do estudo da história local.

Também é preciso registrar que a história local entra no rol dos ingredientes que potencializam a atividade econômica e, neste particular entra a economia criativa que, em se tratando do turismo cultural, cresce no mundo inteiro e, só através da história local é possível destacar e potencializar esse fio condutor da história geral com o patrimônio cultural que se encontra invisível, mesmo tendo um forte apelo religioso, sentimental, nacional e internacional, já que os europeus se estabeleceram em vários continentes para viabilizar suas intenções imperialistas.

Para além dos aspectos já evidenciados em que não só Portugal e outros países da Europa passam a conceber a história local como instrumento precípua para viabilizar o respeito, o reconhecimento e amealhar dividendos em favor de sua economia, em se falando de patrimônio histórico e cultural que o continente intercambiou e preservou através do expansionismo colonial, Silva (1998) ressalta ainda outros aspectos muito pertinentes que acabam impondo uma atenção muito particular à história local, a saber:

- Os cidadãos desenvolvem a consciência cívica;
- Os regionalismos e as regiões estão se fortalecendo e tomando o lugar dos nacionalismos exacerbados que, paulatinamente, vem perdendo força e dando lugar a Europa das regiões;

- Como a história geral não pode descer as particularizações e aos pormenores, o gosto pela história geral favorecerá por arrastamento, o gosto pela história local e vice-versa;
- As capitais tradicionais manterão ainda por largo tempo o poder de atração e o imã centrípeto de outrora, mas cada vez mais, as periferias reclamam alguma margem de afirmação face à capital;
- A autonomia das periferias passa pela afirmação da sua individualidade e esta passa inevitavelmente pela sua história. Daí o interesse cada vez maior que se irá conferir a história local e regional;
- Joga a favor da história local o desenvolvimento do turismo cultural e a atenção hoje em dia muito visível que se presta ao património construído pela Igreja, pelo Estado ou pelos particulares e a valorização de sítios ligados a algum acontecimento que ficou retido na memória das gentes;
- Ciências auxiliares da História têm valorizado aspectos referentes a usos e costumes, tradições, crenças e jogos tradicionais, reforçando assim essa tendência de maior apreço e atenção pelo local (Silva, 1998, p.386).

Ao discorrer sobre a função pedagógica da história local, o autor, revela sua preocupação, apontando onde não deve desaguar o estudo que leva em consideração o local. Nessa linha de raciocínio, ele aponta que é preciso cuidar para não despertar ou cimentar rivalidades ou descobrir pretensas superioridades e motivos para gerar divisões nas comunidades ou na comunidade, que não deve servir de oportunismos de qualquer espécie nem suscitar ódios e divisão.

Depois de pautar essa preocupação preliminar de alerta, o autor discorre sobre as reações e aprendizados que a história local pode suscitar, evidenciando que, fazendo e refazendo a história da comunidade é possível desenvolver a consciência cívica da necessidade de integração e intervenção na vida da comunidade. Relata, destacando que, na medida em que se descobre e valoriza aspectos comuns a outras comunidades, enaltece as diferenças e, por essa via, pode diminuir as rivalidades entre elas.

O autor também destaca que, conhecendo sua própria identidade, descobrindo os aspectos menos positivos ou até reprováveis (tal como na vida dos indivíduos, na das sociedades nem tudo é digno de elogio), reconhecendo o valor dos intercâmbios, tendo como referência uma matriz comum que é a matriz nacional, afasta bairrismo fanáticos.

Francisco Ribeiro da Silva afirma ainda que a história local deve despertar o amor inteligente à terra e ajudar a explicar o sentido profundo das coisas e das atitudes. Também ajuda a perceber que uma nação é um todo feito de partes, não apenas a justaposição das partes, mas outra coisa diferente e que o conhecimento da história do país através da história das suas partes suscita menos euforias e triunfalismos, mas, é mais realista e mais seguro.

Ao discutir alguns princípios da história local Silva (1998) infere que esta é diferente da história nacional ou geral no tocante aos objetivos, a metodologia e as ambições. Segundo ele, em princípio a história local não aspira à síntese que caracteriza a ambição da história geral_ embora, afirma o autor, evidentemente se possa e deva ensaiar uma síntese à escala regional ou local sempre que a quantidade e abrangência de estudos parcelares o justifiquem. Para ele, a vocação normal do historiador local é a de carregar materiais e de partir e afeiçoar as pedras que vão servir para a construção da grande história. E conclui reafirmando: “Trabalho humilde, mas indispensável”.

Caracterizando a história local Silva (1998) discorre sobre vários aspectos intrínsecos a esta modalidade, pontuando que esta, parte de uma situação presente para a reconstituição do passado, que sua vocação é mais qualitativa do que quantitativa, que é uma história de malhas flexíveis e livres dos espartilhos dos modelos da história erudita, é setorial e limitada, é concreta e diferencial, é experimental e laboratorial.

Numa perspectiva de futuro e na defesa da história local (Silva, 1998) dispara muitas críticas a certas sínteses históricas construídas pela ciência histórica, caracterizada por ele como falsas e inadequadas e que se torna quiméricas certas teorizações, brilhantes e sedutoras, mas inconsistentes e apressadas. Para solidificar esse argumento que coloca a história local como possível reparadora da história geral, ele afirma:

Aliás, refira-se mais uma vez a História local na medida em que é a história do contingente, do relativo, do particular, risca das suas pretensões a descoberta da verdade geral e universal e as explicações globais. Por isso, está muito menos sujeita às pressões das Escolas, Partidos e das Ideologias do que a História geral. Uma das conclusões a que chega facilmente o historiador local é que o que se ignora sobre o passado da sua comunidade é muito mais do que aquilo que realmente se conhece. Daí, dúvidas e o cepticismo contrastantes, por vezes, com as certezas e as verdades solidamente estabelecidas e indiscutíveis dos fazedores de sínteses. Mas, no fundo, talvez seja esta capacidade de duvidar e o anticonformismo do historiador local que leva à renovação da História e ao seu fazer e refazer constantes (Silva, 1998, p.389).

Diante de tudo posto, podemos considerar que trabalhar com história local traz consigo muitos desafios e impasses, contudo, é preciso reconhecer e trabalhar

incansavelmente para que essa busca pelo local e regional seja permanente, no sentido de fazer entender que, mesmo sendo construída sem os rigores da história nacional e global, a história local pode preencher muitas lacunas e evidenciar versões e fatos que, ao longo de muitos anos, ficaram submersos por uma camada de generalizações, ofuscando reflexões que só a história local pode suscitar, provocar, revelar, debater e ressignificar o vivido, o sentido e o registrado.

2.3 História Local e a consciência histórica

Apesar de todo acervo e cursos disponíveis sobre o fazer do professor, no sentido de atuar como um protagonista do saber para agir e transformar a realidade, mesmo assim, ainda se faz presente na prática docente e na tradição do ensinar, em muitas realidades e instituições de ensino mundo afora, aquele professor que atua como tradutor do conhecimento erudito para o conhecimento escolar e, muitas vezes, trabalhando como simplificador de conteúdos, o que não deveria sê-lo, somente.

Esse desempenho que, ao longo do tempo, tem sido a tônica da sala de aula no contexto ensino-aprendizagem foi pensado e disseminado como ideal por estudiosos que concebiam as academias/universidades como produtoras do saber e as escolas do Ensino Fundamental e Médio como reprodutoras desse conhecimento, reproduzindo-o numa linguagem acessível aos estudantes, considerando idade, série e condição social.

Então, se essa prática hoje condenada e vilipendiada, mais detidamente pelos mesmos que a disseminaram, ainda persiste, não pode e não deve ser depositada toda responsabilidade nos profissionais que estão na ponta. E mais, é preciso considerar que, não se corrige um fazer pedagógico fruto de muitos anos de construção e aplicação em razão de algumas conferências, cursos e publicações. Desfazer e refazer esse caminho pedagógico demanda tempo e mudança de muitos paradigmas que insistem em tutelar o sistema educacional.

Um dos aspectos que talvez condicione os profissionais de educação que estão na sala de aula a continuarem atuando como transmissores e simplificadores de conteúdos pode estar intrinsecamente ligado à grade curricular e ao processo de formação. Também existe uma dose muito grande de intencionalidade por parte de quem controla o poder e tem plena convicção de que, quanto mais críticos os estudantes forem e quanto mais exigentes se tornarem, mais difícil será manter o modelo de sociedade, ideal para quem detém de verdade o poder, mantê-lo em vigor por mais tempo.

Diante da situação posta, vem à baila o ensino de história tendo como horizonte a história local que pode se tornar um instrumento de superação de um modelo educacional marcadamente reprodutor para um modelo que pautar o conhecimento como ferramenta de intervenção e transformação a ser construído mediante pesquisa, tomando o local como ponto de partida e, dentro desse universo, compreender o nacional e o geral numa perspectiva de reflexão e construção do saber coletivamente.

Nessa linha de pensamento, é pertinente trazer as ideias e reflexões que podem nos ajudar a compreender o papel da história local no despertar da consciência histórica e consequentemente viabilizar a mudança que se almeja no ensino da disciplina História, na formação dos profissionais de educação e na mentalidade institucional no sentido de reconhecer, valorizar e disseminar os valores que, de fato, garantem e reverberam a identidade de uma sociedade. E, nesse particular, merece destaque a observação muito bem colocada no livro publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) *Ensino de história e consciência histórica*, de Luís Fernando Cerri, onde ele pontua:

Se o ensino da história implica o gerenciamento dos objetivos curriculares e das concepções de tempo e de história que os alunos já trazem consigo desde fora da escola, então o professor de história definitivamente não é um tradutor de conhecimento erudito para o conhecimento escolar, um simplificador de conteúdos. É, sim, um intelectual capaz de identificar os quadros de consciência histórica subjacentes aos sujeitos do processo educativo_inclusive, o seu próprio – e de assessorar a comunidade na compreensão crítica do tempo, da identidade e da ação na história (Cerri, 2011, p.16).

Dito isso, precisamos compreender o que seria a consciência histórica, como se constrói ou se revela essa consciência e como se cultiva e fortalece a consciência histórica de um povo. Para elucidar essa questão, o autor coloca em discussão a formulação de vários autores sobre as particularidades que envolvem a construção da consciência histórica, suscitando muitas reflexões sobre as diferentes ideias, deixando bem evidente que não se trata de algo fácil de dirimir e trabalhar.

Portanto, é necessário destacar as principais formulações sobre a consciência histórica na perspectiva de compreender e interiorizar para podermos elaborar, argumentar e instrumentalizar nosso fazer pedagógico, tendo como meta sairmos da condição de simplificadores de conteúdos acadêmicos para críticos e criadores de conteúdos, onde o local seja concebido como material pujante na construção do conhecimento.

Para introduzir essa discussão sobre o pensar de alguns autores destacados por Cerri

(2011), se faz necessário pautar o peso do passado na construção de uma sociedade e no viver de um povo. Embora o passado continue sendo uma dimensão do tempo em que muito importa para entender a trajetória de um povo, seu estudo e sua forte implicação no modo de ser de uma comunidade tem sido motivo de questionamentos, dúvidas e desconfianças para subsidiar certas análises diante de problemas colocados como atuais. Contudo, não podemos negar ou negligenciar que o passado, mesmo aquele pouco estudado, merece nossa atenção e nosso cuidado, pois este ainda é e possivelmente continuará sendo, uma fonte inesgotável de suposições, revelações, contradições e constatações imprescindível na construção de narrativas historiográficas.

Insistindo na elucidação do papel e do peso do passado em nossas vidas, é importante trazer aqui, seja como alerta ou como provocação uma frase de Marx, destacada pelo autor no sentido de reverberar e oferecer elementos mais ou menos contraditórios, sinalizando que devemos tratar com certa cautela as ideias construídas sobre a consciência histórica, de modo a confrontar as formulações no intuito de perceber como a consciência de que falamos aqui pode ser identificada, trabalhada e fortalecida numa perspectiva libertadora. Então, vejamos o que diz Marx em uma passagem do dezoito brumário de Luiz Bonaparte:

[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (Marx, 1961:199).

Essa formulação de Marx nos permite considerar que a verdade em história é muito relativa e que a depender das condições, o que foi escrito e o que fora dito pode não ser a expressão do real. Pensando assim e, como bem discorreu Silva (1998), historiador português, que alça a história local como locus da pesquisa para revelar nuances que a história geral não consegue alcançar, esse peso que Marx atribui ao passado, com muita razão, nos leva a considerar que o local seja o caminho mais prudente para entender a trajetória de uma população, desmistificar determinadas ideias e confrontar verdades, até então, mantidas e, quem sabe, melhor compreender o todo a partir de suas partes.

Ao discutir as ideias de Raymond Aron sobre a noção de sentido da história, onde este aponta que toda sociedade seria portadora de uma consciência histórica em sentido amplo, mas apenas a sociedade europeia teria uma consciência propriamente histórica, apesar de seus problemas. Eis que Cerri (2011), concluindo sua opinião sobre esse autor em questão, esclarece que a consciência histórica que pretende pautar vai numa perspectiva de

compreensão do fenômeno, entendida como uma das expressões principais da existência humana, que não é necessariamente medida por uma preparação intelectual específica, por uma filosofia ou teoria da história complexamente elaborada e sistematicamente aprendida.

No trato com o pensamento do filósofo Hans-Georg Gadamer, ao discorrer que “é um privilégio do homem moderno ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda opinião”. Em contraponto, o autor retruca, afirmando que essa ideia coloca parte da humanidade, inclusive, as camadas sociais dos países centrais e imensas massas dos países periféricos, vegetando num estado miserável de inconsciência da história, tidas como ignorantes da historicidade do presente e submetidos ao dogma das opiniões cultural e tradicionalmente consideradas corretas, justificando assim a postura de superioridade de uma sociedade sobre as outras.

O pensamento de Gadamer reforça a ideia de superioridade ainda que sutilmente das nações europeias, ditas civilizadas e coloca em evidência as ideias de que muitos povos, despidos de historicidade, precisam ser preenchidos com os saberes considerados adequados no processo de “civilização”. E, possivelmente, com base nesse entendimento, foi moldado o sistema de ensino que concebe o educando como um sujeito vazio, que deve ser encaminhado para a escola onde este vai encontrar um mestre cheio de saberes para lhe transmitir de forma didática o conhecimento acumulado.

Analisando a opinião de Phillipe Ariès, Cerri (2011) aponta que este autor acaba entrando, embora por caminhos diferentes, no mesmo entendimento de Gadamer, quando infere que a tomada de consciência histórica acontece na medida em que o indivíduo passa a perceber sua condição de determinado pela história, e não apenas de agente dela, relativizando a ideia de liberdade individual e, ao mesmo tempo, possibilitando o surgimento de uma “curiosidade da história como prolongamento de si mesmo, de uma parte do seu ser”. Partindo deste princípio, a consciência histórica é vista como fruto do processo de modernização em que os indivíduos desterrados, movem-se de seus lugares físicos, sociais e culturais originais para uma nova situação, na qual as referências são escassas ou inexistentes, rompendo assim com a dimensão tradicional.

Considerando os pensadores Agnes Heller e Jorn Rüsen, dentro de outra vertente de pensamento, o entendimento para ambos infere que a consciência histórica não é meta, mas uma das condições da existência do pensamento. Que esta não está restrita a um período da história, a regiões do planeta, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social geral. Assim, a consciência histórica passa a ser entendida como

uma característica constante dos grupos humanos, por maiores que sejam suas diferenças culturais.

A conclusão a que podemos chegar nessa discussão sobre consciência histórica e as condições para exercitá-la ou mesmo a predominância de um povo em relação a outros por conta da sua identidade em virtude da ciência deste no que diz respeito à consciência histórica em detrimento do outro que, por razões de ordem geográfica, cultural, política e econômica não é possível verificar ou reconhecer sua consciência histórica; pode ser confrontada com o argumento que questiona o reconhecimento quase que exclusivista de que a consciência histórica é uma particularidade da modernidade, vejamos então:

Quando se afirma que apenas a consciência histórica moderna pode ser realmente definida como consciência histórica porque suas características internas a diferenciam de toda forma anterior de representação do tempo e orientação temporal, ficamos com a impressão de que já vimos isso antes, nos conceitos de civilização e cultura do século XIX, quando esses eram atributos somente do povo europeu (Cerri, 2011 p. 34).

Segundo (Cerri, 2011) em uma pesquisa com jovens e professores que, a princípio, não tinha como único objetivo capturar a consciência histórica dos entrevistados, mas acabou revelando mediante aplicação do questionário em diversos países, uma realidade muito intrigante para quem trabalha com educação e, em especial com o ensino de História. Os pesquisadores, depois de tabular os dados, chegaram a conclusões que, se levadas a termo, podem demonstrar o fracasso e a ineficiência do trabalho realizado pela escola e principalmente o trabalho desenvolvido pelos professores no tocante ao ensino e aprendizagem histórica, revelando que a influência da escola, do currículo e os conteúdos ministrados em sala de aula tem pouca incidência na composição da consciência histórica, vejamos então o que diz o resumo do resultado desta pesquisa:

O primeiro dado é que a influência do professor de história sobre as opiniões históricas do aluno é, no mínimo, limitada, como também é limitada a influência dos currículos oficiais de história sobre o trabalho do professor e seu resultado. A pesquisa permite concluir que os elementos narrativos constantes dos currículos oficiais ou da formação que os professores recebem não se reproduzem necessariamente na aprendizagem dos alunos.[...] é comum encontrarmos opiniões divergentes sobre a história no âmbito oficial, incluindo aí a escola e os alunos que se relacionam com essas esferas, o que nos conduz à conclusão de que a formação histórica dos alunos depende apenas em parte da escola, e precisamos considerar com interesse cada vez maior o papel dos meios de comunicação de massa, da família e do meio imediato em que o aluno vive se quisermos alcançar a

relação entre a história ensinada e a consciência histórica dos alunos (Cerri, 2011, p. 38).

O resultado dessa pesquisa é um tanto desanimador para os professores e demais profissionais que dedicam anos e mais anos de suas vidas a Educação, em especial ao ensino de História. Quando dos deparamos com os dados e os argumentos que sustentam o relatório, a impressão que fica é que de nada está valendo o empenho e dedicação nos cursos de graduação e de formação continuada, o planejamento, as atividades complementares, a jornada pedagógica, os encontros de pais e mestres, as avaliações aplicadas, as discussões em sala, as aulas de campo e tudo mais.

Porém, é salutar perceber que ao mesmo tempo em que a pesquisa revela esse aspecto desolador em relação ao ensino de história e formação da consciência histórica, o autor traz uma reflexão sobre os dados da pesquisa que nos coloca a necessidade de rever a metodologia, mas, e também, de inovar e adequar os instrumentos utilizados para verificar o nível de aprendizagem, bem como de levar em consideração o cotidiano dos alunos e também dos professores, pois, é nesse cenário que a aprendizagem se manifesta e é nesse contexto que a consciência histórica se mostra. Eis então a reflexão posta:

Para a própria metodologia do ensino é saudável essa perspectiva, de modo a compreender a educação histórica como um processo que não pode ser encarado como dentro da redoma da sala de aula.

Os problemas e as potencialidades do ensino-aprendizagem de história não estão restritos à relação professor-aluno na classe, mas envolvem o meio em que o aluno e o professor vivem, os conhecimentos e opiniões que circulam em suas famílias, na igreja ou outras instituições que frequentam e nos meios de comunicação de massa aos quais têm acesso. Essa abordagem é mais profícua para encarar o dilema que o "Youth and History" evidenciou – de que a história que o aluno usa é diferente daquela que o professor ensina, que, por sua vez, é diferente do que funcionários do Ministério da Educação e acadêmicos formadores de professores apregoam.

O estabelecimento de uma tensão entre dois polos _um ensino de história ideal e um ensino de história real ou possível _tem sido o gerador de angústias que se desdobram na rebeldia ou na apatia entre os professores da disciplina, e não é capaz de equacionar a dinâmica da mudança na educação histórica, de modo que o professor possa colocar-se diante dela com serenidade, firmeza e clareza, e não com a sensação de insegurança perante uma realidade que lhe tira o chão, ou com o desalento de um João Batista que clama no deserto (Cerri, 2011, p.46)

O desfecho da pesquisa escancara e nos leva crer que as intervenções que o modelo de ensino em voga suscita, passa também pela introdução da história local no currículo; acreditando que, a partir do estudo do lugar, a significância dos conteúdos pode influir de

forma mais determinante na aquisição do conhecimento histórico e, por consequência, na construção ou revelação de como se processa a construção da consciência histórica.

2.4 Professores de História: “mobilização dos saberes que dominam para ensinar os saberes que ensinam”

No livro *Professores de História Entre Saberes e Práticas*, a autora Ana Maria Monteiro discute alguns aspectos muito relevantes ao focar no fazer do professor e, a partir daí, procurar entender o que acontece na sala de aula que pode determinar se o ensino aprendizagem acontece ou não. Ao centrar sua pesquisa nas atividades cotidianas de alguns professores, observando seu desempenho *in loco* e atentamente referenciando o conteúdo trabalhado, a metodologia e a reação dos alunos a quem as aulas eram destinadas, ela nos brinda com uma pontual reflexão sobre o que acontece no ambiente escolar, revelando uma complexidade enorme do ato de ensinar e aprender.

O estudo em questão coloca em pauta qual o caminho ideal para que tenhamos ao longo desse trajeto os ingredientes necessários para perceber o que de fato molda o “bom professor” tendo em vista as inquietudes e embates muito frequentes no campo educacional sobre o perfil ideal para atender os objetivos pontuais do ensinar e aprender. Nessa linha de raciocínio, Monteiro (2010) apresenta diversos formatos de pesquisa e estudo, no intuito de encontrar uma forma que possibilite entender o labor do professor e sua repercussão no ensinar e, sobretudo, apontar ou sugerir no sentido de aperfeiçoar e fundamentar com mais assertividade, os rumos que o ensinar e aprender deve seguir na perspectiva de superar ou se reorientar, diante das crises e desafios que a sociedade, independente do lugar, possa vivenciar. Vejamos então o que a autora nos chama à reflexão:

A relação entre os professores e os saberes que mobilizam quando ensinam tem sido objeto de grande interesse e atenção em diferentes programas de pesquisa em Educação. A partir da segunda metade do século XX, expandindo-se nas décadas de 80 e 90 na América do Norte e no Brasil; em grande parte, buscava entender a demanda do campo educacional para encontrar alternativas que pudessem contribuir para melhorar o desempenho dos professores e escolas na educação das novas gerações, de forma a viabilizar avanços e usufruir as benesses do desenvolvimento científico (Monteiro, 2010, P.173).

Todos nós professores, que passamos pelo Curso de Magistério, tendo na grade curricular as disciplinas: Didática da Educação, Filosofia da Educação, Psicologia da

Educação, Sociologia da Educação dentre outras, tratando da questão pedagógica, ouvíamos sempre, dos professores que ministravam os conteúdos das respectivas matérias, utilizando um linguajar muito comum na época; que, o professor, antes de adentrar a sala de aula para realizar seu ofício, deveria, preliminarmente, ter o domínio do conteúdo a ser trabalhado, está com o plano de aula bem elaborado e dispor de material didático ideal para mediar o conteúdo a ser ministrado para a turma.

Lembro-me muito bem que, durante o curso de Magistério, tínhamos uma disciplina, cuja nomenclatura não é possível referenciar no momento, mas que, sua proposta era ensinar os estudantes do magistério a confeccionar material didático para utilizar em suas aulas com as turmas das séries iniciais, tais como: quadro de pregas, flanelógrafo, álbum seriado, caixa de contagem dentre outros. Nesse contexto, em que se insere o processo de formação, fica muito evidente que as características pessoais e naturais dos docentes são determinantes para que o ensinar e aprender possam se efetivar a contento.

No capítulo 5 do livro de Ana Maria Monteiro, já referenciado aqui, ela aponta que, durante um bom tempo (décadas de 50 e 60), as pesquisas relativas ao ensino estiveram voltadas para aspectos que associavam a eficiência do ensinar a certos traços de personalidade do professor, buscando identificar esses atributos, característicos de personalidade ou de comportamento no que tange ao interesse, entusiasmo, imparcialidade, capacidade para acolher os alunos e outros mais. Entretanto, a mesma autora, com base nos estudos realizados e, por ela analisados, apresenta algumas conclusões, revelando que essa linha de atuação nem sempre atendia os objetivos a que se propunha, afirmando:

[...] Outros, que buscavam avaliar o rendimento dos métodos utilizados, se revelaram inoperantes porque não conseguiram relacionar, de maneira inequívoca, um comportamento específico do professor ao desempenho escolar. Confundiam-se os efeitos do método com as diferenças existentes entre os professores. Esses programas podem ser incluídos dentro de uma concepção de profissão docente como um ofício sem saberes e que inclui perspectivas que valorizam a vocação, o talento, a intuição, a experiência, a cultura ou o domínio dos conteúdos (Monteiro, 2010 P. 174).

A autora pontua também que foram realizados estudos de natureza sociológica, enfatizando a ideia de que o ensino não era uma variável importante para explicar o desempenho dos alunos e, sim, a influência do meio social. Em síntese, esta e outras linhas de pesquisa deixaram as perspectivas de abordagem que considerava de forma preponderante o papel do professor no sentido de propiciar a aprendizagem. Entretanto, a partir dos anos

setenta, começou o desenvolvimento de pesquisas voltadas para análise do desempenho do professor.

Ao se referir as pesquisas intituladas “processo-produto”, que procurava restabelecer uma correlação entre as performances no ensino, os “processos” e as diferenças de aprendizagem dos alunos, os “produtos” de modo a identificar a eficiência do professor e a eficácia do ensino. Nesse programa, o professor era visto como um gestor de comportamentos que devia organizar para a aprendizagem dos alunos. Ele gerenciava saberes, seus saberes não eram investigados. E, assim, o professor era considerado um “técnico” responsável pela transmissão de saberes produzidos por outros – os cientistas, os pesquisadores. Então, esse programa de pesquisa que se voltava primordialmente para análise do que os professores fazem e não daquilo que eles sabem, acabou dando origem a muitos outros.

Diante do dilema que os programas de pesquisas lidavam na busca de uma abordagem que pudesse apresentar um caminho propício a revelar o que de fato poderia ser efetivado, na perspectiva de adequar uma metodologia capaz de demonstrar o que acontece durante a atuação do professor em sala de aula, tendo em vista o processo ensino-aprendizagem, eis que, para além de investigar o que os docentes fazem, passou-se então a pautar o que esses sabem. Nesse contexto, a autora destaca:

O professor passou a ser visto como um profissional dotado de razão, que toma decisões, faz julgamentos, no complexo contexto da sala de aula, um autor que pensa, julga. As pesquisas voltaram-se para os processos cognitivos do professor nos diferentes momentos de sua atuação: planejamento, ação, avaliação, reflexão na e sobre a prática (Monteiro, 2010, p.175).

Dentre os autores mencionados por Ana Maria Monteiro, chama a atenção às referências que esta faz a Shulman, discutindo os programas de pesquisas estudados e mencionados no referido capítulo em que esse autor, com base no programa de pesquisas que trabalha o repertório de conhecimentos dos professores, desenvolve um programa de pesquisas voltado para a investigação das operações realizadas pelos professores no processo de ensino em que a mobilização dos saberes a serem ensinados ocupa um lugar central. Reconhecendo a importância dessa formulação, ela aponta que ele acabou criando o conceito de “conteúdo pedagogizado” que expressa uma criação específica e própria dos saberes dos professores, o que antes permanecia como um paradigma esquecido nas pesquisas educacionais. Segundo a autora:

Shulman aprofundou a análise dos conhecimentos dos professores, voltando-se para a pesquisa da compreensão cognitiva dos conteúdos das matérias ensinadas pelos professores e das relações entre estes conteúdos e o ensino que os professores realizam (Monteiro, 2010, p.176).

O dia a dia da sala de aula nos ensina muito. Sem desmerecer ou negligenciar todo o processo de formação do professor, é preciso pontuar que, o ato de ministrar aulas em turmas diferentes, em séries diversas e abordar conteúdos dos mais variados possíveis constitui-se em algo importantíssimo para moldar o nosso saber e o nosso fazer. Para além do saber que os estudos realizados agregaram e agregam em nós professores desde o Ensino Fundamental e Médio, passando pela licenciatura, especialização, mestrado, doutorado e tantos cursos pontuais que realizamos durante o nosso percurso de professor; não podemos negar que esse arcabouço teórico tem nos ajudado a desempenhar com certa desenvoltura nosso trabalho. Entretanto, é preciso afirmar e reafirmar que, é na experiência da sala de aula que a gente vai se formando, se moldando e se instrumentalizando para exercer com maestria nossa profissão.

Ao longo do tempo vamos percebendo que não basta dominar o conteúdo, ter um excelente planejamento, contar com os mais diversos recursos tecnológicos, atuar numa escola bem estruturada, ter uma direção comprometida e estar inserido num quadro de profissionais dedicados e comprometidos. Tudo isso é muito significativo e tem grande influência no desfecho final do processo ensino-aprendizagem, porém, existem outros aspectos que precisam ser considerados para que o ensino aprendizagem aconteça a contento.

O professor ao adentrar a sala de aula se depara com situações muito diversas, um público bem diversificado e com focos e motivações muito variadas. Então, a depender do perfil da turma, o professor vai moldando, refazendo e adaptando o formato de sua aula, ainda que o mesmo conteúdo deva ser ministrado em turmas que cursam o mesmo ano/série e turno.

No Ensino Médio, onde atuo desde 1992, a experiência e vivência têm indicado os caminhos, o tom e o formato de cada aula em cada turma, independente do conteúdo a ser ministrado. Existem turmas que tem maturidade para ouvir, outras só se apercebem se a proposta estiver ligada ao fazer e tem outras que só se envolvem quando as tecnologias são incorporadas a proposta pedagógica, mas, existem turmas e alunos em particular que preferem anotar, ouvir, desenvolver atividades e apresentar ao professor para observar/corrigir e pontuar a partir do que foi produzido e apresentado.

Outro aspecto a ser considerado e tratado com mais atenção nos espaços onde os debates sobre Educação acontecem é que nenhum saber, produzido nas universidades, adaptado e partilhado através dos livros, especialmente nos livros didáticos, chega à sala de

aula e aos alunos tal qual foi formulado, discutido e apresentado. A leitura do professor, o planejamento da sua aula, a forma de abordagem e de trabalhar com seus alunos, imprime a esse e aquele conteúdo sua interpretação, sua versão em consonância com sua vivência e a realidade na qual está inserido e também as condições em que se apresenta dentro do universo dos estudantes a quem se destina o saber, considerando seus valores, saberes e anseios. Tudo isso acaba formando um emaranhado e um complexo modelo de escola que interfere e determina o processo ensino aprendizagem e, conseqüentemente acaba delineando e condicionando o acesso ao repertório de saberes mediante conteúdos “pedagogizados”.

Ao tratar dos saberes fruto da experiência, Ana Maria Monteiro, evocando alguns autores, sinaliza que para enfrentar os desafios e demais imponderáveis da profissão é condição básica para um novo profissionalismo, reconhecer que o processo de formação dos professores não passa apenas pela academia ou pelos cursos que ele possa finalizar, mas, e também, pelos saberes fruto das experiências oportunizadas no chão da escola. Assim, ela pontua que “Os saberes da experiência não são saberes como os demais, eles são, ao contrário, formados de todos os demais, porém retraduzidos, polidos, e submetidos às certezas construídas na prática e no vivido” (Monteiro, 2010, p.180).

Citando Tardif, a autora insiste na reflexão sobre os saberes docentes e discute a prática profissional dos professores, considerando as implicações para a pesquisa de campo. Para ela, a finalidade de uma pesquisa, voltadas para o saber e como este se apresenta na sala de aula, deve partir do princípio que, revelar saberes que os professores constroem, passa por compreender como estes são integrados concretamente nas tarefas dos profissionais e como estes os incorporam, produzem, utilizam, aplicam e os transformam em função dos limites e dos recursos inerentes a sua atividade de trabalho. Para que se tenha uma leitura consistente de como o trabalho do professor, diante de tudo que estudou e deve ministrar se concretiza na sala de aula é preciso investigar, considerando algumas implicações que precisam ser levadas em consideração, a saber:

- ser necessário uma volta à realidade, dentro da perspectiva fenomenológica, daí estudar os professores em situação real de trabalho, em aula, portanto;
- distinguir saberes profissionais dos saberes da formação universitária;
- realizar as investigações nos locais de trabalho;
- considerar os professores como autores e atores e não “idiotas cognitivos”;
- realizar a pesquisa de forma não-normativa e considerar o que os professores são e fazem, e não o que deveriam ser ou fazer;

- realizar a pesquisa numa “perspectiva ecológica” que leve em conta o contexto escolar como um todo e não apenas a sala de aula (Monteiro, 2010, p.180)

“Saber explicar por que faz o que faz é condição essencial para a profissionalização da docência e melhoria da qualidade do trabalho realizado”. Depois de observar alguns professores em suas atividades nos respectivos locais de trabalho e estabelecer um diálogo profícuo com esses no que tange ao objeto da pesquisa, Ana Maria Monteiro, destaca com muita ênfase a importância do professor saber explicar por que faz o que faz e a significância desse ato tendo em vista o reconhecimento profissional e a repercussão na qualidade do trabalho realizado.

Considerando essa premissa, que sinaliza uma interdependência entre o fazer e a qualidade do que se faz ao conhecer bem seu ofício e seu lugar, é pertinente pontuar que, partir do local para discutir o nacional e o geral em história se apresenta como uma alternativa viável por conta da proximidade, do envolvimento e da afeição que pode ser cultivada ou ativada nos estudantes ao estudar a história local. A partir daí, é possível alçar voos mais longínquos para entrelaçar contextos, preencher lacunas e perceber que, em se tratando de história, nada acontece por acaso.

Ao deixar suas marcas, o passado nos permite compreender determinadas situações, inquietações e nos orientar quanto aos posicionamentos e rumos que devemos seguir, tendo em vista o tipo de sociedade que concebemos e que desejamos construir na perspectiva de preservar, incluir e defender a dignidade da vida.

Nesse contexto, é bom frisar que trabalhando a história local como ponto de partida para o ensino da história geral, o professor terá um domínio maior sobre aquilo que faz podendo ministrar com mais desenvoltura os conteúdos previstos tendo como referencial o local e, assim, mobilizar os saberes que domina para ensinar o que ensina.

2.5 História Local e o livro didático

O livro didático tem se constituído em instrumento indispensável para o trabalho dos professores dentro e fora da sala de aula. Diante de uma carga horária extensa que ultrapassa as 40 horas e, em muitos casos, chega a 60 e até 80 horas semanais, os professores e professoras têm que se desdobrar, trabalhando em duas ou três escolas públicas e privadas e, muitos destes profissionais, viajam vários quilômetros de sua cidade para ministrar aulas em municípios circunvizinhos. Nesse contexto desafiador, ser professor é trabalhar longas

jornadas. Então, para amenizar a fadiga e dar conta do programa estabelecido, o livro didático tem se constituído num importante aliado.

Para a maioria dos estudantes o livro didático de distribuição gratuita, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do governo federal se constitui no único material de que dispõem para estudar. Considerando essa realidade, ainda que os professores desejem trabalhar com outras fontes, inclusive, com o vasto material que muitos sites de internet disponibilizam, ainda assim, não é possível se desvincular do livro didático por conta do acesso facilitado e por apresentar conteúdos numa linguagem bem acessível e, a depender dos autores e da editora, esses trazem no seu bojo muitas imagens, gráficos, notas, boxes, textos complementares e propostas de atividades em formatos bem interessantes.

Mesmo sendo uma ferramenta indispensável, o livro didático, em especial os livros de história distribuídos aos alunos, embora seja objeto de apreciação e seleção por parte do Ministério da Educação, ofertando diversos títulos das mais variadas editoras e possibilitando aos professores conhecer as coleções antecipadamente e optarem por aquela que mais apraz o perfil da escola e dos estudantes, contemplando assim as expectativas no que concerne à abordagem dos conteúdos; é possível constatar que, ao longo dos anos, a proposta do PNLD tem sido avaliada e aperfeiçoada. Porém, mesmo com os esforços do MEC e a contribuição de várias publicações sobre a qualidade e o formato de avaliação e distribuição desse material; fazer uma boa escolha e garantir que o ensino aprendizagem aconteça a contento continua sendo algo muito desafiador para os professores e professoras que estão em sala de aula.

Para além das questões postas, os livros didáticos, no geral, apresentam um grande vácuo no que se refere à história local e, quando inserem pontualmente questões locais, a depender do lugar de onde são o autor e a editora que formata as obras, estas chegam trazendo, para a discussão do local e regional, aspectos muito ligados à realidade daqueles, priorizando sua região no contexto histórico e geográfico do estado onde moram e atuam, destoando absurdamente da realidade vivida pelos estudantes e professores a quem o livro didático se destina. Dessa forma, muitas obras publicadas por autores das regiões Sul e Sudeste não contemplam questões relativas e muito particulares do Nordeste.

Com relação ao livro didático, é interessante pontuar aqui a dissertação de Girleide Barbosa Fontes, intitulada *Ensino de História: o currículo, o local e a cultura escolar como elos constituintes*; apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional ProfHistória, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Ao tratar do material didático que chega às escolas Fontes (2018) pontua sua importância e destaca que o estudo da história local precisa fazer parte do currículo, pois essa possibilita aos estudantes chegarem mais perto dos fatos, o que favorece o ensino de história, valorizando e reconhecendo os alunos como sujeitos históricos. Contudo, no seu entender, a forma como o local está sendo inserido nos livros didáticos não tem contribuído para o ensino-aprendizagem e muito menos para o desenvolvimento da consciência histórica. Vejamos o que nos apresenta:

Trazer as questões locais para a construção do conhecimento histórico é uma prática que torna-se bastante significativa ao ensino de História, na medida em que possibilita a valorização e o reconhecimento dos estudantes enquanto sujeitos históricos e partícipes do processo de construção social, em contraponto, a forte influência dos materiais didáticos na prática pedagógica, que são produzidos, em sua maioria, no sudeste do país, por pesquisadores dessa região e, privilegiam, geralmente, temas de caráter nacional e global, em contrapartida, as questões de caráter local são ignoradas, de modo que comprometem o processo de aprendizagem acerca de temas relevantes para construção e formação identitária do sujeito e da sociedade (Fontes, p. 67).

No tocante à distribuição dos livros didáticos, Fontes (2018) destaca, suscitando uma importante reflexão, quando trata de como as editoras e autores de coleções se movimentam para que suas obras sejam escolhidas pelos professores em suas respectivas unidades de ensino. No seu entender, a escolha dos livros didáticos tem muito a ver com a capacidade das editoras e de seus autores e/ou representantes, interagirem com os profissionais, atuando com um forte esquema de marketing de modo que os professores acabam optando pela obra sem fazer uma análise crítica dos conteúdos e de forma pontual o que as obras apresentam sobre a história local. Ao analisar a obra de um dos autores mais distribuída nas escolas brasileiras, destaca:

As obras de Boulos, por exemplo, é uma das mais distribuídas nas escolas públicas. Esse autor inclusive, geralmente visita as escolas durante o período de seleção do material didático nas instituições públicas, para uma conversa com os professores. As editoras, geralmente, recorrem a diferentes métodos para que suas obras sejam as escolhidas pelo corpo docente das instituições de ensino públicas, demonstrando o interesse e a preocupação do mercado capitalista, promovendo inclusive, uma conversa com o autor. Porém, em sua maioria, tratam-se de autores oriundos da região Sul e Sudeste do país, de modo que, as questões locais de outras regiões e municípios brasileiros, muitas vezes, não são contemplados. No que diz respeito a Boulos, por exemplo, tem uma formação centrada em São Paulo, logo essas impressões aparecem em ilustrações, textos complementares e outros dispositivos que constituem um livro didático, para além da abordagem dos conteúdos convencionais (Fontes, 2018, p. 68).

Por conta das particularidades envolvidas na escolha e distribuição do livro didático e também a forma como os professores continuam trabalhando com esse material em sala de aula, Girleide Barbosa Fontes, em sua dissertação, recorrendo a autores que estudam a fundo o currículo e o livro didático no contexto da produção, escolha, distribuição, utilização e o formato em que apresentam, quando o fazem, sobre a história local, propõe uma discussão e faz ponderações relativas ao fazer pedagógico e a produção do conhecimento histórico, destacando que:

[...], a história ensinada ainda não superou muitas práticas que estão arraigadas na cultura escolar, de modo que, a formação específica não é uma garantia que o ensino de História seja mais significativo, que o de um professor sem formação na disciplina. O ensino factual, centrado no livro didático, geralmente sem problematização, que segundo Marcos Silva e Selva Fonseca (2010, p. 29) “o livro didático é uma fonte útil para a cultura escolar desde que não mais seja considerado o lugar de toda a História” são exemplos de práticas tradicionais que ainda perpetuam no contexto da sala de aula e, que precisam ser discutidas a fim de buscar a construção do conhecimento histórico de forma mais significativa, na qual os estudantes se percebam enquanto atores sociais do processo de formação social (Fontes, 2018, p. 68).

É perceptível na fala de muitos estudiosos que o livro didático é de Fundamental importância para o trabalho em sala de aula. Contudo, mesmo fazendo a defesa do material didático; apresentam também reflexões, críticas e sugestões muito valiosas que merecem nossa atenção e estudo quanto à escolha do material e sua utilização. Devido às condições de trabalho e a carga horária a que estão submetidos os professores e professoras Brasil a fora; para rever sua prática e encontrar tempo para estudar, pensar e inovar conforme recomendação dos especialistas requer tempo, investimento e formação continuada.

Para compreender o grau de dificuldade em fazer a transição do modelo tradicional e optar por uma metodologia inovadora e reflexiva, com foco na problematização, tendo como horizonte o estudo do local para abstrair o nacional e compreender o global a partir do ensino de história, precisamos resgatar um pouco da história a respeito da inclusão da disciplina História no currículo oficial e as condições em que se deu a formação e orientação dos profissionais que passaram a lecionar, inclusive, num contexto de restrição das liberdades democráticas.

Jackson James Debona, em seu artigo, Ensino de História Regional e Livro Didático: abordagens e problemas; publicado na Revista de Educação Histórica (Reduh)-LAPEDUH número 08 / janeiro - abril 2015 faz um resgate histórico interessante que nos ajuda a

compreender e assimilar as dificuldades que os professores e a disciplina até hoje ainda enfrentam na busca de um caminho menos tortuoso para que o ensino de história seja mais profícuo e atenda os objetivos, quando da concepção e das adequações que a disciplina sofreu para compor a grade curricular das escolas em todo o país. Então, ele nos diz:

No tocante à disciplina de História, sendo um lugar privilegiado de ensino e construção do passado, Cordeiro enfatiza que a História como disciplina se tornou meio pelo qual “umas séries de medidas no sentido de reforçar uma determinada concepção sobre o passado, estando desde os seus primórdios associada ao ensino do civismo, no intuito de formar cidadãos bem-comportados”. Os feitos políticos e as datas comemorativas dos acontecimentos “históricos” foram baluartes dessa concepção de história que direcionavam os professores em sua metodologia de ensino a repetirem, de forma oral, uma história factual verdadeira e acabada. Ao aluno restava decorar e regurgitar no dia da prova (Debona, 2015, p.129).

Considerando a época em questão, o autor faz referência ao livro didático, alicerçado no pensamento de outros autores que, ao estudarem o currículo e a prática do ensino de história, esclarece o cerne do conteúdo trabalhado, os objetivos a serem alcançados e, que, apesar das mudanças de governos e de programas governamentais, suas marcas ainda persistem no ensino de história e no fazer dos professores. E pontua:

A discussão acerca do ensino de história passava pelo slogan da matéria decorativa, face ao tempo exíguo dentro dos currículos escolares que impossibilitam o desenvolvimento de um trabalho mais aprofundado no currículo havendo assim uma forte tendência a atividades mais práticas e objetivas em detrimento das reflexivas. Por outro lado, durante muito tempo, a história foi vista como disciplina que visava ao aprendizado factual de uma dita ‘história dos vencedores’, sem grandes possibilidades de intervenção, questionamento ou crítica, por parte dos alunos, sobretudo entre os anos de 1964 a 1985 (Debona, 2015, p. 130).

Mesmo considerando os aspectos pejorativos do livro didático por influências de governos e programas forjados na lógica do poder constituído e, persistindo, ainda que questionado no cenário educacional brasileiro, existe o entendimento de que esse produto que enche os olhos e as burras do mercado editorial através dos investimentos do governo federal, ainda é um instrumento necessário e, do qual, o professor não consegue se apartar. Jackson James Debona, alicerçado no pensamento de Circe Bittencourt acerca dos livros didáticos de História, observa que:

A complexidade da natureza desse produto cultural explica com maior precisão o predomínio que exerce como material didático no processo de ensino e na aprendizagem da disciplina, qualquer que seja ela. O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor (Bittencourt, 1998: 69-90).

Ao tratar da escolha do livro didático de história, Jackson James Debona faz referência ao envolvimento do professor nessa política desenvolvida pelo governo federal através do PNLD onde, mesmo chamados a opinar sobre a escolha dos exemplares que previamente foram avaliados e aprovados por especialistas selecionados pelo Ministério da Educação, cumprindo assim uma das etapas para definir as coleções que serão disponibilizadas para apreciação dos educadores, o grau de envolvimento e motivação para essa etapa importantíssima de escolha do livro didático que vão chegar às mãos dos estudantes, é relativamente negligenciada ou, no mínimo, pouco valorizada por parte de muitos docentes, conforme apontamento a seguir:

Para alguns colegas professores, o importante era escolher o livro didático que tivesse mais atividades e exercícios, outros já falavam em priorizar o que tinha mais conteúdo, outros a coleção mais ilustrada e outros diziam ainda que qualquer um serviria para deixar na prateleira, pois iriam seguir a seleção de conteúdos e exercícios propostos por eles mesmos. O que era para ser um momento de praticar uma análise e uma crítica mais contundente ao processo, os professores se tornaram simples “figurantes”, na escolha do livro didático de história (Debona, 2015, p. 134).

Ao constatar a ausência de conteúdos de história regional nas coleções de livros didáticos disponibilizados pelo PNLD a primeira impressão que se tem é que, tal fato se explica pela falta de pesquisa, trabalhos e publicações alusivas ao local e regional. Porém, o autor em questão, ao desenvolver pesquisas com esse fito, constata que no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estudos e escrita de teses discutindo a questão regional é vasta e oferece muito material para compor os livros didáticos. Na verdade, podemos inferir que, existe, ainda que velado, desinteresse e/ou preconceito com a história local e, quando esta aparece em alguma coleção não contempla as particularidades regionais, como sinaliza o autor ao tratar desta questão:

A existência de uma História e de uma Historiografia regional nos leva à conclusão de que não há a falta de pesquisas para fomentação de materiais didáticos de História regional, mas sim o compromisso de reescrever a

história nacional com um olhar mais abrangente sobre as regiões que constituem a nação deixando de fora o “privilégio” de algumas localidades específicas de construir a história nacional segundo seus próprios desígnios (Debona, 2015, p. 147).

Ao concluir sua pesquisa sobre o ensino de história regional e o livro didático, Jackson James Debona chega a uma constatação que, no meu entender, não serve apenas como parâmetro para avaliar as coleções que chegam às escolas no contexto geográfico apenas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Seu estudo e a reflexão posta podem ser basilares para outros estados brasileiros que vivenciam a mesma realidade. Quem sabe, talvez, possamos abrir uma exceção para os estados da região Sudeste do país que contam com autores e editoras que pontuam as questões regionais, contemplando ainda que de forma superficial as particularidades da região. Vejamos então sua constatação:

Constatamos, por meio deste estudo, que o posicionamento autoral e de editoração das coleções examinadas deixa a desejar quanto à possibilidade de utilizar o livro didático de História para discussão e ensino de História regional, ou seja, o livro didático no que se refere ao ensino de História regional, ainda não pode ser considerado um instrumento a ser utilizado para o ensino de História regional nas escolas estaduais de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de Mato Grosso do Sul (Debona, 2015, p. 147).

Como ficou muito bem evidenciado nas leituras e destaques até aqui postos, a história local e regional podem ser um caminho virtuoso para o ensino de história. Fica patente que o livro didático continua sendo um grande parceiro do professor no processo ensino-aprendizagem, muito embora os educadores que estão em sala de aula precisem dispensar maior atenção e cuidado na escolha das coleções de livros didáticos e pautar com veemência em suas teses, seminários e congressos a inclusão da história regional nos livros didáticos, ou então a adoção de exemplares paradidáticos que tratem da questão regional, tendo o cuidado durante a escolha de optar por obras que tratem da região em que os estudantes e professores estejam relativamente inseridos.

2.6. Educação patrimonial e história local

Durante as aulas ministradas pela Professora Dr^a. Cleide Lima Chaves, discutindo uma temática constante do Plano de Curso da Disciplina Educação Patrimonial e Ensino de História, período 2023.1; algumas reflexões foram postas e, no decorrer das aulas pautamos diversos aspectos relacionados ao patrimônio, cultura, museus, memória, educação;

procurando referenciar o trabalho do Professor e, sobretudo, sinalizar o ensino de história a partir dos museus e espaços de memória na perspectiva de oportunizar aos professores e estudantes maior significação para o estudo e apropriação do saber.

Dentre os temas abordados e discutidos na disciplina, chama a atenção o artigo de Simone Scifoni *Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo*, onde ela discute uma tendência metodológica que orientava os estudos e ações educativas no passado e, que, ainda hoje, permeia muitas instituições, reafirmando que, o puro e simples fato de conhecer assegura a preservação ao despertar na sociedade, especialmente nos estudantes o desejo e o compromisso de preservar a partir do estudo de determinados objetos que foram colocados e revestidos de significados históricos, artísticos e culturais, supostamente presentes e, intimamente ligados a vida da comunidade.

Uma questão posta no referido artigo que nos intriga é quando a autora dispara, referindo-se a quem, afinal, deve ser educado ou sensibilizado para as questões de patrimônio e memória. Tal questionamento deixa nas entrelinhas que, a conscientização pensada e direcionada a população, considerando o estágio atual de envolvimento das pessoas em defesa do patrimônio, revela que, essa postura está equivocada, pois, os que de fato precisam se revestir dessa consciência estão nos gabinetes, palácios e a frente de muitas instituições que deveriam defender e preservar aquilo que para a sociedade já foi incorporado à memória coletiva em que o patrimônio histórico e artístico está inserido.

Para ilustrar sua veemente argumentação de que na verdade não é a população que precisa de conscientização, a autora relata o descaso de governos e de instituições que ignoram e fingem não ver a precariedade em que se encontram muitos bens históricos, artísticos e culturais, chegando a serem coniventes em muitas situações, quando estes entram num processo de deterioração, ano após ano e começam a ruir, sem qualquer reação por parte de quem tem a obrigação direta de fazer cumprir a lei, fazer a manutenção, preservação e, até mesmo o tombamento. Num tom de indignação, ela nos faz um alerta precioso:

[...] Deterioração física de bens culturais pelo abandono e ausência de medidas de conservação, o famoso deixar cair; demolições de edificações antigas, legalmente não protegidas, e sua substituição por novas estruturas como condomínios residenciais ou shoppings; projetos estatais de intervenção e criação de infraestrutura que dilapidam e fragmentam conjuntos tombados são alguns dos exemplos de perda do patrimônio que não se explicam necessariamente por qualquer desconhecimento sobre os valores culturais dos bens. Nem ao menos a sua solução passa por promover exatamente conhecimento sobre estes bens (Scifoni, 2019, p. 24-25).

Ao se opor à tese do desconhecimento da população para a não preservação do patrimônio, isso no âmbito das capitais e dos grandes centros do País; não restam dúvidas de que a autora está coberta de razão. Contudo, no interior dos estados, mais detidamente nas pequenas cidades, acredito que exista um misto de desconhecimento e falta de sensibilidade não só por parte da população, mas e, também, por parte das autoridades.

Em Poções, por exemplo, considerando uma forte presença e influência italiana no contexto social, econômico e cultural, é visível a indiferença no tocante à preservação. Em virtude dessa insensibilidade cultural e identitária, muitos casarões na Rua da Itália em Poções foram e são demolidos, dando lugar a novas construções com fito comercial sem nenhuma reação mais contundente por parte dos descendentes e herdeiros, dos movimentos sociais e das instituições local e regional.

Depois de pontuar e deixar muito evidente que o problema da educação patrimonial, tendo em vista a preservação do patrimônio não tem relação direta com o desconhecimento da população, a autora traz uma leitura muito forte para esclarecer e talvez elucidar o que tem ocorrido em Poções-Bahia e também em outros lugares do Brasil.

Sobre a indiferença da população diante das demolições e abandono de muitos bens com relativa significância histórica, artística e cultural, tal comportamento pode estar relacionado à falta de identificação da comunidade com esses bens, inclusive, devido à forma como foram inseridos e consagrados, muitas vezes, ignorando os valores culturais e a memória coletiva da municipalidade. Neste sentido, a autora questiona:

[...] Como sentir apego a um patrimônio que foi construído em uma relação burocrática, vertical e autoritária em que a população não foi ouvida e sequer está suficientemente representada? Uma herança imposta que se afirma como memória coletiva, de todos, mas que espelha relações de poder político, econômico, religioso, militar e na qual estão ausentes de representação vários grupos sociais, principalmente os sem-poder, camponeses, operários, ribeirinhos, colonos imigrantes, os trabalhadores negros escravizados e os indígenas. Como é possível, nesse contexto, ter apego a um patrimônio que simboliza, antes de tudo, relações de exploração, opressão e sujeição social (Scifoni, 2019 p. 28)?

Diante das leituras e das discussões realizadas em sala de aula, na regência da Professora Cleide de Lima Chaves, e das múltiplas intervenções e reflexões dos colegas que integram a turma na disciplina *Educação Patrimonial e Ensino de História*, acredito que os colegas professores e professoras que atuam na rede pública municipal ou estadual, ao concluírem seus estudos no Mestrado Profissional e, mais detidamente nesta disciplina, estão buscando a todo o momento reestruturar suas aulas e sua prática pedagógica, tendo como

meta ressignificar seu trabalho de educador, procurando a partir do que foi pautado e discutido, adotar uma nova dinâmica educacional no dia a dia da sala de aula.

Quando me refiro à sala de aula, não me restrinjo ao espaço físico da escola, pois essa disciplina tem nos ensinado que devemos, dentro das condições possíveis, tirar nossos alunos das quatro paredes e levá-los a outros ares e lugares, quebrando a rotina e propiciando aos discentes momentos de aprendizagem significativa, lúdica e reflexiva, construindo identidade e apego ao seu lugar, sua gente, seus valores, sua trajetória e sua história.

As saídas aqui sinalizadas não precisam ser necessariamente muito longe da escola; pode ser a um bairro, uma rua, um monumento, a feira, o mercado, uma fábrica, uma comunidade quilombola, um artesão, um artista, um terreiro, uma paisagem natural, uma igreja, uma comunidade, um povoado da zona rural e outros mais. Assim, vamos oportunizar aos estudantes vivências com a realidade local, regional, estadual, nacional e mundial; de modo a refletir e problematizar, ensinando e aprendendo mutuamente.

Uma das lições que os estudos até aqui realizados nos coloca e, esta disciplina reafirma, é que “alguma coisa está fora da ordem” no que diz respeito aos componentes curriculares e que, nós, professores, precisamos cortar as amarras impostas pelo processo de colonização e promover o reencontro com os saberes e valores que verdadeiramente remetem as nossas origens, tradições, memórias e ancestralidade enquanto povo.

Caminhando nessa direção, devemos atuar no sentido de problematizar para compreender e se posicionar frente a tudo que até aqui nos foi ensinado. No que se refere à educação patrimonial, é preciso considerar as provocações que a autora nos apresenta nos seguintes termos:

[...] A sensibilização e apreço a esses bens passa, portanto, pela sua problematização como patrimônio, transformando a visão daquele passado que se apresentava como drama e espetáculo, em possibilidade de reflexão crítica sobre o que fomos e somos como nação. Problematicar as políticas de preservação significa questionar, tal qual faz Todorov (1995), sobre este poder exclusivo do Estado de eleger que memória será conservada e o que será esquecido, ou seja, significa afirmar que os indivíduos e grupos têm o direito de saber sobre a sua própria história (Scifoni, 2019, p. 29).

Ao discutir o papel da Educação Patrimonial a autora nos remete a uma reflexão sobre o trabalho do professor na condição de educador. Ao colocar os alunos em contato direto com a história através dos monumentos, objetos, manifestações culturais e espaços de memória; seja para reafirmar, seja para contradizer ou ressignificar o que a historiografia de matriz colonial tem nos legado é preciso considerar como se dá o acesso ao saber.

Assim, o posicionamento aqui posto nos alerta e nos faz refletir sobre o fazer pedagógico que tem sido determinante para definir o formato do ensino-aprendizagem até então protagonizado nas escolas por muitos de nós, professores e professoras. Vejamos então essa imprescindível provocação aqui posta:

[...] Vista como direito social, a educação patrimonial deve compor e fazer parte de todo o processo de patrimonialização, como estratégia de envolvimento, de interlocução e de participação social nas decisões. Esse é, verdadeiramente, o seu lugar de atuação. Erroneamente se tem entendido educação como “levar conhecimento”, o que pressupõe, conforme Paulo Freire (2011), que o conhecimento encontra-se pronto e acabado, restando apenas transmiti-lo às pessoas. Conforme o mesmo autor, a realidade deve ser decifrada e reinventada a todo o momento e o conhecimento centrado na descoberta. O objetivo do conhecer é, assim, segundo Paulo Freire, descobrir junto, aprendendo com o outro, já que, na sua concepção, não há duas figuras, quem educa e quem aprende, mas uma relação em que nos educamos juntos (Scifoni, 2019, p. 30).

Considerando que educação não é só levar conhecimento, fica bem evidente que o principal desafio do educador é incorporar e operacionalizar os ensinamentos de Paulo Freire no sentido de compreender que, quem ensina também aprende. Para que isso aconteça satisfatoriamente é preciso levar em consideração a realidade de quem quer aprender, ciente de que é através do diálogo que o conhecimento acontece, ouvindo e valorizando o saber do outro e se dispondo a aprender com ele.

Levando em consideração o debate promovido pela disciplina *Educação Patrimonial e Ensino de História* e tomando por base o trabalho realizado no colégio estadual onde leciono e o envolvimento na política local; estou estruturando um trabalho de pesquisa com os meus alunos intitulado *Cantos e Encantos de Poções*, tendo como objetivo fazer um levantamento do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e, ao final, elaborar uma carta ao poder público local, sugerindo a criação de um arquivo público e museu municipal, bem como o tombamento de alguns bens patrimoniais.

Para iniciar o trabalho com as turmas de 1º ano do Ensino Médio integral, foi apresentado um questionário, tendo em vista perceber o que os alunos sabem sobre o seu lugar; identificando o bairro, a rua, localidade rural, povoado onde eles residem, bem como instituições, pessoas e espaços que tem ou tiveram papel relevante em nosso município. Também disponibilizamos a eles um breve relato sobre a origem do município de Poções, destacando povos originários, povoamento, confrontos e emancipação.

Em seguida, eles devem, através de um breve relato no caderno, informar o que tem de interessante, curioso e o que as pessoas mais comentam, frequentam e utilizam no seu bairro.

Depois de ouvir e discutir com os alunos aspectos relativos ao município de Poções, os grupos de trabalho foram constituídos, os temas (espaços referenciais de memória), definidos para que a pesquisa fosse realizada.

Foi proposto um roteiro de trabalho e, a partir de então, os grupos começaram a se reunir e com a orientação do professor, foram elaborando o roteiro da pesquisa de acordo com o tema definido, elencando tarefas e tirando dúvidas sobre o que deveriam fazer e como fazer, quem procurar e por onde começar.

Depois de discutir exaustivamente o roteiro e dirimir todas as dúvidas sobre o trabalho a ser desenvolvido pelos grupos, vamos montar uma agenda de visitas, entrevistas e registros, em que, os alunos e alunas, mediante autorização dos pais e aval da direção, vão deixar a sala de aula em um dos turnos, conforme combinado com as pessoas que irão conceder as entrevistas e/ou acompanhar a visita aos espaços de memória para realização do trabalho, conforme o roteiro e as tarefas previamente elaboradas pelos respectivos grupos.

Caso seja necessário, vamos solicitar que, na medida do possível, professores, pais e servidores do colégio possam acompanhar um ou outro grupo que apresentar certa imaturidade ou insegurança para realizar seu trabalho. Concluída ou não a tarefa sinalizada, os alunos devem retornar ao colégio para lanche, almoçar, receber novas orientações e retornar para suas casas. Caso o tempo ou qualquer outro imprevisto dificulte e não seja possível concluir a tarefa dentro do cronograma previsto, outra agenda será montada para que o trabalho seja retomado e finalizado.

Depois de finalizadas todas as etapas do trabalho, em sala de aula, os alunos vão trabalhar as informações e o material coletado nas visitas e entrevistas. Para concluir, cada grupo deve elaborar um relato da experiência, fazer uma apresentação para a turma, exibir um vídeo de 3 a 5 minutos, mostrando imagens dos momentos de reunião, produção e realização da pesquisa e entregar ao professor para analisar e sugerir ajustes ao trabalho realizado (texto e vídeo).

Uma cópia do trabalho final de cada grupo ficará no colégio para registro, consulta e incentivo a novas pesquisas e estudos que, porventura, sejam realizados por outros professores da unidade de ensino. Também vamos elaborar uma carta ao poder público municipal (Executivo e Legislativo), sugerindo a criação do museu e arquivo municipal e, dentro do possível, o tombamento de alguns bens patrimoniais históricos, artísticos e culturais do município.

A intenção com esse trabalho é colocar os alunos em contato com a realidade local e, assim, aproximar e sensibilizar no sentido de conhecer, perceber e dialogar sobre a

importância do patrimônio cultural que ainda existe em nosso município e verificar as condições de muitos bens patrimoniais, históricos e culturais que resistem ao tempo, indiferença da sociedade e descuido das autoridades. Dentre outros objetivos buscamos:

- Identificar espaços de memória e marcos da nossa história;
- Perceber a relevância e importância dos espaços no imaginário popular;
- Discutir a influência desses espaços na formação cultural, política e social da comunidade;
- Verificar a contribuição desses espaços no desenvolvimento local e regional;
- Perceber vestígios de memória e da história que os espaços ainda revelam e preservam;
- Conhecer e registrar impressões e constatações sobre os espaços observados;
- Problematicar e sensibilizar para valorizar, cuidar e preservar o que restou;
- Discutir razões e reflexos das demolições e apagamentos de patrimônios culturais.

Outro aspecto a considerar neste trabalho é o fato de buscar o envolvimento da comunidade escolar no sentido de chamar a atenção e mobilizar a sociedade para abraçar a causa, sensibilizar as autoridades constituídas e definir um conjunto de medidas legais e administrativas que possam desencadear ações para pesquisar, catalogar, restaurar, preservar, e viabilizar a proposta de arquivo e museu municipal.

O desafio é grandioso, pois, quando se trata de cultura e de patrimônio cultural material e imaterial, geralmente a lei orçamentária, aprovada pelo Poder Legislativo, indica uma dotação pífia e, mesmo quando define uma verba modesta, esta acaba sendo dissolvida através das suplementações e remanejamentos de verbas sugeridos pelo Poder Executivo, alterando a Lei Orçamentária Anual (LOA) através da Câmara de Vereadores. Mas, mesmo assim, vamos nos mobilizar, discutir, insistir e persistir. Havendo mobilização e apelo social é possível acontecer, ainda que de forma parcial.

Para que o local venha de fato integrar o currículo oficial da grade escolar existe um longo caminho a trilhar e muitos embates a travar, se considerarmos que a história local e regional continuam enfrentando uma série de obstáculos para se efetivar enquanto instrumento viável para o ensino de história de forma significativa para os alunos e para os professores também.

Considerando as dificuldades postas e diante da oferta significativa de vasto material oriundos dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado que são produzidos nas universidades, acreditamos que é possível ofertar aos professores e estudantes algo que possa ajudar a fazer chegar à sala de aula o estudo e a pesquisa do local, tendo-o como ponto

de partida para compreender o nacional e o geral e, assim, se posicionar, exercitando sua consciência histórica, forjada no contexto da sala de aula e no dia a dia da comunidade; pois, quem sabe mais luta melhor e, sabendo mais sobre seu povo e sua trajetória, poderá dispor de um referencial teórico capaz de lidar com as particularidades e dificuldades que a vida nos impõe constantemente.

3 POÇÕES: POVOAMENTO, EMANCIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Diante de tudo que já foi apresentado, considerando os autores e autoras aqui referenciados, bem como as reflexões postas, está mais do que evidente que o estudo da História Local e Regional pode se constituir em um caminho viável para o ensino e aprendizagem da História. No que tange ao ensino de História com foco no município de Poções, vamos nos apoiar nas produções que tratam do nosso lugar na intenção de inserir o local para aproximar, significar e preencher possíveis lacunas que, certamente, a história nacional e geral não conseguiu sanar.

Os temas até aqui discutidos e, em especial, as questões que dizem respeito ao livro didático, apontam que embora exista muita resistência em reconhecer o local e a produção sobre história local como um campo a ser estudado e abordado na perspectiva de vir a integrar a grade curricular, ainda assim, é preciso continuar batendo nessa tecla e contrapondo os argumentos que, até então, eram e ainda são utilizados para não admitir o lugar do local no ensino e aprendizagem da História. Acreditamos que o debate sobre a História Local vai permanecer e deve se pautar em muitas direções, podendo ensejar uma discussão em virtude da origem, formação e profissão dos autores que serviram e servem de suporte para a construção de muitos trabalhos acadêmicos. Também é possível aparecer argumentos tentando desqualificar o local, arguindo sobre a falta de rigor científico, pouca inserção no mercado editorial, limites e entraves a novas publicações, dentre outras questões. Mesmo assim, é preciso manter o curso e recuperar a importância do local para a História em todas as suas dimensões.

Todas as possíveis justificativas para conter ou dificultar o acesso, a pesquisa e a produção sobre a história local foram aqui debatidas e, mesmo com algumas limitações, acabaram sendo confrontadas e, ao final, fica sinalizado que o local, se bem trabalhado, pode ser o caminho ideal para significar os estudos, motivar alunos e professores, potencializar a identidade e resgatar memórias que se perderam como o passar do tempo e que são imprescindíveis para recompor a autoestima e o protagonismo de uma localidade e de um povo que ao longo de muitos séculos fora ignorado.

Na intenção de jogar luzes sobre a produção historiográfica relativa a Poções, apresentamos a seguir alguns relatos que remetem a vários autores e pesquisadores que se debruçaram sobre diversos aspectos históricos, literários, sociais, culturais e geográficos do município de Poções e, dada a importância e significância na composição desse trabalho,

achamos por bem abordá-los, não só para fundamentar nossa premissa, mas e, sobretudo para fazer justiça ao empenho de muitos graduados e graduandos que estudaram e estudam o local.

3.1 Uma imagem de Poções no olhar do poeta

Sombras sobre a cidade, uma leitura de “Poções revisitado: algumas notas”, poema de Ruy Espinheira Filho, objeto do artigo de Valéria Lessa Mota, publicado em *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, v7 nº 7/8, Edições Uesb, 2007; traz uma análise da obra desse poeta que viveu parte de sua infância em Poções e ao observar a cidade da infância e espelhar com outras cidades que visitara no transcorrer da sua vida, puxando pela memória, como costumava dizer minha mãe, Ruy Espinheira Filho se reporta a Poções e escreve o poema que integra Héleboro, primeiro livro, publicado em 1974.

No contexto de sua análise da obra do poeta, Mota (2007) nos brinda com algumas informações sobre o poeta, a poesia e a cidade da infância deste, no período em que o mesmo revela as memórias que compõem sua obra, repercutindo o cenário municipal nas décadas de 1940 e 1950, recuperando para além das impressões do autor, informações que nos ajudam não só a perceber as mudanças que a cidade tem vivenciado ao longo do tempo, considerando o passado histórico e urbanístico, sem deixar de tocar no viés econômico, cultural, social, político e religioso, relativo ao momento da infância do poeta em Poções. Vejamos então:

Ruy Espinheira Filho, quando escreve e publica a sua primeira coletânea, vive em Salvador, uma cidade que, se não era ainda uma grande metrópole, tão pouco era tão provinciana como a cidade de Poções, situada no sudoeste baiano, que à época em que o poeta nela viveu, na década de 1940-50, possuía uma economia com raízes marcadamente rurais, tanto que 38% da população ativa dedicava-se ao ramo da agricultura, pecuária e silvicultura “que depois da atividade ‘doméstica’, é o ramo de mais elevado índice de ocupação no município” (Mota, 2007, p.204).

Ao descrever a Poções da infância do poeta, mais adiante a autora caracteriza o espaço geográfico municipal em meados do século XX, inclusive, apresentando dados referentes à produção, população, área, logradouros e infraestrutura que predominava na época em que o ilustre poeta, Ruy Espinheira Filho, era parte integrante da municipalidade, esclarecendo que:

No município de Poções, em meados do século XX, ainda existia manufaturas de açúcar mascavo, farinha de mandioca, manteiga, beneficiamento de café e arroz, industrialização de biscoitos, entre outros do mesmo calibre. Cidade pequena, sua área em 1953 era de aproximadamente 4.277 quilômetros quadrados, no perímetro da sede funcionava “2 cinemas, 5

hotéis e 3 pensões”, contando com 6 ruas pavimentadas, das 17 existentes, 3 logradouros arborizados e praticamente todos com iluminação elétrica (Mota, 2007, p.204).

Em Poções revisitado: algumas notas, o poeta nos remete a episódios marcantes que se entrelaçam no cenário municipal, descortinando aspectos da cultura e tradição de um povo que, mesmo se reinventando por força da modernidade, continua preservando fragmentos de manifestações e vivências do passado, ainda presentes na atualidade, sutilmente destacadas por Mota (2007) em seu artigo, quando apresenta e comenta as notas de 1 a 8 que fundamentam sua análise da obra de Ruy Espinheira Filho. Não é fácil lidar com obra literária ou sua análise para extrair daí informações e reflexões de caráter histórico, principalmente quando se trata de um autor que constrói sua obra alicerçada em memórias, e neste caso, em particular, lembranças de uma infância em uma cidadezinha do interior depois de conhecer e morar em cidades de grande porte, a exemplo de Salvador.

No tocante à nota 1, intitulada de *Chegada*, é possível perceber uma referência a religiosidade do povo de Poções quando se refere a uma certa perturbação advindas das andorinhas a trissar ou do canto da procissão: “No céu, no céu com minha mãe estarei”. Em se tratando da nota 2, *O Beco*, destaca a importância dos alfaiates num tempo em que a moda era replicada por estes artífices das agulhas, tesouras, tecidos, botões e outros adereços, conforme o gosto da freguesia.

Não escapam às observações do poeta, o exercício do poder e da Justiça quando trata da nota 3, *Autoridade*, fazendo referência ao Dr. Juiz de Direito que mandou prender o bêbado, o desordeiro, o assassino e proibiu os bодоques, portados por meninos, para proteger as vidraças das balas perdidas e, na mesma nota, insinua que, no fundo das noites os lobisomens uivaram e vagaram impunemente até o fim, possivelmente se referindo a segmentos da sociedade em que, à época, a Justiça também não alcançava. A figura do doido que sempre povoa uma cidade é personagem da nota 4, *Episódio*. O poeta, alçando suas memórias da infância, se reporta a Boqueirão, que o encurralou entre a parede e o tijolo em sua mão. Porém, o louco se portou de forma incomum, como não era de se esperar, apenas o fitou longamente e se afastou com lentidão, poupando-lhe o que, no seu dizer, seria mais uma loucura de Boqueirão. Quanto às notas 5, 6, e 7, o poeta suscita da memória de infância árvores que certamente sombreavam e frutificavam em muitos espaços da cidade de seu tempo de menino. Sequencialmente, avoca o vento que sopra o tamarindeiro, mas nesta nota, apenas o vento se revela e lamenta a morte do tamarindeiro. Suas andanças, revisitando a cidade, o fazem lembrar do irmão ainda muito pequeno, quando o grande eucalipto tombou e

o mesmo inocentemente correu para dizer que havia caído o apocalipse. Por último, o poeta pauta as casuarinas que acenam quando o vento chega à Praça e, nesse particular, lembro-me de algo mais recente, salvo engano em 2014 ou 2015, quando um projeto de intervenção na Praça da Bandeira, em frente à Prefeitura, atualmente Praça da Juventude, acabou removendo algumas casuarinas que, segundo os agentes públicos da época, estavam adoecidas. Porém, tal medida foi objeto de manifestações contrárias, polêmicas e iniciativas outras para impedir o corte das árvores centenárias. Tratando-se da nota 8, *Calçamento*, o poeta se reporta às fogueiras de São João, o jogo de gude, o círculo traçado no chão para tocar piões e conclui seu mote se referindo aos paralelepípedos que são firmes e duros, recobrando as ruas de modo limpo e ordenado e deixa escapar a crítica, para além do que já fora insinuado, fala diretamente sobre o prejuízo da impermeabilidade que fica prejudicada com obras dessa natureza. Imagine só, se ele tivesse revisitado Poções, tempos depois e se deparasse com ruas asfaltadas!

Ao analisar a obra do poeta, a autora faz referência frequente a Flash Gordon, um cinesseriado estadunidense de 1936, do gênero ficção científica, com a direção de Frederick Stephani e produzido pela Universal Studios, em 13 capítulos (Wikipédia, 2025). Tal seriado aparece na análise que Valeria Lessa Mota faz da obra de Ruy Espinheira Filho, *Poções revisitado: algumas notas*, onde infere que, durante a infância, o poeta frequentava o cinema e aguardava eufórico os novos episódios da série e, com base no enredo desse seriado, fica mais ou menos patente que a obra em questão tem uma forte relação com o propósito enunciado no folhetim, ficando muito evidente ao destacar que:

Ao rememorar e detectar as mudanças, o poeta distancia-se daquele que ele foi e que a cidade traz de volta: o menino que entendia o código de ramos da casuarina e que esperava ansioso as aventuras semanais de Flash Gordon; aquele que enquanto vivia naquela Poções da infância sonhava com a cidade-planeta de Flash Gordon, um projeto futurista cujas consequências o poeta revisitor, experiente de outras cidades, anos-luz distantes de Poções interiorana, conhece ou prevê, mas que o menino não sabia nem poderia conhecer. Há, assim, uma distância entre a modernidade e, portanto, a mudança sonhada pelo menino, percebida na cidade revisitada e desejada pelo adulto revisitor.

O revisitor projeta sobre o vazio das ausências uma imagem mais complexa da cidade, a Poções da infância, configurada como uma sociedade urbana em processo de desaparecimento, desvanecendo como o “trissar de andorinhas”, sobre a qual paira a sombra de Flash Gordon, figura também do passado, mas que representava um futuro desejado (Mota, 2007, p.210,211).

Em *Poções revisitado: algumas notas*, a abordagem da autora no tocante ao futuro que o poeta aponta, demonstra uma certa decepção do mesmo com o avanço tecnológico que não coloca o ser humano em primeiro plano. O desencanto do poeta com a modernidade vem no bojo do desenvolvimento capitalista que segrega populações inteiras a condição de exclusão, apartação, submissão e abandono em muitas cidades brasileiras, ao afirmar que:

O poeta conhece o caráter desumanizador das metrópoles, por isso ele se perturba com a perspectiva de futuro que paira sobre a cidade que revisita, porque sobre ela está, em forma de sombra, a cidade sonhada, antecipada no desejo. O poeta, fincado e sintonizado no tempo presente, de onde emerge, rico de tesouros – experiências suas e alheias –, vivenciou essas condições históricas. Ele tem a consciência da incorporação dessa ideologia, cujos indícios de concretização na cidade desnuda com a anotação das ausências e das mudanças ocorridas. As inexistências e mudanças configuradas sistematicamente, na primeira estrofe do poema, e as demais, o tamarindeiro, o louco Boqueirão, o Dr. Juiz de Direito, os jogos de gude e pião, índices de uma sociabilidade praticamente desaparecida, dão notícia de mudança para uma sociedade marcada pela individualidade e solidão, condições vivenciadas pelo poeta urbano, metropolitano e ainda ausente do “Poções revisitado” com os ajuntamentos religiosos da procissão. Contudo, sobre a cidade paira sombriamente e, desde a infância do poeta, o emblema da sociedade urbana e industrial, capitalista e de massa, uma vez que Poções da infância já se organizava de modo a excluir e marginalizar alguns membros da comunidade (Mota, 2007, p. 215).

Valéria Lessa Mota conclui sua análise da obra do poeta como se dissecasse o texto, revelando nas entrelinhas como se esse se apresentasse no formato de parábola, conforme se apresenta em trechos da bíblia nos evangelhos que fundamenta o cristianismo. Em cada anotação, uma revelação do olhar do poeta, mergulhado na memória da infância, traz à luz do presente, a circunscrição do planejamento urbano e sua real intenção que se materializa na autoridade citadina.

Discutindo o exercício do poder no contexto da infância do poeta, é revelador que o exercício deste é pautado em uma ordem social disciplinadora e excludente, procedimento que se exacerbará na sociedade urbana, moderna e capitalista. Subjacentes às instituições públicas, jurídicas, educacionais e de saúde há as estratégias de controle social, que visam a disciplinarização de mentes e corpos, concluindo que os mecanismos de controle têm, no planejamento urbano, um marco simbólico.

O olhar atento da autora que analisa a obra do poeta destaca que os lobisomens são no poema, uma força misteriosa, noturna e híbrida_humana e desumana_que está para além do poder que possibilita a organização socioespacial e política de qualquer cidade, uma vez que, desde sua origem, cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e

uma relação política. Também não deixa escapar que o momento histórico em que o poeta, imerso em suas memórias de infância no município de Poções, durante a escritura dos respectivos poemas, remete para condições locais que podem ser associadas ao Estado raptado pelos militares, circunscritos no final da década de 60 ao final da de 70, quando se vivia no Brasil a Ditadura Militar, contraface do Estado que promovia a modernização e inculcava a modernidade.

Ao longo da decifração da obra do poeta alusiva à Poções de sua infância, a autora aborda os reflexos da sociedade industrial, representada para si mesma como ordenadora, produtora e criadora, também destrói e gera o caos. Na observação da autora, o poeta representa o caos de modo inocente na nota “6, *Árvore* (II), destacando a banalidade do episódio com o “irmão pequeno”, indicia, tanto o jogo poético re-inaugurador de palavras, quanto as revelações que essas palavras contêm quando ouvidas por ouvidos que querem ouvir e faladas por vozes que querem dizer, como a do poeta que traz à lume a condição degradada da natureza. Finalizando as anotações, a autora segue afirmando que a expansão urbana, “ditada pela economia capitalista”, avançou e destruiu a natureza e as construções existentes sem consideração por sua história, sua humanidade e os seres humanos do futuro. O desprezo a espaços de encontros regulados pela lógica da “perda de tempo”, do ócio, do jogo é o próprio desprezo à poesia, que se faz imagem apocalíptica, nesse fragmento do poema de Ruy Espinheira Filho:

6- *Árvore* (II)

Quando tombou o grande eucalipto, meu irmão pequeno correu pra nos dizer que havia caído o apocalipse. (Mota, 2007, p. 203)

Trabalhar esse artigo e mergulhar na obra de Ruy Espinheira Filho, tratando de questões relativas à Poções, resgatadas através de suas memórias de infância, nos permite conhecer um pouco da alma do poeta e perceber a sutileza, delicadeza e alcance de sua obra, revelada por Valéria Lessa Mota, possibilitando reflexões diversas, abrindo várias frentes de debates, entrelaçando a história local, nacional e geral, inclusive, referenciando sua análise em renomados autores que, no tocante à disciplina História, têm nos legado irretocáveis contribuições para o ensino, pesquisa, reflexões e produção historiográfica.

3.2 Rio São José: povoação e degradação

Desde os tempos mais remotos, inclusive, na antiguidade, os rios sempre foram fator de atração, concentração de pessoas e início de povoamentos, marcado por disputas pelos espaços com maior oferta de água e que poderiam oportunizar o cultivo agrícola, a pesca, a navegação e a criação das mais diversas espécies de animais, viabilizando inclusive, a criação de gado em larga escala, a exemplo de uma das atividades econômicas que teria motivado o desbravamento e ocupação do Sertão da Ressaca, espaço geográfico em que se encontra o município de Poções no contexto da colonização portuguesa do Brasil. Mesmo sendo os rios um grande aliado no processo de ocupação e povoamento de diversas regiões em todo o planeta Terra, ainda assim, a relação dos humanos com os rios foi se tornando predatória, na medida em que, o processo de colonização avançava e a demanda por uma produção cada vez maior se impunha, pressionada pelos grandes centros que aglutinavam maior número de habitantes, a degradação dos recursos naturais se tornava mais intenso e nocivo à própria humanidade.

Além disso, o desejo de acumular e suprir o mercado e a incapacidade de perceber o aspecto finito dos recursos naturais, tudo isso acabou negligenciando e comprometendo o equilíbrio entre homem e natureza. Com o desenvolvimento tecnológico e o advento da inteligência artificial, dispondo de conhecimento e recursos científicos, humanos e materiais para intervir e começar a reverter a degradação ambiental que avança a passos largos, ainda assim, é a sanha do consumo que tem pautado a vida em sociedade. Mesmo cientes de que nossa permanência no planeta pode ser interrompida se o modelo predatório não for contido, o sistema capitalista e a cultura de acumular, consumir e concentrar a riqueza produzida por todos em poucas mãos, relegando milhões de pessoas à exclusão social ainda não tem sido o suficiente para uma mudança radical da relação homem/ambiente. Apesar da reação do planeta, protagonizado pelas mudanças climáticas, ainda não conseguimos, em âmbito global, sensibilizar as grandes potências econômicas, políticas, militares, tecnológicas e científicas a repensarem suas práticas e procurarem desenvolver hábitos que sejam menos danosas ao ambiente natural e a biodiversidade, preservada em alguns países do mundo, a exemplo da Amazônia no Brasil.

Em se tratando do Rio São José que corta o perímetro urbano do município de Poções, as autoras Manuela Silva Santana e Valdelice de Jesus Farias, em artigo *Expansão Urbana e Degradação Ambiental do Entorno do Rio São José em Poções-Bahia*, publicado em *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, v 7 nº 7/8,

Edições Uesb, 2007; p. 173 -198 abordam a situação degradante do Rio São José e destacam a importância desse manancial na constituição do povoamento e para todos aqueles que chegaram depois e passaram a usufruir das águas do referido rio para as atividades domésticas, de subsistência e comercial ao longo de muitos anos. O mesmo rio que outrora possibilitou a fixação de pessoas em suas margens, garantindo o início do povoamento do espaço territorial que, mais tarde, viria ser o Arraial dos Poções e tempos depois, em 1880, após sua emancipação de Vitória da Conquista, alçava autonomia e condição de município, compondo assim o estado da Bahia no âmbito de Brasil. Esse mesmo rio, com base nos estudos e pesquisa das autoras já mencionadas, revela que a intervenção humana e a ocupação desordenada de suas margens acabaram tornando o rio uma ameaça, seja pela redução da oferta de água, assoreamento, canalização do seu leito no perímetro urbano, poluição e eventuais inundações, somando-se a isso a negligência do poder público que, mesmo tendo ciência do problema não interveio para evitar danos ainda maiores.

Antes de adentrar na questão específica relativa à degradação do Rio São José, as autoras fazem um resgate histórico sobre a origem das cidades e abordam os reflexos do processo de industrialização no espaço urbano o que, segundo elas, pode ser a raiz de todos os problemas ambientais e sociais que todas as sociedades de boa parte do mundo enfrentam. Esclarecendo o processo de formação das cidades de um modo geral, elas pontuam que:

As primeiras cidades surgiram associadas aos rios em função da necessidade de terras férteis e de irrigação para a produção de alimentos para abastecê-las. Contudo, o início de um processo de urbanização verdadeiramente consistente somente ocorreu após o advento da industrialização, pois esta requeria em sua proximidade uma aglomeração de pessoas que pudessem servir como mão de obra fabril (Santana; Farias, 2007, p.175).

Na medida em que a população vai se aglomerando, os núcleos de povoamento vão se transformando de acordo como a lógica do capital e dando o contorno de urbanização em que são fomentadas as cidades modernas, contemporâneas, pós-modernas, metrópoles e megalópoles. Esse crescimento populacional, atendendo aos pressupostos do sistema capitalista, passa a ser justificado, convencendo as pessoas de que residir nos espaços urbanos cria a perspectiva imediata de alcançar o suprimento das necessidades básicas de cada cidadão como habitação, trabalho, alimentação, saúde, dentre outros serviços. Mas, essa concentração vai provocar fortes alterações na paisagem natural, conforme explicitam que:

Ao construírem os espaços urbanos, as sociedades alteram a paisagem natural dando origem a uma paisagem que se modifica no decorrer do tempo. Nesse processo de transformação, as características naturais do lugar – como solo, água, vegetação, ar, paisagem e clima – são utilizados como recursos para a construção de um novo ambiente. Essa estrutura socioespacial atinge as populações das cidades em sua totalidade, e mais ainda, incrementa a agressão ambiental através do volume de águas servidas, esgotos, resíduos sólidos, entre outros, sobre os rios e recursos naturais em ambientes urbanos (Santana; Farias, 2007, p.175).

Voltando o foco para o nosso Rio São José as autoras apresentam o contexto histórico onde demonstram o forte vínculo do rio com o processo de ocupação, povoamento e desenvolvimento do município de Poções. Para além das informações pertinentes ao papel do rio na modelagem do Arraial dos Poções e das pessoas que aqui se fixaram, é importante destacar alguns aspectos introdutórios para entender o alcance do rio na formação do povoamento e caracterização do espaço geográfico onde o rio se insere e se constitui em elemento definidor do território, dentro do Sertão da Ressaca, que, mais tarde, se consolidaria como Poções-Bahia, pontuando que:

O município de Poções, cujo nome foi atribuído devido à quantidade de poços existentes na sua sede, encontra-se plantado na região sudoeste da Bahia e possui uma área de 963 km². A cidade possui uma área urbana de aproximadamente 12,84 km², subdividida em 18 bairros. O Rio São José corta a cidade de Poções em direção sudeste/nordeste, margeado pelos principais bairros do município, principalmente os situados na área central da cidade, funcionando, no perímetro da cidade, como um divisor de zonas urbanas (Santana; Farias, 2007, p.178).

Em se tratando do espaço urbano as autoras fazem referência aos loteamentos, afirmando que estes são elementos impulsionadores do processo de urbanização e advogam que, no início da formação territorial do município de Poções, o crescimento se deu a partir das margens do Rio São José. Para esclarecer, elas pontuam:

Como exemplos, podemos citar o Cruzeiro da antiga Capela de Nossa Senhora da Lapinha (a igreja mais antiga que foi construída no arraial), a Igreja do Divino Espírito Santo e também a antiga “Rancharia dos Tropeiros”, datados do século XVIII, esta última demolida há, aproximadamente 15 anos. Além disso, constata-se a presença de casarões das elites do município, construídos neste mesmo contorno, os quais hoje se emaranham às construções recentes, deixando neste espaço as marcas de uma sociedade que vivenciou uma época diferente e que contribuiu para a configuração do espaço atual (Santana; Farias, 2007, p.179).

No contexto do povoamento, tendo como elemento aglutinador o Rio São José, (Santana; Farias, (2007) fazem referência a figuras que teriam iniciado a ocupação dos espaços margeando o rio. Acredito que, na época, pela limitação das fontes de acesso à pesquisa, não foi possível constar, dentre as pessoas que iniciaram o processo de ocupação, a presença de indígenas, negros e outros que porventura tenham participado do empreendimento, oriundos de outros países e de outras regiões da colônia. Ainda assim, é importante destacar que:

De acordo com o levantamento de dados e a pesquisa de campo, constata-se que a expansão urbana de Poções ocorreu diametralmente e perpendicularmente sobre o Rio São José, o que, de certa forma, o deixou nessa atual condição ambiental, apresentando no perímetro urbano, inexistência de matas ciliares e total precarização de suas águas, as quais tornaram-se escassas e/ou impróprias para o consumo. Considera-se, ainda, que o povoamento do município, segundo Torres (1888), foi iniciado por Thimóteo Gonçalves da Costa e seus filhos Bernardo e Roberto Gonçalves da Costa após a conquista dos índios da região pelo Capitão-mor João Gonçalves da Costa, que doou um terreno nas proximidades do rio dos “Poções”, atual Rio São José (Santana; Farias, 2007, p.179).

Discutir a importância dos rios no passado e no presente tem sido uma constante em virtude da escassez de água potável para o consumo humano e também pela forma como os grandes empreendimentos agropecuários têm demandado um grande volume de água para manter e ampliar a produção. Como o meio ambiente é formado por um todo harmonioso e integrado, as ações isoladas, mesmo distantes e aparentemente inofensivas, podem comprometer toda uma cadeia que envolve a produção de água e a incidência de chuvas. Diante desse quadro de poluição e escassez, em pouco tempo, a água pode se tornar um dos ingredientes mais demandado e mais caro na manutenção da vida em pouco tempo, a água pode se tornar um dos ingredientes mais demandado e mais caro na manutenção da vida. Considerando que o acesso à água integra um rol de direitos imprescindíveis à qualidade de vida, no tocante ao Rio São José é importante considerar que:

O município de Poções faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio de Contas, a qual também abrange uma vasta área de outros municípios baianos, destacando a cidade de Piatã, onde nasce um dos principais corpos d'água, o Rio de Contas, e o município de Itacaré, onde esse rio deságua. Além disso, existem outros rios de destaque que compõem essa bacia, como os rios do Antonio, do Peixe, Brumado, Gavião, Gongogi, Jequiezinho, entre outros. É nesta rede de engrenagem que se encontra a micro-bacia do rio das Mulheres, a qual é composta pelo rio das Mulheres, rio São José, riacho das Furnas e riacho Espírito Santo.

O Rio São José, que compõe uma outra microbacia, nasce no Morro Preto que fica na Serra das Furnas, no Povoado de Duas Vendas, distante 20 km da

sede, numa área fronteiriça entre os municípios de Planalto e Poções. Apesar da microbacia apresentar um grande número de cursos d'água, nos dias atuais, muitos tornaram-se intermitentes ou até mesmo foram extintos, por conta do desmatamento ocorrido em morros e serras da região, onde se situam as nascentes que alimentam os cursos d'água, bem como por causa da retirada da mata ciliar no interior das fazendas para comercialização da madeira e produção pecuária (Santana; Farias, 2007, p.180).

Um aspecto curioso apresentado no artigo, tratando da degradação do Rio São José diz respeito à construção de barragens no seu curso. Um leitor talvez não muito familiarizado com as particularidades do território no qual o município de Poções está inserido e, em especial o trecho que compreende o curso do Rio São José pode achar estranho o fato de a incidência de barramentos prejudicar ao invés de potencializar e contribuir para perenização do mesmo. O argumento esclarece que:

Um outro fator que teve grande relevância no processo de degradação das águas do Rio São José foi a construção de diversas barragens no seu percurso, as quais tinham como pretensão o abastecimento da fazenda, da pecuária, bem como das lavouras de hortaliças e frutas, que sempre foram cultivadas nas suas margens. Como a região climática onde se encontra o rio São José apresenta uma baixa pluviosidade, a opção que se buscava para reservar água para os períodos de estiagem era a construção de barragem no seu curso. Por conta disso, o rio chega à cidade já enfraquecido, onde passa a ser o receptor do esgoto urbano, acolhendo em suas margens muitas edificações (Santana; Farias, 2007, p. 181).

Represar águas sempre foi uma saída para que nos períodos de pouca chuva, o que é muito comum em muitas regiões do Nordeste, que a população fique sem água para a lida durante aquele período em que a temporada de chuvas demora de chegar. Então, nesses casos, é importante construir cisternas, açudes, barreiros, barragens dentre outras alternativas para represar as águas e não passar muito aperto no tempo da estiagem.

No caso do Rio São José, como já foi aqui mencionado, a construção de barragens em seu curso acabou se tornando um fator de degradação, inclusive, por conta da pouca pluviosidade da região. Entretanto, para prevenir a escassez de água e aproveitando o curso do referido rio, principalmente no trecho que se aproxima do perímetro urbano, foram construídos alguns açudes e, por conta de algumas dessas obras, como relatam as autoras, o espaço urbano de maior concentração de pessoas e comércio acabou sofrendo como as enchentes que ocasionalmente ocorreram durante as estações chuvosas.

O relato apresentado por Santana; Farias, (2007) quanto à construção de açudes no perímetro urbano de Poções, utilizando o curso das águas do Rio São José, esclarece que, o

rio, cujas águas atualmente se encontram impróprias para o consumo, já serviu para o abastecimento de toda cidade. Embora a construção e reconstrução de açudes para represar as águas do Rio São José tenha permitido o acúmulo de experiência quanto à definição do local adequado para o barramento, formato e material para aterramento, compactação e a extensão ideal para a vazão nos períodos de cheias (o ladrão); ainda assim, os habitantes da parte baixa, no caso o centro da cidade, muitas vezes foram atingidos pelas enchentes, e ainda hoje, as lojas que ficam na área central sofrem com o alagamento, toda vez que chove muito, mesmo que o açude, na sua condição atual não chegue a transbordar.

Geralmente as pessoas com uma trajetória de vida mais longa, sempre apresentavam uma preocupação com a possibilidade de rompimento do açude e muitos chegavam a fazer cálculos e previsão de onde à mancha d'água chegaria se o açude quebrasse. Apesar das histórias que se contava e do temor que tais relatos despertavam; quase todos que moravam ou que negociavam na área ameaçada pelas enchentes não se dispunham a abandoná-la, ao contrário, fincam pé de tal modo que a parte baixa do centro da cidade ainda é a mais pujante para o comércio, festas e manifestações culturais, sendo um dos espaços mais valorizados perante o mercado imobiliário. Sobre a construção dos açudes represando as águas do Rio São José, é importante destacar que:

Além das barragens rurais, em 1952, foi também construído no perímetro urbano o Açude do Divino, que abastecia a cidade com as águas acumuladas do Rio São José. Antes dele, foi construído um outro açude, o chamado “Velho Açude”. A Construção do “Velho Açude” data de aproximadamente 1830, já dentro da sede do município, o qual serviu a população poçoense durante um período de mais de 60 anos, quando, com o passar do tempo, este veio a ser obstruído por resíduos de areia, lama, e lixo, não acumulando mais a mesma quantidade de água (Santana; Farias, 2007, p.181).

Conforme a pesquisa realizada, o “Velho Açude”, mesmo não retendo quantidade satisfatória de água para abastecer a população, no período chuvoso, sempre foi motivo de preocupação, sendo a enchente de 1940 uma das maiores já ocorridas no Rio São José, causando perdas consideráveis para comerciantes e moradores do centro da cidade, onde lojas e casas foram invadidas. Alguns anos depois, em 1952, foi construído um novo açude, o atual Açude do Divino para suprir as necessidades da população residente, alocado numa área mais distante e com menor concentração populacional no seu entorno.

A construção do novo açude, cercado de cuidados técnicos, não evitou que outras enchentes atingissem a população. Conforme relato de Ricardo Benedictis, que na época e ainda jovem residia em Poções, na referida área de alagamento, conta que, no início dos anos

50, possivelmente logo após a construção do novo Açude do Divino, houve o rompimento de parte da sua estrutura de barro, ameaçando inundar a cidade. Diz ele: “Estávamos dormindo e fomos acordados aos gritos de populares que o açude estaria quebrando. Saímos correndo, carregando o que nos era possível e fomos para a Praça da Bandeira, parte alta da cidade, onde morava a Tia Ida. Logo ao amanhecer, fomos todos ver o açude, onde algumas máquinas pesadas ampliavam o ladrão da barragem. O nível da água baixou e a parede de barro foi restaurada para sossego das famílias” (Tribuna De Poções, 2004, p. 6). O temor de que o Açude do Divino possa romper e inundar o centro da cidade permanece. Essa preocupação continua presente no imaginário popular e, toda vez que a cidade recebe um volume substancial de chuvas ela se aflora. Nos períodos de muita chuva, quando o referido açude recebe um grande volume de água, o bairro do Açude, onde fica localizado o manancial que dá nome ao bairro é motivo de atração e visitação, muita gente se aglomera para ver o açude transbordar.

A construção do novo Açude do Divino, aparentemente não foi à solução para garantir o abastecimento de água e atender as demandas da população que crescia a cada ano, aumentando a concentração de pessoas na zona urbana. Por iniciativa do poder público nos idos dos anos 50 e, como destaca (Santana; Farias, 2007), concomitante à construção do novo açude em 1952, também foi iniciada a construção da Barragem de Morrinhos, que fica aproximadamente a 8 km da sede do município. A obra foi realizada pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Concluída em 1956, entretanto, o abastecimento das residências mediante acionamento do sistema só foi efetivado na década de 1960.

Na década de 1980, durante a gestão do Prefeito Otávio José Curvelo, aconteceu uma grande enchente no Açude do Divino. O volume de água que atingiu a parte baixa da cidade foi tão intenso e o estrago chegou a proporções preocupantes que o então prefeito decretou o estado de calamidade pública. Para amenizar a situação foi realizada uma dragagem no perímetro urbano, desobstruindo o leito do rio, facilitando a sua vazão.

Para além das questões postas como fatores que acentuam a degradação do Rio São José, corrobora para intensificar esse quadro de assoreamento, poluição e lançamento de detritos de toda natureza no rio já degradado, o fato do Riacho Espírito Santo, que também corta a parte central da cidade, desaguar no Rio São José. Atualmente, o Riacho Espírito já recebeu obras de canalização, restando apenas um pequeno trecho para sua conclusão. Como o esgoto das residências que margeiam o canal é lançado no riacho, ao final, quem recebe toda carga de detritos é o Rio São José. Diante das constatações e dos problemas verificados, as pesquisadoras, para além das críticas oportunamente apresentadas, sinalizam também

algumas iniciativas e medidas que poderiam ser adotadas pelo poder público no sentido de fazer intervenções e paulatinamente ir recuperando o Rio São José e, concomitantemente, o Riacho Espírito Santo, a saber:

- Atualizar a legislação, em especial o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) no sentido de reger e inibir a especulação imobiliária;
- Sensibilizar a sociedade para se organizar, cobrar e participar das ações relativas ao equilíbrio ambiental e a defesa do patrimônio natural do local onde vive;
- Realizar projetos de reflorestamento na perspectiva de repor a mata ciliar que foi removida das margens do Rio São José e das suas nascentes;
- Remover, mediante acordo, as construções irregulares que estão as margens do Rio São José e viabilizar conjunto habitacional para abrigar as famílias envolvidas;
- Promover campanhas de orientação sobre a disposição e destino do material sólido que frequentemente é carregado para o leito do rio;
- Conclusão do canal do Rio São José, conforme projeto que previa a utilização das águas Açude do Divino para limpeza periódica do canal;
- Recuperação, conclusão e revitalização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), ainda inacabada;
- Canalização de todo esgoto da cidade para ETE, cumprindo assim o propósito desta estação de tratamento que é devolver água tratada para o Rio São José, viabilizando assim sua perenização;
- Aprovar ou atualizar legislação específica para impedir que as planícies de inundação, lagoas e brejos sejam aterradas e ocupadas por construções;
- Implementação de projetos para captação de recursos para criar áreas verdes nos espaços de lagoas, brejos e planícies de inundação.

Em todos os cantos do mundo emerge a preocupação com as mudanças climáticas e seus efeitos cada vez mais devastadores para a população, mais detidamente para as populações de baixa renda, embora os mais abastados também sejam atingidos, como foram no caso recente das enchentes no Rio Grande do Sul. Discutir o Rio São José tendo como horizonte trazer a história local para o dia a dia da sala de aula pode suscitar importantes reflexões, mudança de atitudes, engajamento e afinidade com um dos recursos naturais que é parte da paisagem natural do município de Poções e fator de atração, concentração,

povoamento e organização de uma unidade administrativa com autonomia política e representatividade microrregional. Embora o processo de degradação permaneça e as medidas sugeridas ainda não ganharam força a ponto de serem cobradas e implementadas na totalidade, as ocorrências recentes, fruto das mudanças climáticas, são imperativas para a reflexão, engajamento, mobilização e mudança de hábitos que confronte o consumismo e a indiferença no tocante às agressões ao meio ambiente. Nessa mesma direção, é preciso uma forte mobilização popular no sentido de confrontar as representações conservadoras que integram as instituições, em especial, o Congresso Nacional para impedir a aprovação de leis que flexibilizem a legislação atual, abrindo precedentes para que o lucro se sobreponha a continuidade das diversas formas de vida no planeta Terra.

3.3 Escravidão e liberdade no Arraial dos Poções

O tema da escravidão tem promovido muitas reflexões e permitido que particularidades relativas ao trabalho escravo e os caminhos que conduziram à libertação sejam revistos, bem como muitas teses que foram propagadas durante muito tempo acabaram sendo contestadas e, como a verdade em História é muito relativa, os conceitos e preceitos sobre senhores, escravos, sociedade, trabalho, resistência e liberdade passaram a constar da literatura, apresentando interpretações e contornos bem diversos.

Durante muito tempo o fim da escravidão no Brasil, foi concebido como um ato de benevolência da Princesa Isabel que, estando à frente do trono brasileiro, em virtude do afastamento de seu pai D. Pedro II por conta de problemas de saúde, tomou a iniciativa de assinar a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, concedendo liberdade a todos os escravizados do Brasil e, a partir de então, passou a ser concebida como a “Redentora” pela intelectualidade negra, como André Rebouças e José do Patrocínio, mesmo antes da abolição. Mesmo diante de muita controvérsia e contrariando algumas teses, ainda assim, persiste a ideia de que o fim da escravidão no Brasil tem uma íntima relação com o contexto internacional da época, colocando como protagonista principal a Inglaterra que, na segunda metade do século XVIII, iniciara o processo de industrialização, cuja produção em larga escala teria impelido os ingleses a buscar novos mercados para seus produtos industrializados.

Alguns autores argumentam que os ingleses acabaram se convencendo de que a manutenção da escravidão se tornara um empecilho à comercialização já que, o cativo não era um consumidor potencial. Alega-se que, diante dessa constatação, o governo inglês adota

todas as medidas possíveis na época para incentivar o trabalho livre, na perspectiva de ampliar o mercado consumidor. Nesse intento, o governo inglês teria decretado o fim do tráfico de escravos através da Lei Bill Aberdeen, aprovada em 1945, colocando a Marinha Real Britânica para reprimir o tráfico negreiro. Embora a participação dos ingleses, ainda que indiretamente e não intencional, em relação à causa abolicionista tenha um certo peso no fim da escravidão no Brasil, o fato é que, consolidada a Abolição no Brasil a imprensa da época rendeu todas as homenagens à Princesa Isabel e alguns ilustres abolicionistas, enquanto os verdadeiros protagonistas do fim da escravidão foram ignorados e desprestigiados como se a libertação fosse obra exclusiva de uma princesa branca, de intelectuais simpáticos à causa e de um contexto internacional favorável. As iniciativas de resistência que culminaram em castigos, mortes, fugas, confrontos, organização de quilombos e guerras, travadas com os senhores, frente aos seus prepostos, os famosos “capitães do mato”, e a força militar, arregimentada pelo Estado para dissolver os quilombos e reconduzir negros e negras aquilombados à condição de escravos, ficaram por muito tempo encobertas por uma História que exaltava os vencedores, heróis e senhores, relegando aos verdadeiros baluartes da liberdade o anonimato e a marginalização no âmbito da vida e da literatura produzida na época.

Quando a gente estuda a escravidão na escola ou mesmo quando ministramos aulas sobre o 13 de maio e a Lei Áurea, a temática é tratada com certo distanciamento da nossa realidade, embora estejamos tratando de Brasil, África, Inglaterra, Portugal e algumas anotações sobre a Bahia. Ainda assim, a discussão e a reação dos alunos apresentam um misto de indiferença e estranhamento, muito embora sejam visíveis reações de indignação e repulsa por parte de alguns estudantes quando se descortina e retrata a face mais cruel da elite como agente principal da escravidão no Brasil.

Ao tratarmos da escravidão circunscrita ao território brasileiro, é possível perceber a rede que se formou, envolvendo Europa, África e América, pondo em curso o lucrativo comércio de escravos que em pouco tempo deslocou milhões de negros e negras do seu lugar, do seu ser e do seu viver para introduzi-los em um novo mundo e moldar um novo ser e um novo viver para atender as prerrogativas colonizadoras que estavam sendo implementadas na América.

Enquanto bandeirantes e sertanistas desbravavam os mais longínquos rincões do continente americano, inclusive, realizando incursões pelo Brasil, Bahia e também no Sertão da Ressaca, onde Poções se insere, verificou-se o confronto, o genocídio indígena e também a utilização de escravizados no processo de ocupação e povoamento que se efetivava através

das entradas e bandeiras para atender o propósito da Coroa portuguesa: capturar e viabilizar o trabalho compulsório indígena, encontrar os metais preciosos e, conseqüentemente, desenvolver a pecuária e a agricultura de subsistência que vai modelar a estrutura social, econômica e política da nossa região.

A possibilidade de trazer essa discussão para mais próximo da nossa realidade sempre existiu, contudo; o predomínio da literatura elaborada nos ditames da lógica europeia e, sobretudo, construída e distribuída prioritariamente no eixo Sul e Sudeste do Brasil e também por uma intencionalidade do modelo educacional em vigor; nós, do Nordeste, acabamos sendo privados de conhecer e lidar com nossas raízes, nossa cultura e com o protagonismo do nosso povo para além dos limites que circunscreve o litoral.

Daí porque o artigo de José Pereira dos Santos *Escravidão e Liberdade: Alforrias na Vila dos Poções (Bahia, Século XIX)*, publicado em Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista, v7 nº 7/8, Edições Uesb, 2007; p. 153 -172, nos permite mergulhar em uma particularidade do Sertão da Ressaca, de modo mais específico, no território que abriga o município de Poções e perceber que, aqui, também, intrinsecamente ligado aos interesses coloniais portugueses, a princípio focados na mineração e, posteriormente, viabilizados pela pecuária e agricultura de subsistência, foi cenário de confrontos, acordos e convivência entre indígenas, europeus, negros e mestiços que, no contexto geral, mostra o protagonismo do Sertão da Ressaca na formatação da economia e da sociedade brasileira. A colonização portuguesa do Brasil que, de fato, se efetiva a partir de 1534 foi pensada e desenvolvida com o menor custo possível para a Corte. Para isso, o sistema de capitanias hereditárias que consistia na divisão do território de domínio português em lotes, estes foram destinados a pessoas (donatários) que deveriam ocupar, povoar, defender e produzir às suas custas e destinar parte dos dividendos para a Coroa. Além das dificuldades relativas à distância da metrópole, defesa, falta de recursos e gente para iniciar o processo de ocupação e povoamento, o grande desafio era obter mão de obra para tocar as atividades produtivas que poderiam gerar retorno financeiro para os envolvidos no processo de colonização.

Como já fora mencionado, o interesse maior dos portugueses era encontrar o ouro, tão cobiçado e a maior fonte de riqueza na época. Mesmo sendo a mineração o foco principal para obtenção de riquezas, o cultivo da cana-de-açúcar, algodão, tabaco, drogas do sertão, pecuária, dentre outras atividades, compunham o rol de iniciativas dos colonizadores para atender as expectativas administrativas e financeiras do governo português.

Inicialmente os portugueses buscaram no povo indígena a solução para a dificuldade

de mão de obra. Porém, conforme atesta uma vasta literatura disponível, os índios não se adaptaram ao trabalho compulsório e, devido ao fato de os nativos conhecerem muito bem o território, as fugas e confrontos eram frequentes, daí porque os colonizadores acabaram optando por outra fonte para resolver o problema da mão de obra, o que não significou uma solução acordada e definitiva, pois os negros também reagiram e resistiram de diversas formas à escravidão, que na época era um comércio muito lucrativo. Ainda assim, a força de trabalho indígena fora utilizada por muito tempo pelos portugueses por diversas razões, sendo que:

A solução encontrada pelos fidalgos portugueses para a concretização do movimento colonizador foi a de, inicialmente, escravizar os nativos, pois assim poderiam assegurar as atividades mercantis e explorar a colônia sem que esta ação viesse a lhes causar maiores ônus financeiros. Os indígenas, entretanto, não aceitaram a submissão pacificamente, assumindo “[...] quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva às imposições da raça dominante”. As estratégias utilizadas pelos mesmos resultavam em grandes prejuízos para os portugueses em um momento Fundamental para a economia da metrópole (Santos, 2007, p.155).

Na opinião do autor, pouca atenção foi dispensada a escravidão sertaneja pela historiografia baiana que, até bem pouco tempo, centralizou as suas análises sobre o Recôncavo e Salvador. No caso específico do Sertão da Ressaca, a busca pelo ouro na região de Rio de Contas, ao que tudo indica, foi um movimento paralelo à destruição de quilombos de negros fugitivos existentes nas proximidades com a incorporação da mão de obra escrava nas atividades de descoberta e exploração das minas auríferas. Em razão disso, o rei português ordenou a criação da Vila de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas, ocorrido em 1724, atento ao imenso contingente populacional já fixado naquela área.

O acesso aos africanos com fito na escravidão obedece a uma lógica que envolve os traficantes europeus e chefes africanos que passam a lucrar com a captura e venda de seus compatriotas para se tornarem cativos, os quais eram submetidos a um tratamento desumano, já durante a viagem, e quando chegavam ao destino, quando conseguiam chegar, pois muitos morriam durante o trajeto. Se referindo ao continente originário dos escravos que vinham para o Brasil, o autor esclarece que:

Na África, os negros eram capturados por tribos rivais, que os faziam prisioneiros de guerra que seriam negociados com os traficantes europeus em troca de quinquilharias, roupas, pólvora e armas. Realizado o comércio entre os chefes africanos e os traficantes europeus, os prisioneiros eram acorrentados e jogados nos porões dos navios para serem transportados ao

Brasil. A partir daí, intensificava-se o sofrimento na vida de homens, mulheres e crianças que ao chegarem a seu destino encontrariam condições extremas de sobrevivência e total submissão (Santos, 2007, p.156).

Mesmo nas condições mais adversas e diante de todas as estratégias usadas pelos senhores para impor a submissão e obediência aos escravos, procurando de todas as formas impedir qualquer tipo de ligação cultural, familiar ou religiosa que pudesse criar laços de afinidade e cumplicidade entre os escravizados, o movimento de resistência sempre se fez presente nas senzalas. Mesmo com toda blindagem, os cativos não se conformavam e as revoltas de escravos aconteciam com certa frequência e as formas de confrontar e resistir variavam muito a depender das circunstâncias.

Como se sabe, os negros não aceitaram passivamente a condição a que eram submetidos, mesmo que seus protestos sofressem violenta repressão. Muitas vezes os levantes dos escravos eram sufocados antes mesmo do seu início, justamente porque nas fazendas existiam negros de diversas regiões africanas, de várias tribos com culturas, religiões, línguas dentre outras características inteiramente diferentes (Santos, 2007, p.158).

A prática da escravidão e a luta pela liberdade sempre caminharam *pari passu*. Mesmo diante dos castigos sofridos e da submissão extremada, os escravizados nunca desistiram de sonhar e lutar pela sua alforria. São muitos os exemplos de luta e resistência envolvendo lugares e personalidades negras que lideraram revoltas e confrontos na expectativa de conquistar a tão sonhada liberdade. Várias foram as formas e mecanismos que possibilitavam acessar à carta de alforria. Nesse particular, é importante destacar que:

Dentre as tentativas de libertação do cativo, promovidas pelos negros escravizados no Brasil, os quilombos constituíram-se em “verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco” (Matoso, 1990, p.158). O maior e mais eficiente exemplo de organização dos quilombos foi o do Palmares, existente na zona da Mata Pernambucana, no período do Brasil colonial. Os negros que ali se refugiaram organizaram-se como uma República e isso incomodou profundamente as autoridades coloniais, que viram na destruição do Quilombo dos Palmares o objetivo principal a ser atingido (Santos, 2007, p.158).

Foram necessários muitos levantes, fugas e outras formas de resistência até que no seio da sociedade brasileira começasse a surgir grupos aliados e alinhados à luta pelo fim da escravidão no Brasil. As opiniões eram muito divergentes quanto à causa a tal ponto que no parlamento imperial os discursos inflamados e eloquentes contra e a favor do fim da escravidão eram muito frequentes. Embora as opiniões se mantivessem divididas, em fins do

século XIX, aparecem com mais expressividade os grupos que passam a defender o fim da escravidão. Sobre esses grupos é importante mencionar que:

A origem dos integrantes desse movimento era variada: intelectuais, jornalistas, e especialmente jovens estudantes que chegavam da Europa e articulavam grupos para discussão e combate da escravidão. Um exemplo da persistência e atuação dessas organizações é o grupo dos caifazes que constantemente denunciavam pela imprensa os horrores da escravidão, defendiam na justiça a causa dos escravos, faziam atos públicos em favor da sua emancipação, coletavam dinheiro para alforrias e protegiam escravos fugitivos (Santos, 2007, p.159).

Conquistar a alforria no Brasil era muito difícil e, na maioria das vezes, muito doloroso já que a manumissão dependia exclusivamente da vontade do senhor. Este para conceder liberdade a um dos seus escravos impunha condições e prerrogativas que denotavam subserviência extrema, paciência, tolerância, prestatividade, produtividade e sensibilidade para satisfazer as vontades do seu senhor e, em muitos casos, teria que desembolsar uma quantia em dinheiro para obter a liberdade.

É certo que boa parte dos negros que conseguiram a liberdade “gratuita” por parte dos seus senhores, teve que suportar as duras condições de trabalho a que eram submetidos cotidianamente, aceitando a humilhação, o desrespeito, a degradação da sua própria vida (Santos, 2007, p.161).

Outra forma de obter a carta de alforria era trabalhando na cidade ou nos mercados com autorização do senhor a quem pagava jornada fixa, como vendedores e quando possuíam profissões, como pedreiro, carpinteiro entre outras, o que possibilitava o acúmulo de algum pecúlio para a compra da liberdade mediante o consentimento do proprietário (Santos, 2007, p.162).

A pesquisa realizada por José Pereira dos Santos, analisando algumas cartas de alforria concedidas por senhores de escravos em nossa região, constatou que, dentre muitas razões para alforriar, era comum conceder a liberdade quando o escravo apresentava uma idade avançada ou se encontrava com alguma limitação física. Em alguns casos, não relacionados diretamente à incapacidade física, mesmo concedendo a liberdade, buscava-se a revogação por ingratidão. Havia casos também em que a contestação acontecia quando quem concedera a liberdade era devedor de outro senhor que reclamava a posse do escravo alforriado como forma de pagamento da dívida contraída anteriormente.

Mesmo sendo alforriado por meio da compra de sua liberdade, muitas vezes os senhores de escravos consideravam que os ex-escravos tinham agido com ingratidão para com ele ou seus familiares, retornando da decisão de alforriá-

los. Para isso, recorriam aos cartórios com o intuito de anular as cartas de alforrias que haviam concedido, protegidos pela lei que lhes garantia esse direito (Santos, 2007, p.164).

A documentação examinada por Santos (2007) aponta que os escravos estiveram presentes na estrutura econômica da povoação de Poções desde o início do povoamento. Segundo ele, comandados pelos herdeiros de João Gonçalves da Costa, os negros exerciam principalmente atividades na lavoura, integrando o rol de bens dos proprietários da região, ao lado de grande faixa de terra e de cabeças de gado.

Consta também nos relatos de Santos(2007) que em 1872 a população de Poções era de 7.428 habitantes, sendo que quase 10% deste total era composto por negros. Considerando a vasta área territorial e ainda pouco povoada, Poções pode ter servido como refúgio para escravos fugitivos das vilas situadas próximas às suas fronteiras. Também a existência da comunidade do Cinzento em suas redondezas, povoado constituído exclusivamente por negros que ali estabeleceram, é um dado importante que indica o ajuntamento de ex-escravos na região. Outro aspecto, levantado por Santos (2007) que denota a presença de negros no processo de constituição do Arraial dos Poções são os elementos da cultura negra, preservados, até os dias atuais, a exemplo dos terreiros de candomblé nos quais pais, mães e filhos de santo procuram manter vivas as tradições da religião africana. Analisando a documentação disponível, Santos (2007) constata que a maioria das cartas de alforria não indicava a ocupação do escravo, a forma de aquisição do mesmo, idade ou outras origens, profissão etc. Ao contrário, o documento chama a atenção pela sua concisão. Os registros complementares, quando aparecem no documento de alforria do cativo, fica patente que a concessão da liberdade pelo senhor se dava em um momento em que o escravo não mais possuía condições físicas produtivas, seja pela idade avançada, seja por alguma deficiência que o impedia de continuar trabalhando, entretanto, o senhor costumava registrar que o libertava em razão dos laços de amizade que este mantinha com o escravo e pelos bons serviços prestados.

As cartas de alforria, destacadas por José Pereira dos Santos, revelam também algumas motivações inusitadas e curiosas, mesmo levando em consideração que os senhores e senhoras de escravos, no Brasil, durante o período Colonial e também no Império, detinham poderes absolutos e ilimitados sobre os cativos que adquiria. Ainda assim, chama a atenção o conteúdo de algumas cartas. Em Carta de Liberdade, extraída do livro 2 de Notas Tabellião Faria, fl36/37v, Vila dos Poções, 1887, o senhor declara:

Achando me doente, vendo a qualquer momento morrer, declaro que, no caso que eu morra da moléstia que estou sofrendo deixo meu escravo Amancio crioulo, forro que gozará de sua liberdade depois da minha morte, como se de ventre livre tivesse nascido (Santos, 2007, p.168).

Mesmo concedendo a alforria aos seus escravos, se as condições impostas e oficializadas pelo senhor não fossem cumpridas, esta poderia ser objeto de anulação como expressa a Carta de Liberdade, extraída do Livro 1 de Notas Tabellião Faria, fl26v, Vila dos Poções, 1883. O documento revela que a:

Carta de Liberdade do escravo José, conferida por sua Ilm^a Josepha Ignacia Serafina, como abaixo declara = Eu Josepha Ignacia Serafina, senhora, possuidora de um escravo de nome José. Fica sem effeito a carta de liberdade. Vila dos Poções 14 de julho de 1885 (Santos, 2007, p.168).

Outro caso, relativo às cartas de alforrias em Poções muito interessante, é dos libertos Manoel e Verônica que denunciaram a tentativa de Raimundo Pereira de Magalhães, um dos grandes proprietários, em tentar escravizá-los novamente. Eis o teor da denúncia:

Os escravos, ou melhor, libertos, Manoel Ferreira Campos e Verônica Carolina do Carmo, ambos pertencentes a finada Carlota Carolina do Carmo, vem reclamar que o Sr. Raimundo Pereira de Magalhães a pretexto de ser credor da dita finada está tentando novamente escravizá-los para pagamento de dívidas (Santos, 2007, p.169).

Para justificar sua intenção e interesse nos ex-escravos, o Sr. Raimundo Pereira de Magalhães argumenta que a proprietária dos cativos alforriados decidiu por alforriá-los para que não fossem dados como pagamento de uma dívida que ela havia contraído com ele. E para justificar sua reclamação argumenta que “Os móveis hipotecados e outros que a suplicada possui são de insignificante valor em relação à dívida e dos cinco escravos que restam dos hipotecados três também pouco valem por serem do sexo feminino e não de boa qualidade” (Santos, 2007, p.169).

Conhecer o passado de um povo nos remete a questões que ainda afloram no presente e, por mais que o tempo decorra, determinadas atitudes e comportamentos permanecem e continuam atormentando determinados segmentos e minorias que integram a sociedade. O fato de o Brasil conviver com mais de 300 anos de escravidão deixou muitas marcas e, as referidas marcas do período escravista, costumam se evidenciar em diversas situações atuais onde negros, mulheres e minorias continuam sendo as principais vítimas dos resquícios da escravidão. O conteúdo e a incidência das cartas de alforrias em número significativo

concedidas no território que mais tarde se constituiria o município de Poções, já no finalzinho do Império; infere que a monarquia estava com seus dias contados e, no contexto do Sertão da Ressaca, a crise da economia canavieira sinalizava que a manutenção das grandes senzalas exigia um custo muito elevado. No caso particular do Arraial dos Poções que tinha na base da sua economia, a pecuária e agricultura de subsistência, mesmo contra a vontade dos senhores, acabou estimulando a concessão das alforrias por aqui e em outras regiões da Bahia e do Brasil.

3.4 Arraial dos Poções: contornos da ocupação, povoamento e posse da terra no contexto da colonização.

Agora em 2025, mais precisamente em 26 de junho, Poções completa 145 anos de emancipação política. Aproximando-se de um século e meio de autonomia da então Imperial Vila da Vitória, atual Vitória Conquista o que sabemos sobre o processo de formação da cidade ainda é muito limitado e seria ainda mais restrito se não fôssemos agraciados ao longo de alguns anos com os trabalhos acadêmicos realizados por estudantes de Poções e região, procurando iluminar e abrandar um pouco desse desconhecimento da história e de nossa trajetória enquanto povo até chegarmos à condição em que nos encontramos hoje.

Dentre os trabalhos que procuram elucidar os meandros em que se deu a formação de Poções é digno de referência à pesquisa realizada por Manoel Alex da Silva Sousa e Rhanes Souza Alves, intitulada *Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX*, trabalho monográfico apresentado à Prof^a. Ms. Maria Aparecida Silva de Sousa, relativo à conclusão do curso de Licenciatura Plena em História da UESB em 2002. No referido trabalho, fruto de uma análise criteriosa de vasta documentação a que tiveram acesso, os autores conseguiram revelar nuances da nossa história e confrontar opiniões, até então, consolidadas no seio da sociedade e, ao mesmo tempo, deixar em aberto algumas questões que exigem uma investigação mais detida, pois, considerando o objeto estabelecido como premissa da investigação, o tempo e mesmo o pouco acesso a documentos afins não lhes permitiram avançar e acabaram ficando algumas lacunas que possivelmente novos estudos poderão dar conta.

A leitura da obra de (Souza; Alves, 2002) tem se constituído em objeto de consulta e referência para estudantes graduandos, graduados e professores que buscam entender e se apropriar de informações sobre Poções que, até então, não haviam sido disponibilizadas num mesmo trabalho, onde os autores conseguiram entrelaçar o processo de colonização

portuguesa, mediante uma reflexão sobre a situação da Europa no contexto das Grandes Navegações do final do século XV e início do século XVI, discorrendo sobre a disputa pelas terras da América entre diversas nações europeias, contextualizando a necessidade imediata que leva os portugueses a voltarem seus olhares para suas possessões na América, relativamente negligenciadas, mesmo depois da presença e demarcação realizada por Cabral em 1500; relacionando-os com o povoamento do território baiano e em especial com o devassamento do sertão pela ação dos bandeirantes. As revelações que se propagam nas páginas da monografia em questão, abrem caminhos para entender e relacionar as formas utilizadas pela coroa portuguesa nas primeiras experiências administrativas, tocando, ainda que sutilmente, na exploração do pau-brasil, no limitado desempenho das Capitanias Hereditárias, na eficiência dos Governos Gerais frente às dificuldades que o governo português enfrentava para dar suporte ao processo de defesa, ocupação e exploração da Colônia.

Também consegue revelar a importância daqueles que, aos olhos da Coroa, eram invisíveis diante da representação instituída pela metrópole para assegurar e expandir seus domínios para o interior, inclusive, para os rincões do sertão e, em particular para o Sertão da Ressaca. Ao discorrem sobre as investidas da Coroa portuguesa para o interior do Brasil, destacando a figura dos bandeirantes, coloca como elemento motivador a mineração, em especial, a busca pelo ouro que garantia o enriquecimento fácil e, conseqüentemente, o acesso ao poder e prestígio, fator que acabou motivando em diversos locais do Brasil a prática do bandeirismo. Mas, para além da mineração outras atividades econômicas, também possibilitaram a penetração, devassamento, ocupação e povoamento, mediante o entrelaçamento da produção que envolvia a grande lavoura (cana-de-açúcar), pecuária e agricultura de subsistência. Para além do aspecto econômico, que geralmente se sobrepõe a outros quando nos referimos à vida em sociedade, o trabalho de (Souza; Alves, 2002) avança ao tratar da questão indígena e do protagonismo do negro sem negligenciar o papel do elemento branco que acabou se impondo aos povos nativos e aos africanos que para cá eram trazidos como mão de obra escrava.

Nessa abordagem, é importante destacar as menções à bravura e resistência indígena à invasão do seu território e à prática da escravidão pelos colonizadores, não deixando de abordar a força e o papel do negro e também do indígena no sucesso do projeto colonizador, ainda que, para isso, fossem ludibriados, açoitados e eliminados com requintes de crueldade. Em se falando de povoamento do território baiano, são destacados diversos fatores que acabaram culminando na expansão, favorecendo assim o surgimento de povoados e vilas. São

muitos, entretanto, os autores que destacam como a função político-administrativa, a necessidade de defesa, o trabalho realizado pelas missões religiosas nos aldeamentos indígenas com a catequese, o trabalho doméstico e agrícola e a construção de capelas vão desempenhar papel preponderante na organização de povoamentos.

Também merece destaque o desenvolvimento da pecuária como elemento aglutinador de pessoas, pois, dada a pouca visibilidade econômica na ótica da metrópole, não aparece com frequência na historiografia, mas, essa atividade, indiretamente, corroborou muito para constituição de povoados através das fazendas de gado, geralmente situadas em locais vantajosos como entroncamentos de estradas, margens de rios, próximos a uma capela ou rota de boiadas e tropas, passando a servir como pousadas para viajantes, possibilitando feiras de gado e de diversos produtos, se constituindo como centros atrativos de populações.

Mesmo tratando das questões gerais que envolveram a colonização do Brasil e, dentro desse contexto, a ocupação e expansão territorial em que se insere também a Bahia; os autores no decorrer da sua exposição deixam muito claro que suas atenções vão se voltar para o sertão, na perspectiva de entender e esclarecer o adentrar e ocupar, realizado pelo colonizador em nossa região conhecida como “Sertão da Ressaca” e de modo especial conhecer as origens de Poções, considerando o cenário e o momento histórico das investidas dos colonizadores portugueses pelos sertões. Dentro desse processo de expansão e ocupação, destaca-se a figura do bandeirante que, ao longo dos anos, em virtude dos resultados alcançados e repercussão de suas ações, passara a constar da historiografia tradicional brasileira como grandes heróis, desbravador e conquistador dos perigosos sertões. Dessa forma, os bandeirantes, retratados como homens fortes e corajosos que dedicavam suas vidas a serviço de sua majestade, ganharam contornos para a construção de um mito. Entretanto, a versão oficial vai se alterando com as novas pesquisas e visões da historiografia brasileira, nesse aspecto, os autores pontuam:

[...]ao que tudo indica caminhavam descalços e o vestuário se restringia ao chapelão de abas largas, a camisa, ceroulas e aos gibões de alcochoados. Também os seus feitos tão exaltados, na verdade contribuíram para a matança de milhares de populações indígenas, além de provocar grande mudança na paisagem geográfica nos lugares por onde passavam (Souza; Alves, 2002, p.18).

Mesmo que a historiografia mais adiante tenha revelado o perfil do bandeirante, colocando-o como um ser de carne e osso, inserido num contexto de dificuldade que o obrigava a se aventurar e submetido a incertezas, carregadas de perigos, na maioria das vezes,

envolvendo a própria vida, não podemos negar a importância destes, e os autores fazem questão de colocar as condições em que o bandeirismo se efetivou para o devassamento e conquista de grandes extensões de terras interioranas, atendendo aos interesses da Coroa portuguesa geralmente desprovidos de apoio material por parte da metrópole. Reconhecendo o importante papel destes aventureiros, fica patente que:

Correndo todos os riscos que o adentramento em um território completamente desconhecido lhe oferecia, o perigo das matas, dos animais ferozes, das flechas envenenadas, a doença, o isolamento, a distância da vila e da família, o bandeirante penetra os sertões, enfrentando diversas dificuldades, mas movidos por uma audaciosa paixão pelo ouro e por honrarias (Souza; Alves, 2002, p.18).

No caso das incursões bandeirantes ao sertão da Bahia, existem informações que apontam o momento e as figuras que iniciaram essa empreitada, seguindo o curso dos rios São Francisco, Doce, São Mateus e Pardo dentre outros, atuando no combate, conquista, aldeamento e dizimação de muitos índios que habitavam as áreas preferencialmente percorridas por bandeiras que eram integradas por homens brancos, negros, índios e padres que percorriam caminhos tenebrosos ou aqueles já trilhados pelos índios. Conforme apontam os autores, as primeiras investidas bandeirantes, no sertão baiano, foram realizadas por:

Francisco Bruzza de Spinosa, homem de Castela, é considerado o responsável pela primeira incursão no sertão baiano, em 1553, percorrendo caminhos de Porto Seguro ao São Francisco, “acompanhado por 12 portugueses e o missionário espanhol João de Apricuelta Navarro”, Spinosa fora enviado pelos próprios representantes da Coroa, ansiosos pelas riquezas do sertão das quais falavam os índios (Souza; Alves, 2002, p.19).

Muitos bandeirantes seguiram o exemplo de Spinosa e protagonizaram a história da colonização do sertão, aproximando o interior do litoral por meio de estradas, possibilitando comunicações, realizando conquistas e povoando. Dentre os bandeirantes que se embrenharam pelo sertão, destaca-se João Gonçalves da Costa, um dos últimos notáveis no processo de conquista do interior da Bahia no século XVIII, cumprindo tarefa primordial para o governo português no devassamento do sertão, combatendo os aborígenes, buscando metais preciosos, abrindo caminhos, realizando a criação de gado, atuando assim com muita desenvoltura para atingir seus objetivos colonizadores. Quanto à ocupação do “Sertão da Ressaca”, região situada entre os rios Pardo e das Contas, esta se efetiva em virtude da decadência das minas auríferas nas Minas Gerais e em Rio de Contas, forçando a busca de novas zonas mineradoras e também para oportunizar a prática de novas atividades econômicas

que pudessem suprir as ausências no tocante à mineração, pois havia notícias na corte sobre a qualidade da terra e sua viabilidade para criação de gado e cultivo de muitas lavouras. Inclusive, falava-se da existência de ouro, cuja extração era dificultada pela ação do gentio bárbaro, sendo encarregado o mestre de campo Pedro Leolino Maris para averiguar a procedência das informações. É nesse contexto que aparece a figura enigmática e controversa de André da Rocha Pinto, que teria sido um dos primeiros bandeirantes a devassar o Sertão da Ressaca, entretanto, as contradições contidas nos documentos analisados e a ausência de informações mais consistentes sobre a presença deste na região continuam gerando dúvidas e debates sobre a veracidade dos fatos. Ainda assim, é importante destacar alguns relatos que apontam a passagem de uma bandeira por ele comandada e que teria sido por sua iniciativa a ocupação e povoamento do território que, mais tarde, viria se constituir no Arraial dos Poções:

Na responsabilidade de investigar sobre a existência das riquezas naturais – especialmente as minerais – nessa região, o superintendente geral das minas da Bahia, incluindo Minas Novas Araçuaí, Pedro Leolino Maris, envia a Bandeira de André da Rocha Pinto no ano de 1727 para conquistar, ocupar e povoar o sertão entre os Rios Pardo e das Contas, buscando metais preciosos, combatendo populações indígenas, destruindo as comunidades quilombolas que já se encontrassem e instalando as fazendas de gado, para efetivar a ocupação do território; enfim, a sua função era explorar por completo aquela região a ele confiada (Souza; Alves, 2002, p.21).

Outra personalidade do bandeirantismo na Bahia, que aparece junto com André da Rocha Pinto e também gera questionamentos quanto à sua atuação, é o mestre de campo João da Silva Guimarães, designado para explorar o Rio São Mateus, suas cabeceiras e afluentes. Este teria se destacado pela busca incansável pelo ouro, além das sangrentas batalhas que travou com os indígenas que encontrava por onde passava. Há indícios de que o mestre de campo teria passado pela região de Vitória da Conquista em meados do século XVIII, iniciando o processo de ocupação da referida localidade. Porém, tanto as andanças de André da Rocha Pinto quanto à atuação de João da Silva Guimarães, segundo os autores, ainda carecem de mais pesquisa e documentação específica para de fato atestar a presença e o legado desses bandeirantes no Sertão da Ressaca. Ainda pairam algumas divergências sobre os fatores que foram preponderantes para a ocupação e povoamento das áreas sertanejas quando se refere ao bandeirantismo e sua atuação na busca do ouro e também na implantação das fazendas de gado. Sem descartar nem secundarizar a atividade mineradora, em especial a mineração do ouro, contudo, há uma tendência muito forte de reconhecer a pecuária como

fator predominante e decisivo para ocupação e exploração do sertão. Nessa perspectiva, é importante destacar que:

Desde o primeiro século da colonização, o gado foi introduzido no Brasil pelo governador geral da colônia. Tomé de Souza, que promoveu a sua vinda das ilhas de Cabo Verde, na África, para compor o trabalho nos engenhos, além de abastecer a população. Podemos destacar três momentos diferenciados para o desenvolvimento da pecuária no período colonial, a começar pela fase de estreita proximidade locacional entre os currais e os engenhos, já que o gado era a força de tração, transporte e alimento para o mesmo; em seguida com a extensão das lavouras e dos rebanhos, surge a necessidade de separação das duas atividades. [...] no ano de 1701, foi proibida a criação de gado dentro do espaço de 10 léguas da costa, sendo essa área exclusiva para o cultivo da cana-de-açúcar. [...] Nesse segundo momento, até romper significativamente sua fase de coexistência com a zona agrícola açucareira “a pecuária ganha o sertão”. [...] marcando o terceiro momento da expansão pastoril a qual efetiva a conquista do interior, proporcionando uma nova fase para a economia colonial, com o desenvolvimento do comércio interno (Souza; Alves, 2002, p.22).

Constata-se que, apesar da importância da pecuária para a colonização, ela aparece timidamente na história do Brasil como atividade subsidiária das grandes lavouras. No entanto, a pecuária foi se expandindo cada vez mais, considerando as necessidades e as condições existentes e acabou cumprindo um papel muito especial de incorporação do sertão à dinâmica colonial, ocupando, povoando e interligando o interior com o litoral. Portanto, é importante afirmar que:

A mineração teve seu destaque, por vislumbrar os olhos dos colonizadores, mas foram poucas as áreas mineradoras e elas entraram em decadência; a pecuária, ao contrário, ocupou grandes extensões de terras interioranas, dando “ao homem colonial a noção de valor econômico das áreas que não apresentavam riquezas minerais e que não prestavam à lavoura comercial” (Souza; Alves, 2002, p.23).

Os estudos aqui pontuados indicam que o devassamento do sertão foi obra de muitas mãos, incluindo índios, negros, colonos europeus, religiosos e bandeirantes que na busca de enriquecimento fácil e de prestígio, advindo do possível reconhecimento dos serviços prestados à Corte portuguesa, se arriscavam em busca das minas de ouro e consequentemente, acabaram desenvolvendo outras atividades como a pecuária, cultivo do algodão e diversas lavouras de subsistência. Embora apareçam nos relatos figuras como André da Rocha Pinto e João da Silva Guimarães, bandeirantes que lideraram bandeiras incumbidas de verificar as informações sobre a viabilidade econômica do interior e em especial dos sertões, ainda assim, quem se destaca e apresenta grande relevo nas ações do bandeirantismo, inclusive, no Sertão

da Ressaca, é João Gonçalves da Costa. Este, além de deixar sua marca nas incursões, obteve o reconhecimento e foi prestigiado pelas autoridades colônias, o que oportunizou acesso a uma documentação relativa às correspondências deste para com as autoridades metropolitanas, bem como destas para com ele. Em se falando de atividades econômicas é necessário discorrer sobre a interação produtiva que se verificou no processo de ocupação e povoamento do Sertão da Ressaca. Inclusive, é interessante ressaltar que alguns bandeirantes que se ocuparam da busca do ouro ocupando-se com as atividades mineradoras, na medida em que estas apresentavam sinais de exaustão, optaram por conciliar mineração, pecuária, cultivo do algodão e lavouras de subsistência, sendo oportuno destacar que:

A cultura algodoeira e a pecuária, juntas, formavam as principais atividades econômicas do Arraial da Conquista no início do Século XIX, contribuindo para a fixação do colono na região e inserção desta na economia colonial. Sendo que, o Arraial dos Poções, a partir de 1840, passa a fazer parte da Imperial Vila da Vitória, participando conseqüentemente de várias atividades econômicas ali desenvolvidas, conforme documentação analisada.

A interação dessas atividades: pecuária bovina, cultura do algodão, além da cultura de subsistência vão se constituir em elementos essenciais, propulsores da dinâmica interna da produção econômica da região, possibilitando a fixação de bandeirantes no Arraial dos Poções e fazendas circunvizinhas, contribuindo significativamente para a criação dos primeiros núcleos habitacionais, expandindo-se; e, posteriormente dando origem às diversas cidades que compõem grande parte do que é conhecido atualmente como região sudoeste da Bahia (Souza; Alves, 2002, p.28).

Tratando da ocupação e povoamento do Arraial dos Poções mais uma vez aparece a figura de André da Rocha Pinto, desta vez referenciada em informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na enciclopédia História dos Municípios Brasileiros, onde afirma ser este o primeiro bandeirante a ocupar o Arraial dos Poções. Embora essa informação não encontre fundamento na documentação examinada pelos autores aqui referenciados, é importante mencionar que:

A colonização do Sertão da Ressaca, o povoamento de Poções e sua exploração pelo europeu datam da segunda metade do século XVIII, prosseguido por todo o século XIX, como consequência da expansão da empresa colonial portuguesa, de modo especial, da mineração e da pecuária, elementos propulsores do processo de expansão dos domínios da área mineradora das minas do Rio de Contas, na Bahia, resultando inclusive, na decadência das atividades mineradoras dessa região [...].

A ocupação do território foi propiciada pelo advento das incursões bandeirantes pelo interior da colônia. Tais empreendimentos tinham como objetivo principal a descoberta de metais preciosos, especialmente o ouro. Mas, no momento em que se instalam as fazendas na região, surgem outras atividades fundamentais para a fixação do colono e expansão dos seus

domínios; que foram a pecuária, sobretudo a bovina, a agricultura de subsistência e a cultura do algodão (Souza; Alves, 2002, p.29).

As incursões realizadas pelos bandeirantes no interior da colônia vão permitir que a Coroa portuguesa detivesse maior controle sobre o território, criando as condições para estender as fronteiras com o estabelecimento de novas povoações ao longo do caminho percorrido, realizando em seguida a implantação de núcleos habitacionais, dando origem a grande parte das vilas e cidades do interior da colônia, ampliando os domínios para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, assinado pelos governos português e espanhol em 1494. Com a instituição de novas vilas, a metrópole ampliava também a arrecadação de impostos, passava a ter maior controle de suas terras na América e potencializava sua capacidade de defesa das áreas conquistadas contra as investidas estrangeiras como acontecera no início da colonização com as invasões francesas e holandesas. Embora o bandeirante João Gonçalves da Costa ocupe posição de destaque no processo de ocupação e povoamento da região intitulada Sertão da Ressaca, não podemos descartar a participação de André da Rocha Pinto e João da Silva Guimarães que também teriam percorrido as terras desta região apesar da escassez de documentos que possam sinalizar com mais precisão a atuação desses bandeirantes na ocupação e povoamento do Arraial dos Poções. Se considerarmos o texto que consta na referida enciclopédia dos Municípios Brasileiros, com base em informações do IBGE já mencionadas, esse indica que André da Rocha Pinto fez reconhecimento da região, navegando pelo Rio de Contas e que sua embarcação naufragou na altura da Capitania de Porto Seguro, sendo os componentes de sua expedição resgatados por jesuítas. Nesse mesmo documento, consta também que o bandeirante cometeu um crime no Arraial de Santa Ana do Príncipe, atual Caetité, se refugiando na região. Sobre esse fato em particular é importante destacar que:

[...] A ausência de registros, ou quaisquer outras fontes de pesquisa acerca dessa versão sobre a ocupação do Arraial dos Poções, até o momento, não nos permite desenvolver um estudo mais aprofundado a respeito da presença do referido bandeirante nessa região. Porém, é necessário enfatizarmos que existem vários indícios de que André da Rocha Pinto pode realmente ter se refugiado na região; e, a própria condição de refugiado tenha impossibilitado a inserção desse fato em registros oficiais, pois, como fugitivo que tinha a cabeça solicitada como prêmio, faria de tudo para não deixar vestígios de sua passagem. Mas, é bom esclarecer que o possível motivo da sua tão propalada “fuga”, é fato um tanto contraditório. Com efeito, conforme observa o pesquisador Ruy Medeiros, o povoado de Caetité ainda não possuía cartório em 1732, aquela localidade foi elevada à categoria de vila somente em 1810, mais de meio século após essa data. Sendo assim, não haveria nenhuma possibilidade do bandeirante, ou qualquer pessoa, ter incendiado um cartório

naquele povoado ainda na década de trinta do século XVIII (Souza; Alves, 2002, p.31).

A presença de André da Rocha Pinto na região que consta nos documentos oficiais é sempre envolta em mistério e dúvidas quanto à sua atuação e veracidade dos fatos que envolvem as investidas deste no devassamento do sertão e, em particular, no Arraial dos Poções. No imaginário popular, fruto de conversas que há muitos anos povoam os ambientes onde as pessoas se reúnem, em especial, quando se encontram cidadãos e cidadãs poçoenses com idade acima dos 70 anos e que oportunamente ouviram os relatos; tudo que se refere ao bandeirante André da Rocha Pinto tem uma íntima relação com mineração, descoberta de ouro, existência de um tesouro e prática de um crime que, em tempos passados, despertava curiosidade, interesse e até incursões aos lugares onde provavelmente ele teria encontrado o metal preciso e escondido para sua segurança e proveito próprio. Com relação a este episódio, é preciso constar que:

No entanto, ainda segundo Medeiros, é possível que tenha existido ouro na região de Poções, como atesta documento de autoria de João Gonçalves da Costa, existe resquícios da escavação desse minério na Serra do Uruba.

Há indícios de que tanto André da Rocha Pinto quanto João da Silva Guimarães tiveram passagem pelo Arraial dos Poções, em meados do século XVIII, efetivando uma esparsa exploração de ouro. Informação essa, que ainda carece de documentação específica para sua comprovação. No entanto, nota-se que provavelmente, inicia-se aí a chegada de imigrantes de origem européia no povoado.

Contudo, conforme consta das notícias, se houve exploração aurífera, a mesma se deu de forma esparsa e de pouca intensidade; e, o que colaborou para a efetiva ocupação da região foi a atividade pecuarista. Esta concorreu para a fixação do colonizador nas áreas sertanejas, à medida que se estabelecessem fazendas de gado, colaborando, ainda, para a integração do sertão à economia colonial.

Entretanto, em função da ausência de provas documentais concretas, a presença de André da Rocha Pinto ou mesmo de João da Silva Guimarães nessa região ainda é algo que se constitui numa problemática para os historiadores, posto que, até o momento não encontramos registros que nos possibilite um posicionamento mais preciso a este respeito. Assim como a propagação de um enigma acerca de um tesouro enterrado nas proximidades da antiga residência de André, que supostamente, ele havia enterrado ali, o que despertou o interesse de muita gente em encontrar o tão cobiçado tesouro (Souza; Alves, 2002, p.31-32).

Outra questão muito interessante sobre a ocupação e povoamento do Sertão da Ressaca tem a ver com a localidade onde, provavelmente, João Gonçalves da Costa teria se fixado e iniciado o processo de conquista do referido território. Devido à proeminência política, econômica, estrutural e historiográfica de Vitória da Conquista, antiga Vila Imperial

da Vitória, de quem o Arraial dos Poções se emancipou em 1880, adquirindo assim autonomia política, esta tem capitaneado e se colocado como o lugar onde o bandeirante teria se instalado, partindo daí as incursões por todo o território e consequentemente o domínio soberano das terras, se tornando dono de quase todas as propriedades do lugar. Ainda assim, é importante assinalar que:

Segundo o que pudemos constatar, reforçado ainda pelas informações colhidas junto ao pesquisador Ruy H. Medeiros, a fixação de João Gonçalves da Costa nesta região foi viabilizada pelo Rio de Contas, o qual navegou-o até as proximidades do atual município de Jequié, iniciando a partir daí a sua penetração no território, vindo a se fixar na Fazenda Cachoeira, com sede no local onde se formou o atual município de Manoel Vitorino, numa área conhecida como Castanhal. A fazenda se localizava num ponto muito acidentado, com muitas saliências, onde se inicia as modificações no relevo, principiando as configurações da formação de planaltos. A partir de então, João Gonçalves da Costa passa a expandir os seus domínios por toda a região.

Visto isso, possivelmente, a ocupação dessa região deve ter antecedido um pouco a própria região do Arraial da Conquista, e os primeiros moradores do Arraial dos Poções podem ter se estabelecido, momentos antes daquela localidade, pois, conforme os registros dos testamentos de Manoel Gonçalves da Costa, filho de João Gonçalves e Josefa, o mesmo é natural do Arraial dos Poções, como também Bernardo Gonçalves da Costa, filho de Timotheo Gonçalves da Costa e Rita Maria da Conceição; e, segundo consta, esta é a única localidade da região que pode ter havido exploração de ouro, minério que atraía para junto de si os colonizadores. Há ainda, informações de que, por volta da década de 1760, houve um litígio entre os descendentes do bandeirante João da Silva Guimarães e a Casa da Ponte pela disputa das terras situadas entre os atuais municípios de Poções e Boa Nova – certamente na região de onde se extraiu o ouro -, mas estes são aspectos da nossa história ainda inexplorado por pesquisadores, por não disporem de fontes documentais nem métodos de pesquisa que permitam a real elucidação desse episódio (Souza; Alves, 2002, p.32-33).

Diversos segmentos participaram do processo de ocupação e povoamento do Arraial dos Poções. Entre os agentes colonizadores estavam o índio, que desde o início da colonização fora escravizado e utilizado como aliado do colonizador, embora oferecessem forte resistência; o negro, trazido como escravo da África e também seus descendentes, nascidos no Brasil; e, liderando o processo, estava o português, principal articulador e beneficiário da colonização da América portuguesa. Sobre os primeiros habitantes do Sertão da Ressaca, os autores revelam particularidades de um povo que até a chegada do europeu, embora mantivesse alguma rivalidade entre os diferentes grupos étnicos, a vida que levava era tranquila, harmonizada com a natureza onde os perigos já eram conhecidos, as doenças tratadas com as ervas cujo preparo e poder de cura dominavam. No geral mantinham um

estilo de vida com forte vínculo com a natureza, vivendo conforme as regras que instituía as lideranças e autoridades, organizando e disciplinando a vida coletiva.

No tocante à Capitania da Bahia destacam três grupos linguísticos: **Tupi**, do qual faziam parte os Tupinambá, Tupiniquim, Tupinaê e Amolpirá que habitavam no litoral, sendo as principais vítimas dos bandeirantes. **Cariri**, constituído pelos índios do nordeste até o Rio São Francisco, e os **Gês**, formado por imborés, pataxós e camacãs. Este último eram antigos habitantes da região compreendida entre rios Pardo e das Contas. No processo de colonização, sofreram violência física e cultural dos colonizadores que buscavam riquezas minerais e a posse das terras para criação de gado. Com relação ao modo de vida desses povos, é salutar ponderar que:

Os primeiros habitantes do Brasil, antes da chegada dos portugueses, viviam segundo os seus costumes, crenças e tradições, organizavam-se de acordo com a sua cultura, enfim, tinham o seu próprio modo de vida. Os imborés habitavam a região compreendida entre o Espírito Santo, Minas Gerais, Ilhéus e Porto Seguro. Com a investida dos bandeirantes e a conseqüente ocupação de terras em direção ao interior do Brasil, esse grupo foi expulso do litoral, embrenhando-se nas densas matas no interior da colônia. Contudo, apesar de serem derrotados, ofereceram resistência, reagindo às investidas bandeirantes e à ocupação, atacando valentemente os colonos.

A divisão do trabalho era segundo o sexo, ficando as mulheres com a colheita, cozinha, confecção de utensílios etc., e os homens com a confecção de botoques, pesca e caça, destacando-se nesta última atividade. Nas viagens, as mulheres carregavam os sacos com enorme peso, e os homens as vasilhas com água e armas.

A liderança era caracterizada pela bravura, ligada a forças sobrenaturais, sendo os chefes os orientadores das guerras, resolviam os problemas existentes na tribo e organizavam as migrações. As vitórias em combates ou uma boa caça, motivavam as festas com brincadeiras, danças e cantos.

Os pataxós, além de disputarem territórios com os portugueses, guerreavam com os botocudos, sendo obrigados a se refugiarem no sul da Bahia; também foram forçados a adentrarem o interior das matas. Habitavam entre os rios: Cachoeira e Pardo, andavam em grupos pequenos e viviam em nomadismo, alimentando-se de caça e coleta de frutos ou raízes.

Os mongoiós também habitavam o Sertão da Ressaca, sendo este, um dos grupos mais conhecidos da região, considerado um subgrupo dos camacãs. Assim como os botocudos e pataxós, lutavam na defesa do território, mas tornavam-se vítimas da colonização, os quais, foram forçados a se internarem nas matas da região. Viviam entre os rios: Pardo, Colônia, Jequitinhonha e das Contas (Souza; Alves, 2002, p.33-34).

A presença do elemento branco no Sertão da Ressaca assim como em todo Brasil se constituiu numa grande “desgraça” para os povos indígenas. No confronto com o invasor português, não restaram muitas alternativas aos povos originários a não ser confrontar, fugir ou morrer. Essa foi a tônica da vida dos povos indígenas com a chegada dos colonizadores.

Quando os índios não morriam nas lutas ou contaminados por doenças, eram forçados a trabalhar na abertura de estradas, derrubada de matas, trabalhos domésticos dentre outros. Ao final, de uma forma ou de outra, eram destruídos culturalmente pela catequese feita nos aldeamentos, perdendo assim sua originalidade cultural. Considerando o antes e o depois da chegada dos colonizadores portugueses, cabe abordar que:

O aborígene brasileiro vivia em harmonia com a natureza e com o seu semelhante, embora houvesse conflitos constantes entre tribos rivais. Não se conhecia entre eles nenhuma forma de exploração do outro, expropriação de lucro ou qualquer forma de organização social baseada numa estrutura de Estado, com centralização de poder ou burocracia política. Diz um provérbio popular que inexistia no “alfabeto” tupi-guarani três letras: o “F, o L, e o R”. O f, simboliza a fé, representada pelo catolicismo, imposta aos mesmos pelos colonizadores; o “l”, é a imposição da lei, a implantação das instituições jurídicas com a chegada dos governadores gerais a partir da década de 1540, quando se instalou o primeiro governo geral na Capitania da Baía de Todos os Santos, em Salvador, Tomé de Souza; e, o “r”, representa o rei, a chegada de Dom João VI em 1808, com a fuga da família real para o Brasil, vindo complementar todos os elementos utilizados na total destruição da vida do aborígene, com a exterminação de grande parte desse povo. A apropriação do território brasileiro pelos europeus significou a imposição dessas três letras: “f, l e r” na vida dos povos indígenas, privando destes o que lhes era mais característico: a liberdade (Souza; Alves, 2002, p.33-34).

Certamente muitos bandeirantes, a serviço da Coroa portuguesa, adentram o interior na expectativa de encontrar o ouro tão cobiçado e, também, diante da realidade encontrada, optaram por desenvolver outras atividades para além da mineração, na maioria das vezes, como iniciativa complementar à exploração de metais preciosos. Entretanto, dentre tantos prepostos da Coroa que adentraram os sertões como já nos referimos anteriormente, João Gonçalves da Costa, por razões óbvias, acabou se destacando e se tornando o maior expoente no processo de devassamento, conquista e povoamento do Sertão da Ressaca. Sobre esse capitão-mor é necessário destacar que:

João Gonçalves da Costa, preto forro, natural de Chaves, cidade portuguesa, nasceu provavelmente em 1719, final da segunda década do século XVIII. Veio para o Brasil aos 16 anos de idade, passou a integrar o Terço de Henrique Dias – “regimento militar de defesa do território colonial, formado por negros libertos, cujo nome homenageava o negro Henrique Dias por seu destaque na luta contra os holandeses” - em meados do mesmo século na província das Minas Gerais, casou-se com Josefa Gonçalves da Costa, filha de Mathias João da Costa e Clara Gonçalves da Costa; abdicou do dote de casamento de sua esposa; sendo inclusive, excluído do testamento do seu sogro, por motivos ainda desconhecidos (Souza; Alves, 2002, p.36).

Quanto à estada de João Gonçalves da Costa no Sertão da Ressaca, embora a documentação analisada por SOUZA; ALVES (2002) não tenha dado conta a ponto de confirmar a localidade onde de fato o bandeirante tenha se fixado para de lá colocar em curso seu projeto de conquistar terras, subjugar povos, amealhar riquezas e obter as desejadas condecorações que a Corte portuguesa costumava atribuir a figuras que se destacavam na conquista, ocupação, defesa e exploração do interior da colônia; tudo indica que este se fixara no Arraial dos Poções e, dali tenha planejado e realizado a conquista e expansão de seus domínios, se levarmos em consideração as anotações dos referidos autores ao sinalizar que:

Possivelmente, a presença da bandeira de João Gonçalves na região circunscrita nos arredores do Arraial dos Poções, datam da metade do século XVIII, provavelmente entre os anos de 1750 e 1760, pois, em 1748, quando foi lavrado o inventário de Clara Gonçalves da Costa, sogra de João Gonçalves, o mesmo já era casado com Josefa Gonçalves da Costa, e o nascimento do seu filho Manoel, que se deu no povoado, indica que a fixação dos seus pais nessa região se deu pouco tempo após o casamento. Assim, Manoel Gonçalves da Costa mais tarde se torna um dos proprietários da Fazenda Tarugo, localizada nas proximidades do atual povoado de Morrinhos e do local denominado “Bizerro”, certamente, o povoado do Bezerra, conforme registros do seu testamento, obteve por herança do seu pai João Gonçalves. Outro indício de que a ocupação do povoado de Poções possa ter sido anterior ao Arraial da Conquista é a fixação de grande parte dos familiares de João Gonçalves entre os atuais municípios de Poções, Boa Nova e Manoel Vitorino, todos circunscritos no território da Vila dos Poções a partir de 1880, quando da sua emancipação política (Souza; Alves, 2002, p.37).

A localidade onde o bandeirante João Gonçalves da Costa inicialmente se fixou para, a partir dali, iniciar a exploração do Sertão da Ressaca ainda permanece envolta em uma lacuna, que precisa ser objeto de pesquisa mais aprofundada, visando esclarecer e dirimir a contenda entre pesquisadores que, apesar de analisarem documentos da mesma procedência, mantêm opiniões divergentes. Ao discutir de onde teria partido a abertura da estrada feita sob a liderança do referido bandeirante, interligando o Sertão da Ressaca à Capitania de Ilhéus é prudente informar que:

Os pesquisadores que se dedicam ao estudo desse tema, afirmam que o local citado no texto é o Arraial da Conquista. Contudo, não apresentam argumentos suficientes acerca dessa ideia. É possível que a construção dessa estrada se deu a partir dos domínios do Arraial dos Poções, seguindo pelas margens do Rio de Contas, indo até Ilhéus, no sul do Estado, passando próximo às atuais cidades de Ubaitaba e Ubatã, onde o mesmo foi autorizado a fundar uma nova povoação, denominada Funil, às margens do Rio de Contas, hoje, município de Ubaitaba (Souza; Alves, 2002, p.41).

Deixando de lado a contenda que envolve o lugar da partida para a conquista do vasto território do Sertão da Ressaca, não restam dúvidas que a família Gonçalves da Costa desempenhou papel muito relevante no processo de ocupação e povoamento dessa região. Suas ações para estender a área sob seu controle e influência além de assegurar sua supremacia enquanto conquistador de toda extensão territorial da região, objetivava também garantir o apresamento de índios para abertura de estradas, composição das expedições exploratórias e combater as tribos inimigas, afugentando-as para o interior das matas mais distantes. Os índios aliados colaboraram ainda na indicação de aldeamentos vizinhos, facilitando o controle europeu de outros povos indígenas. Nesse sentido, é importante assinalar que:

Essas ações confirmam que João Gonçalves da Costa e demais familiares foram, os principais responsáveis pelo povoamento do Sertão da Ressaca. Não obstante, cumpriu uma tarefa ainda mais importante para a Coroa portuguesa com a integração do sertão com o litoral e o recôncavo, fornecendo gado para suprir as necessidades de alimentação dos povos daquelas regiões, bem como, o trabalho na agricultura; além de produzir gêneros agrícolas essenciais ao sustento dos que aqui viviam; e, para a comercialização a exemplo do milho e do algodão, produzidos em larga escala.

Sua família se tornou a maior proprietária de terras do Sertão da Ressaca. Encontramos nos documentos pesquisados um grande número de fazendas com a extensão medida em léguas, verdadeiros latifúndios, distribuídas entre seus parentes mais próximos, possibilitando a posterior formação de diversos arraiais e povoados. É por meio dessa prática que o seu filho natural Raymundo Gonçalves da Costa consagrou-se como conquistador da “Fazenda dos Morrinhos”; o filho legítimo Manoel Gonçalves da Costa, foi contemplado com a doação do lugar chamado “Bezerro” e parte da “Fazenda Tarugo”; o seu cunhado Timótheo Gonçalves da Costa e seus dois filhos: Roberto e Bernardo Gonçalves da Costa fixaram residência na sede do Arraial dos Poções, dando início ao povoamento do mesmo (Souza; Alves, 2002, p.42).

A produção oriunda das fazendas de gado e das lavouras de subsistência, controladas pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa, era de grande importância para o abastecimento de gêneros essenciais para a população que se instalara nos povoados e fazendas, como também para abastecer o litoral, a capital e o recôncavo baianos. Toda movimentação desse bandeirante que se fixou no Sertão da Ressaca em grande parte era realizada com investimento de recursos próprios na abertura de estradas, estabelecimento de fazendas de gado, produção de grande quantidade de milho e algodão, produtos que ofertava aos viajantes, colaborando para a manutenção dos integrantes das tropas e dos animais, além de combater os aborígenes, sem contar os perigos aos quais vivenciou frente aos animais ferozes que

povoavam a região que o mesmo fazia questão de relatar em seus escritos, revelando que, no primeiro mês de sua chegada, ele abateu vinte e quatro onças, animal muito comum na região.

Mesmo diante de todo o empenho desse afamado bandeirante, colaborando para garantir o controle e posse das terras do interior da colônia para o domínio português, ainda assim João Gonçalves da Costa não obteve o apoio material de que necessitava para realizar tão grande feito. Embora não tenha recebido monetariamente nenhum tipo de incentivo, este foi agraciado pela Coroa portuguesa com a condecoração de Capitão-mor da conquista do Sertão da Ressaca, título esse que revestia de orgulho o seu detentor e seus familiares, pois somente homens ilustres eram dignos de receber tamanha honraria.

João Gonçalves da Costa apesar dos desafios, riscos e adversidades que enfrentou para consolidar a conquista do Sertão da Ressaca, ao que tudo indica tratava-se de uma pessoa agraciada pela natureza quanto a sua saúde e vigor no tocante à condição física. Pelo visto, era também um homem de muita sorte dado a sua longevidade. Segundo as anotações postas, consta que:

João Gonçalves, certamente, faleceu no ano de 1819, na “Fazenda Cachoeira”, localizada no atual município de Manoel Vitorino, provavelmente, aos cem anos de idade. Porém, antes de morrer, já havia dividido a região conquistada em vários latifúndios entre os seus familiares, inclusive as fazendas circunvizinhas do Arraial dos Poções, onde se estabeleceram os seus filhos: Antonio Dias de Miranda, na Fazenda Uruba; João Dias de Miranda, na Fazenda Manga, atualmente, município de Boa Nova; Manoel Gonçalves da Costa, que foi proprietário da Fazenda Tarugo e do Bezerro, conforme destacamos anteriormente; e, seu filho natural Raymundo Gonçalves da Costa na Fazenda dos Morrinhos (Souza; Alves, 2002, p.43).

Caso tenha vivido até os cem anos de idade, não restam dúvidas de que João Gonçalves da Costa era uma pessoa determinada, capaz de se adaptar às condições climáticas e adversidades apresentadas na região Nordeste, enfrentar as intempéries, manter o curso das conquistas, exterminar uma grande população indígena, controlar grandes extensões de terras e, conseqüentemente, despertar temor, adquirir fama, gado e dinheiro; chegando a ser alçado ao patamar dos sanguinários e temidos bandeirantes paulistas que fizeram fama e riqueza ao desbravar o interior do Brasil.

No que diz respeito ao povoamento do Arraial dos Poções, Thimotheo, Bernardo e Roberto Gonçalves da Costa são considerados, no contexto do processo de colonização portuguesa, os pioneiros, depois das conquistas dos índios pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa e seus filhos. É quase certo que Thimotheo e seus filhos se instalaram às margens do

Rio São José, que cortava a cidade ao meio, ficando às suas margens as edificações mais antigas do município, inclusive, os monumentos religiosos, no caso a Capela de Nossas Senhora da Lapinha, a Igreja mais antiga construída no arraial e a Igrejinha do Divino Espírito Santo, sendo esta uma das poucas construções antigas que foi preservada. Considerando as informações postas, é possível afirmar que:

Dessa forma, podemos inferir que a ocupação e povoamento do Arraial dos Poções foi resultante do processo de expansão dos domínios da família Gonçalves da Costa pelo Sertão da Ressaca; propiciando a fixação de Thimotheo Gonçalves da Costa, cunhado de João Gonçalves, juntamente com sua família no local onde se formou o povoado. Entretanto, diversos escritos de história popular afirmam que ao se instalar no Arraial dos Poções, a família Gonçalves da Costa já encontrou aí três habitantes irmãos. Mas, nada se sabe acerca das origens dessas pessoas (Souza; Alves, 2002, p.44).

No processo de colonização, é importante considerar a presença da Igreja nesse empreendimento da Coroa portuguesa. A estreita ligação entre a Igreja e o Estado, no caso, Portugal, o poder da instituição religiosa era equiparado ao poder civil, senão maior, a considerar sua influência nas decisões e sua presença no processo de ocupação e povoamento, que era visivelmente demarcado com a construção da capela. Demonstrando o poderio da Igreja na época, é imprescindível destacar que:

[...] O aspecto religioso era um dos fatores preponderantes para a formação das cidades no Brasil, mesmo no período imperial. Vale lembrar que só estávamos há nove anos da Proclamação da República; e, a Igreja ostenta muito poder e prestígio junto às instituições políticas. Pois, a existência de uma Capela era atributo necessário para a fundação das vilas desde os primórdios da colonização brasileira, permanecendo assim, até finais do período imperial (Souza; Alves, 2002, p.45).

Desde os seus primórdios, ainda no século XVIII até a sua emancipação no século XIX, o Arraial recebeu várias denominações até obter definitivamente o nome de Poções. De acordo com a documentação analisada, Souza; Alves apontam que o município recebeu as seguintes denominações: Povoado dos Poções, Arraial dos Poções, Arraial do Espírito Santo dos Poções ou Arraial do Espírito Santo e Santo Antonio dos Poções. Ainda sobre a denominação de Poções, é preciso destacar que:

O relato do príncipe demonstra que à época de sua passagem já existia uma aglomeração de casas na sede do Arraial; e, em nota explicativa, os tradutores esclarecem que o príncipe escreveu originalmente “Possões”, deixando claro que essa denominação se deu em função da existência de

diversos poços no arraial; característica que permanece até os tempos atuais (Souza; Alves, 2002, p.49).

O Arraial dos Poções, cuja emancipação se deu em 1880, seu território abrangia uma área muito extensa graças à capacidade da família Gonçalves da Costa em estender seus domínios mesmo que para isso fosse necessário confrontar os indígenas, as onças e outros obstáculos que o Sertão da Ressaca impunha aos colonizadores que ousaram adentrar o interior da colônia em busca das riquezas minerais. Ao tratar da extensão do território que compreendia o município de Poções, desde a sua emancipação os autores destacam que:

O Arraial dos Poções, transformado em vila em 1880, deu origem a diversos municípios da região, como: Jequié, Ibicuí, Iguai, Nova Canaã, Planalto, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caetanos e Mirante, dentre outros, sendo reduzido a pouco mais de dez por cento da sua área original. Sendo assim, a vila só foi instituída há mais de um século após a chegada dos primeiros habitantes. Mas, só passa a funcionar como tal em 25 de abril 1883, quando dispõe de condições para alugar os prédios para o funcionamento da Câmara e Cadeia, edificações elementares para o desenvolvimento das atividades políticas, jurídicas e administrativa, pois, já dispunha da capela, um dos componentes do “pilar” composto pelos três “c” para se fundar uma vila: a capela, a câmara e a cadeia (Souza; Alves, 2002, p.50).

Raymundo Gonçalves da Costa, filho de João Gonçalves da Costa, foi um dos integrantes de maior destaque da bandeira liderada pelo seu pai. Sendo muito habilidoso na captura, aprisionamento e submissão do índio, logrou fama e dividendos políticos pela sua bravura e desenvoltura. Sua fixação na fazenda dos Morrinhos se deve à sua eficiência no empreendimento de batalhas que acabaram lhe rendendo o acesso e a conquista de um vasto território se constituindo num grande proprietário de terras. Talvez pela repercussão e reconhecimento dos feitos realizados por Raymundo Gonçalves da Costa, o Povoado de Morrinhos ainda figure no imaginário popular como o lugar onde teria iniciado o povoamento que daria origem ao município de Poções. Sobre essa questão, merece destaque as anotações que apontam na seguinte direção:

[...] Contrariando mais uma vez o que se diz pela tradição oral, e por escritos de história popular, que afirmam que o distrito de Morrinhos foi primitivamente a origem do Arraial dos Poções. Se avaliarmos ainda a localização geográfica daquela localidade, situada na zona da mata às margens do Rio das Mulheres, com abundância de terras férteis e riachos, é possível inferirmos que um povoamento iniciado ali teria se desenvolvido muito mais rapidamente e com chances de ter muito mais êxito do que no Arraial dos Poções, situado a sete quilômetros de distância, em direção à caatinga. É importante destacarmos que todas as referências que se faz à Poções nos relatos e documentos de época, conforme dito anteriormente,

aparece a expressão “Arraial dos Poções”, não havendo em nenhuma oportunidade a menção da palavra “fazenda”, como é o caso de Morrinhos (Souza; Alves, 2002, p.54).

Embora a conquista do Sertão da Ressaca tenha desempenhado papel expressivo no contexto da colonização, promovendo a ocupação e povoamento de uma região aparentemente inóspita, que, no decorrer da conquista, vai revelando sua viabilidade econômica, política e administrativa no âmbito dos interesses da Coroa portuguesa, interligando o interior ao litoral, ainda assim é visível o isolamento dessa região em relação ao poder central e, parte dessa condição, que evidencia pouca expressividade em relação à capital da província e ao Recôncavo, tem muito a ver com a dinâmica apresentada na criação de gado.

Em todas as atividades econômicas desenvolvidas na colônia tinha o emprego da mão de obra escrava, sobretudo do negro africano. Por isso, é preciso reafirmar que, sem a força de trabalho escravo, dificilmente a Coroa portuguesa teria alcançado os resultados obtidos em todas as atividades econômicas que empreendeu na colônia. A mão de obra escrava era a força que garantia a produtividade da colônia, inclusive, o negro desenvolvia atividades diversificadas. Existiam escravos vaqueiros, trabalhadores da roça, do serviço doméstico e, até mesmo, em funções que pouco consta da historiografia tradicional como os oficiais de sapateiro, oleiro, ferreiro e carpinteiro, explicitando assim a grande variedade de atividades desenvolvidas no sertão, contrariando a ideia de que a economia colonial estava diretamente vinculada aos interesses exclusivos da metrópole.

A resistência dos povos indígenas à dominação, advinda do processo de colonização, demonstra a grandeza dos nativos em não admitir perder suas terras, alterar sua vida, serem aprisionados, escravizados e, muito menos, aceitarem que uma gente tão estranha mudasse o seu jeito de ser. Mesmo resistindo de todas as formas não conseguiram conter o ímpeto do bandeirante colonizador e vários fatores foram determinantes para que os donos da terra não resistissem às investidas da Coroa portuguesa. O uso de armas de fogo, a propagação de doenças contagiosas, a traição dos colonizadores, a aliança de algumas tribos com o invasor para combater outras e a catequese, realizada pelos missionários, foram decisivos para garantir a submissão das populações indígenas aos interesses da Corte portuguesa.

Para garantir seu espaço e sua liberdade, os povos indígenas reagiram altivamente, provando assim sua valentia, coragem, força e consciência em relação à sua legitimidade enquanto donos da terra. A determinação dos povos indígenas em resistir e não aceitar a submissão imposta pelos colonizadores deveria ser motivo de exaltação e reconhecimento

pela altivez desse povo. Entretanto, quanto mais obstáculos os índios criavam ao processo de colonização, quanto mais combates e baixas os nativos provocassem na composição das bandeiras que adentravam o sertão, quanto maior fosse a determinação e capacidade de resistir frente ao avanço dos invasores, mais a Coroa portuguesa se instrumentalizava e incentivava a penetração no interior da colônia para dizimar os povos da floresta e mais destaque, visibilidade e reconhecimento os bandeirantes auferiam.

No Arraial dos Poções, o processo de extermínio e submissão do indígena foi tão cruel quanto nas demais regiões do Brasil, levando-os quase que à completa extinção. Os poucos que conseguiram sobreviver se embrenharam nas matas, procurando se distanciar o máximo que pudessem daqueles que os chamavam de gentios, selvagens e avessos à “civilização”.

Para além dos estudos aqui pautados no tocante à produção historiográfica que aborda a História Local, em especial o município Poções, existe outras produções que, mesmo não sendo objeto de uma análise mais detalhada neste trabalho, é importante destacá-los na expectativa de que sejam apreciados e possam complementar as reflexões, lacunas e ponderações aqui apresentadas. Trata-se do Livro *Poções em Pauta: Análises Geográficas da editora CRV 2022*, que apresenta uma coletânea de artigos, tendo como organizadores *Altemar Amaral Rocha, Ana Emília de Quadros Ferraz e Fernanda Viana de Alcântara*.

Do conjunto de textos apresentados, alguns trazem informações que corroboram para trabalhar a história local na perspectiva de colocar Poções na sala de aula. Sendo estes: Capítulo I - *A formação territorial de Poções* (Lauro do Carmo Pereira, Jaine Abreu Santana, Ana Emília de Quadros Ferraz e Altemar Amaral Rocha), Capítulo II - *A centralidade de Igrejas católicas na formação da cidade de Poções* (Lauro do Carmo Pereira, Alice Angélica Mafra, Ana Emília de Quadros Ferraz e Jaine Abreu Santana), Capítulo V - *A Festa do Divino Espírito Santo em Poções: o sagrado e o profano* (Lília Moitinho Silva e Ana Emília de Quadros Ferraz). Portanto, a pesquisa revela que já existe uma oferta razoável de material sobre Poções que ainda não foi objeto de estudo e de aplicação no dia a dia da sala de aula. Daí porque a decisão de debruçar sobre a historiografia que trata da história local, reconhecendo esse lugar como objeto de estudo. Então, o que tem impedido o sistema educacional de constar esse material da grade curricular tem outras razões, dentre as quais, está a política nacional de escolha do livro didático (PNLD), o mercado editorial e a ausência de um movimento que trabalhe para que o local e o regional sejam inseridos nos programas das escolas das redes municipal e estadual, levando em consideração as particularidades de cada região, inclusive, incluindo no PNLD aquisição de livros paradidáticos que tratem da história local e regional,

4 PRODUTO - OCUPAÇÃO, POVOAMENTO E CONFRONTOS NO ARRAIAL DOS POÇÕES

4.1 Contextualizando

Logo no início do Mestrado ainda não havia um direcionamento quanto à temática a ser trabalhada nem o produto a ser ofertado. Foi durante as aulas do Professor *Belarmino de Jesus Sousa*, ministrante da disciplina História local: *Usos e Potencialidades Pedagógicas* que, pouco a pouco, as ideias foram surgindo, as opções se apresentando e sinalizando uma definição. Na composição do Projeto de Pesquisa, através da disciplina *Seminário de Pesquisa*, ministrada pelo Professor *Ricardo Alexandre Santos de Sousa* é que a definição foi consolidada, no sentido de trabalhar com História Local, tendo como objeto de estudo a produção historiográfica sobre o município de Poções. Definido o tema da pesquisa, o desafio agora era definir o produto a ser construído e apresentado ao final do curso e, para que a escolha se tornasse uma produção factível, era imprescindível optar por um formato que viabilizasse a construção, considerando o tempo e os instrumentos que poderiam ser utilizados no decorrer dos estudos e elaboração da proposta. Inicialmente, foi ventilado que o produto final seria uma cartilha tratando da ocupação, povoamento, posse da terra e organização do Arraial dos Poções, bem como sua emancipação e desenvolvimento. Contudo, durante a qualificação, a banca sugeriu que, ao invés de uma cartilha, o ideal seria produzir um livro didático. Desde então, os estudos e pesquisas foram canalizados, tendo como meta a elaboração do livro didático, mas a ideia da cartilha não saía de pauta. Porém, o tempo foi transcorrendo e, ao fim e ao cabo, a opção acabou recaindo sobre a sequência didática por conta de um trabalho realizado na regência da Professora *GrayceMayre Bonfim Souza*, que ministrava a disciplina *História do Impresso*, realizando uma discussão muito interessante sobre a literatura de cordel, revelando o potencial desse material para o ensino e aprendizagem da história local. Durante as aulas e estudos realizados na disciplina *História do Impresso*, com a Professora *GrayceMayre Bonfim Souza*, foi possível ler e debater diversos textos, pautando o caminho percorrido no processo de impressão e comercialização de livros com destaque para as tipografias que se constituíram em instrumentos de maior proeminência na edição e divulgação dos escritos que tratavam de questões políticas, econômicas, filosóficas e culturais, dentre outras. Dos autores indicados, *Robert Darnton*, na obra *Edição e Sedição*, apresenta um estudo muito interessante sobre a literatura clandestina, a condição do vendedor ambulante e destaca a importância desses escritos na formação da opinião de

parcela significativa da sociedade que, inclusive, pode ter subsidiado muitos eventos revolucionários no curso da história, de modo especial na França.

Além desse material que nos remete a um ambiente de conflitos e acordos para viabilizar a publicação e comercialização de livros, cabe aqui um destaque para a abordagem a respeito da literatura de cordel e das possibilidades que esse gênero pode abrir, quando introduzidos na sala de aula como uma ferramenta capaz de inovar, motivar e significar o ensino de história, de modo especial da história local e regional. Uma das obras muito interessante que tivemos acesso durante os estudos foi *Antologia dos Folhetos de Cordel-amor, história e luta*, de Márcia Abreu (2005). Ela nos brinda com a apresentação de vários autores cordelistas que cantam a vida em versos; fazendo humor, discutindo fatos, informando e repercutindo a cultura popular em seus trabalhos. Chama a atenção também o fato de que, nem sempre, aqueles que se apresentavam nas praças eram os mesmos que publicavam. Na verdade, fica evidente que os cantadores eram fonte de inspiração para muitos que escreviam os cordéis. Vários ficaram famosos e até ganharam muito dinheiro, como sinaliza a autora quando revela que os cordéis relativos à morte de Getúlio Vargas renderam grandes tiragens e muitas edições.

Outra obra de Márcia Abreu (2006) *História de Cordéis e Folhetos* levanta uma discussão que nos remete a natureza da literatura de cordel nordestina, fazendo uma analogia com a produção de cordel de matriz portuguesa, colocando em questão de onde vem à influência que, ao longo do tempo, tem inspirado trovadores e escritores do Nordeste. Ao confrontar as duas literaturas, a autora procura afastar todo e qualquer indício de vinculação da literatura nordestina à lusitana e esclarece as razões desse alinhamento inadequado, com base nos estudos por ela realizados e apresentados em sua tese de doutorado. Diante do que foi exposto e discutido nas aulas de História do Impresso e, considerando a proposta de construir uma sequência didática, pouco a pouco, foi descortinando a ideia de trabalhar com os alunos do Ensino Médio da rede estadual no município de Poções esse instrumento didático-pedagógico.

Nessa perspectiva, a opção foi trabalhar com os alunos o tema do projeto de pesquisa, dissertação e produto, partindo dos espaços de memória e fragmentos da história local e regional; realizando a culminância com a produção de cordéis e apresentação de um sarau, alusivo ao processo de ocupação, confrontos, povoamento e posse das terras no Arraial dos Poções. A expectativa é que no decorrer das atividades os alunos, distribuídos em grupos de trabalho, realizem leituras, debates, pesquisa e visitas a locais e espaços que representam lugares de memória: nomes de ruas, capelas, rios, povoados e outros que possam trazer do

passado para o presente, reflexões sobre a trajetória de um povo que, ao longo do tempo, foi esculpindo a cidade até chegar ao traçado, contornos e nuances do formato atual.

4.2 O cordel na sala de aula

Lendo a tese do professor e pesquisador Ary Leonan Lima Santos *Utilização do cordel como ferramenta para o ensino de História: conceitos, repertórios e experiências*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, 2018, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ensino de História, tendo como orientador o Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro, foi possível perceber mais claramente o alcance que a literatura de cordel tem no Brasil, especialmente no Nordeste e, logo, observei que, nós, professores, em especial os da área de humanas, até então, ainda não nos atentamos para a viabilidade dessa ferramenta no ensino de história. Em sua tese, evocando Darnton (1988), o pesquisador afirma:

percebo no cordel uma ferramenta útil na busca por uma proposta de ensino de história que contemple a regionalidade e a cultura local, objetivando fazer com que alunos e a comunidade escolar envolvida sintam-se parte da construção do conhecimento histórico, pois enquanto professor de história é necessário perceber que as culturas formulam maneiras de pensar. Assim, “os contos populares são documentos históricos”, dessa forma, o cordel enquanto literatura popular também merece que nós historiadores nos debruçemos sobre suas obras e busquemos compreender seu envolvimento em diversos contextos históricos da sociedade brasileira, em especial da região Nordeste.

Nessa linha de raciocínio, o pesquisador aponta algo muito importante: “Rejeitar os contos populares porque não podem ser datados nem situados com precisão, como outros documentos históricos, é virar as costas a um dos poucos pontos de entrada no universo mental dos camponeses”(Darnton1988)ou seja, para analisar o cenário do cordel enquanto gênero literário e cogitar o seu possível uso como ferramenta para o ensino de história, é preciso aceitar que, além da história oficial descrita nos livros didáticos, há também uma história construída a partir das experiências das massas populares, através de sua atuação enquanto sujeitos históricos no ambiente em que estão inseridos. Outro aspecto que merece destaque nas reflexões do Professor e pesquisador em questão é a observação que faz sobre as características, regras e simplicidade que envolve a produção de um cordel. Para ele, “[...] produzir um cordel vai além de momentos de inspiração” (Santos, 2018). Existem regras bem definidas sobre a forma de como produzir um cordel, de modo que haja harmonia entre a

mensagem contida nos versos e a organização textual, facilitando a compreensão do leitor e preservando a musicalidade existente, marca característica da literatura de cordel.

Ao falar sobre a organização do cordel, é importante enfatizar que a maneira de escrever um cordel é bastante peculiar, pois “organizar um cordel não quer dizer necessariamente manter uma relação com a norma culta padrão da língua portuguesa, fato que o diferencia da maioria dos gêneros literários conhecidos” (Santos, 2018). Pensando assim, fica muito evidente que o trabalho com a literatura de cordel requer muito estudo e cuidado para que sua efetividade no ensino-aprendizagem aconteça, exigindo, portanto, uma boa contextualização das obras trabalhadas em sala de aula para não incorrer na banalização, dispersão e desinteresse das turmas. Feitas as considerações, tomando por base as discussões e orientações propostas na tese já mencionada, cabe esclarecer que, no caso da atividade que está sendo proposta aos alunos, vamos trabalhar alguns cordéis como forma de ilustrar e familiarizar os discentes com a linguagem e particularidade que permeiam a produção dos folhetos aqui no Nordeste. Vale ressaltar que, a proposta de sequência didática que apresentamos a seguir vai trabalhar textos relativos à ocupação, confronto e povoamento e posse das terras do Arraial dos Poções. Nessa perspectiva, os alunos, após as leituras, discussões e atividades, realizarão visitas orientadas, registro fotográfico e vídeos dos locais e espaços de memória que apresentam proximidade com a temática em estudo. Esse trabalho preliminar visa orientar e fundamentar a produção e apresentação de cordéis, tendo em vista a realização da culminância e avaliação. Na organização e definição dos grupos de trabalho e seus respectivos temas, vamos pautar pelo trabalho monográfico de Manoel Alex da Silva Sousa e Rhanes Souza Alves, (2002), intitulado: *Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX* agosto de 2002.

Para distribuir e discutir a temática Ocupação, povoamento e confrontos na organização do Arraial dos Poções, considerando os grupos de trabalho constituídos e a realização das atividades conforme disposto na sequência didática apresentada mais adiante vamos fragmentá-la em tópicos, tomando por base a denominação dos espaços e lugares de memória que guardam alguma relação com o município e a municipalidade, fazendo uma conexão com os textos pinçados do trabalho monográfico, mencionado anteriormente. Além das atividades propostas durante o estudo de textos-síntese, fundamentados na obra de (Souza; Alves, 2002), vamos propor a leitura de cordéis que tratem direta ou indiretamente de marcas deixadas ao longo do tempo no processo de ocupação, povoamento e constituição do Arraial dos Poções. Dessa forma, os alunos vão se familiarizando com a literatura de cordel e, ao final, cada grupo vai apresentar seu cordel

como parte do processo de avaliação e culminância da proposta. Os textos e lugares sinalizados a seguir devem orientar os estudos e, na medida do possível, estabelecer uma relação do tempo presente com o passado e contribuir para interiorizar a leitura e oportunizar na observação dos lugares de memórias, inspiração e motivação na escrita dos cordéis, que serão apresentados pelos alunos, para conclusão e culminância de todos os tópicos trabalhados na sequência didática, relativos à ocupação, povoamento e confrontos na constituição do Arraial dos Poções.

4.3 Textos-síntese

Os títulos que estão aqui relacionados são partes integrantes da sequência didática e serão trabalhados mediante roteiro e orientações didáticas na perspectiva de que os alunos e alunas participantes, considerando seus respectivos grupos, possam juntamente com o professor, irem, passo a passo, colocando em prática a proposta apresentada de modo que os estudantes se envolvam durante todo o itinerário sinalizado com vistas a trabalhar a história local de modo significativo e, na medida do possível, introduzir alguns ingredientes lúdicos. Os textos-síntese a serem discutidos durante a realização da proposta vão abordar diversos temas conforme disposto a seguir:

1. Ocupação do território brasileiro;
2. Ocupação do território baiano;
3. Bandeirantes e o desbravamento do sertão;
4. O gado na economia do Sertão;
5. Ocupação e povoamento do Arraial dos Poções;
6. João Gonçalves da Costa e a posse das terras no Sertão da Ressaca;
7. Os “pioneiros” na organização do Arraial dos Poções;
8. Usurpação do território e resistência indígena;
9. Povos indígenas do Sertão da Ressaca;
10. Escravidão e produção na região sertaneja.

Os temas aqui postos serão discutidos mediante textos pontuais, procurando contextualizar os estudantes para que possam compreender o cenário em que se deu a organização do que mais tarde viria ser o Arraial dos Poções, pautando o processo de

ocupação, povos originários, confrontos, atividades econômicas e demais aspectos que se entrelaçam na formação dos primeiros núcleos de povoamento que, com o tempo, conquistam sua emancipação.

4.4 Lugares de memória

Tendo em vista o conteúdo base a ser trabalhado, foi pensado e proposto referenciar esses conteúdos a alguns lugares da cidade que guardam alguma relação com a temática em discussão, daí porque estamos relacionando espaços que remetem ao conteúdo estudado na intenção de que os estudantes possam estabelecer uma relação e aproximação entre o passado e o presente, no intuito de melhor entender esse movimento, visualizar e, a partir da sua compreensão, desenvolver um repertório de informações e conceitos que os ajudem na produção dos cordéis. Para a visita, observação e estudo, indicamos os seguintes lugares:

1. Avenida Coronel João Gonçalves da Costa - Bairros Primavera e Bela Vista;
2. Rua André da Rocha Pinto - Bairro Lagoa Grande;
3. Avenida Timóteo Gonçalves da Costa - Centro, Alto do Recreio, URBIS e Santa Rita;
4. Rua dos Mongoiós-Bairro Primavera;
5. Capela de Nossa Senhora da Lapinha - Bairro Primavera;
6. Igreja do Divino Espírito Santo - Bairro Centro;
7. Rio São José – Perímetro urbano e rural;
8. Capelinha de Santo Antônio - Povoado de Morrinhos;
9. Usina de leite– BA 262, Loteamento Águas do Sertão;
10. Comunidade Quilombola -Zona rural: Lagoa do João, Pimenteira e Vassouras.

Os lugares de memória escolhidos e apresentados guardam uma estreita relação com a temática em questão e vão instigar os estudantes a também estabelecerem essa estreita relação entre passado e presente, estimulando e inspirando os envolvidos a realizarem uma boa pesquisa, desenvolver uma produção bem fundamentada para que durante as apresentações possam argumentar com desenvoltura, demonstrando conhecimento e segurança para sustentar seus argumentos considerando o arcabouço teórico e as atividades práticas.

4.5 Orientações didáticas e produção de cordéis

Conforme já mencionamos, existe uma orientação geral, mas no corpo da sequência didática, constam, de forma mais específica e detalhada, roteiros de como os estudantes devem proceder até o momento da culminância. É claro que a depender da turma e do perfil dos alunos, o professor poderá alterar e inovar dentro dos parâmetros da proposição. Apresentamos a seguir as orientações básicas que devem ser apresentadas e discutidas com os alunos, de modo que todos tenham clareza do compromisso e do trabalho que estão sendo chamados a realizar:

- Cada grupo de trabalho deve estudar e produzir sobre um lugar de memória;
- O grupo deve levantar informações sobre o lugar e/ou personalidade que nomina o espaço;
- As informações podem ser levantadas mediante pesquisa bibliográfica ou entrevistas;
- Os grupos devem produzir um cordel relativo ao lugar ou pessoa estudada;
- Os cordéis devem ser ilustrados com imagens afins e expostos ao público numa mostra;
- Os cordéis podem ser apresentados num sarau realizado na escola em data pré-definida;
- Cada cordel entregue deve conter um roteiro de interpretação e apresentação;
- Nos cordéis, devem constar nomes dos integrantes dos respectivos grupos, colégio, disciplina e professor.
- Cordéis de diversos autores serão disponibilizados para leitura, pesquisa e orientação dos grupos.

4.6 Avaliação e culminância

O trabalho conforme disposto na sequência didática pode ser desenvolvido no decorrer de uma unidade letiva, aproximadamente 70 dias, sendo recomendado que, sua aplicação aconteça na unidade II, depois de um período em que os alunos já se readaptaram a rotina escolar e, também, porque, geralmente, a primeira unidade e a III unidade costumam ser as mais curtas do ano letivo por conta das programações que são desenvolvidas no início e no final das atividades escolares.

Para desenvolver a sequência didática o professor, com o apoio da secretaria do colégio, vai disponibilizar todo material necessário para que os alunos possam desenvolver o trabalho, inclusive, o transporte para o deslocamento dos grupos até o local onde a visita de campo, entrevistas, registro fotográfico e vídeos serão realizados.

Aos grupos de trabalho será disponibilizado um cordel para que possam consultar e se familiarizarem com a linguagem dessa literatura e, pouco a pouco, possam absorver o formato e produzir seus respectivos cordéis, considerando a temática que ficaram de desenvolver, o lugar de memória a observar e estabelecer relações com o conteúdo estudado.

O processo de avaliação será pautado pelo envolvimento do aluno nos grupos de trabalho, sua participação durante as aulas, realização das atividades propostas, produção e apresentação dos cordéis na mostra e no sarau que serão organizados e realizados na escola. Para isso, é preciso divulgar a programação com antecedência e, na data definida, uma parte do tempo pedagógico, inclusive, das outras disciplinas, deve ser destinado para culminância da sequência didática, preferencialmente após o intervalo do lanche ou do almoço.

Para a culminância podemos convidar alguns cordelistas da cidade para apresentarem um de seus trabalhos e prestigiarem a apresentação dos cordéis produzidos pelos alunos, discutindo o processo de ocupação, povoamento e confrontos na organização do Arraial dos Poções. Também podemos convidar cantadores e violeiros para se apresentarem no intervalo de apresentação dos cordéis da turma. E se a direção do colégio abraçar podemos fazer um concurso dos melhores cordéis e premiar o 1º, 2º e 3º lugares.

Todos os cordéis apresentados serão reunidos em uma coletânea e vamos buscar apoio para sua publicação, procurando fazer uma tiragem significativa para que cada escola da rede estadual e municipal possa receber uma quota de exemplares, ficando à disposição dos professores para utilizarem em suas aulas e, quem sabe, levar para a sala de aula a literatura de cordel, buscando intermediar e ilustrar o processo ensino-aprendizagem.

A depender da qualidade e receptividade dos cordéis produzidos pelos alunos, podemos propor e agendar com as escolas da rede municipal uma sequência de apresentação dos cordéis para os alunos do município no sentido de propagar e incentivar o uso e produção do cordel na sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos que estão chegando para cursar o Ensino Médio, realidade onde atuo como professor, na sua ampla maioria, apresenta muita dificuldade para ler, entender e se expressar. Entretanto, se considerarmos todas as turmas em conjunto, vamos encontrar alunos e alunas com um senso crítico já aguçado, apresentando interesse e sentido para o estudo, trazendo consigo uma bagagem muito boa, se tornando figuras diferenciadas nas turmas em que estão inseridos.

Num universo de estudantes que acessam o ensino público apenas uma parcela está motivada a estudar e já vislumbra sentido e perspectivas no estudo; outra parcela bem considerável, provavelmente a maioria, ainda não interiorizou a importância de estudar e vão à escola por vários outros motivos. Em muitos casos por imposição dos pais, em outros por um incentivo financeiro do governo ou em razão do espaço escolar ser um ambiente mais acolhedor do que os lugares onde vivem. No momento atual, depois de três anos que superamos a pandemia de Covid19, o vínculo com os aparelhos celulares tem sido muito intenso, se considerarmos o tempo que os jovens estudantes passam de olho na telinha. A situação chegou a tal ponto de dispersão que foi preciso uma lei, para restringir o uso do equipamento em sala de aula. Embora a restrição esteja em vigor, sua aplicabilidade ainda está em fase experimental e em muitas unidades de ensino ainda não foi definido um protocolo ideal para lidar com essa restrição no dia a dia da sala de aula e sua utilização para fins pedagógicos.

Foi no contexto de final do período pandêmico que iniciamos o mestrado, ainda lembro que durante alguns meses continuamos usando máscaras durante as aulas, ainda com receio, embora o processo de vacinação já estivesse em curso. Portanto, é nesse cenário que iniciamos os estudos do mestrado e foi nesse convívio que passamos a discutir e pensar o que poderíamos fazer na sala de aula para que nossos alunos passassem a se interessar mais pelos conteúdos, encontrando um sentido maior para o ato de estudar. Ao concluir o curso percebo que já não ministro aulas tal qual como antes, tenho verificado também que o mestrado proporcionou a discussão e reflexão de temas que nos fizeram repensar nossa prática pedagógica e dentro do universo da sala de aula passamos a não se ater apenas aos conteúdos, mas, sobretudo, observar como os alunos estão se envolvendo com o que está sendo trabalhado e como estão reagindo diante das cobranças, considerando os objetivos que vão delinear o instrumento e o formato da avaliação. Espelhando as aulas e os debates do mestrado com o que estava sendo realizado em sala de aula nasceu a ideia de trabalhar com a

história local tendo como perspectiva trazer os alunos para mais perto de sua realidade e, assim, trabalhar conteúdos que além de esclarecer promovam também inteligentes provocações, oportunizando perceber a realidade em que estão inseridos, como essa realidade foi moldada ao longo dos anos e, até que ponto, eles, enquanto sujeitos históricos, podem intervir para construir um modelo alternativo de convivência e quem sabe de sociedade mais justa e menos excludente. Os estudos realizados no percurso do mestrado acabaram levando-me a optar por trabalhar com a história local que, no meu entender, seria o caminho ideal para o ensino-aprendizagem acontecer de forma mais contextualizada e com relativa significância para os estudantes. Contudo, embora exista uma vasta historiografia versando sobre o local; o currículo escolar e a maioria dos livros didáticos não tratam dessa temática, dificultando muito o trabalho do professor que ousar trilhar por esse caminho.

Quando me refiro a essa ausência de material didático que discuta a história local estou olhando para minha própria realidade, no caso o município de Poções que, até o presente momento não dispõe desse material e ainda não internalizou a viabilidade do ensino de história a partir do lugar onde se vive. Essa realidade aqui posta, pelos trabalhos e textos analisados não é uma particularidade apenas da “Terra do Divino”, essa carência permeia muitos lugares em todo o Brasil. O Programa ProfHistória define que final do curso deve ser ofertado um produto como parte integrante da dissertação, orientando assim que todo mestrando ao concluir o curso precisa entregar uma proposta no sentido de contribuir para melhorar a qualidade do ensino, combinando teoria e prática e, dessa forma, ajudar a comunidade escolar onde atua a dispor de um recurso pedagógico que possa potencializar o ensino de história. Inicialmente a proposta era de produzir uma cartilha tratando sobre a ocupação, povoamento e organização do Arraial dos Poções, tendo como recorte histórico meados século XVIII e século XIX. Após a qualificação foi sugerido pela banca que o ideal seria a confecção de um livro didático e a partir daí essa ideia passou a ser considerada e tudo caminhava nessa direção. Porém, em virtude de ter trabalhado em uma das disciplinas do mestrado com sequência didática, inclusive, ter desenvolvido uma proposta dessa natureza, discutindo a mesma temática, esse recurso didático acabou se constituindo como opção viável de produto a ser apresentado ao final do curso. A proposta que apresentamos procura discutir a história local tratando da ocupação, povoamento e confrontos na organização do Arraial dos Poções. Partindo desse princípio, essa temática deve fazer a ponte entre nacional e o geral realizando uma conexão que possibilite a compreensão do nacional e geral a partir do que a historiografia apresenta sobre as partes singulares de um determinado lugar, partindo do local para entender e se posicionar frente ao global.

Nesse intuito a sequência didática vai oportunizar um estudo sobre o lugar, levando em consideração a produção historiográfica disponível que trata do local e regional com base em temas relacionados e espaços de memória que guardam uma estreita relação com o que está sendo estudado, procurando revestir de maior significado os conteúdos trabalhados.

A sequência didática que apresentamos a seguir sinaliza o trabalho com textos-síntese, roteiros, imagens, quadros, mapas e outros itens que podem ser alçados para melhor ilustrar o recurso didático, tornar a leitura mais agradável, despertar a curiosidade e maior interesse do estudante. Vamos utilizar o cordel como recurso a ser trabalhado na expectativa de que esse material seja utilizado em sala de aula, onde os alunos vão conhecer, estudar, produzir e apresentar seus próprios cordéis. Nossa expectativa é que esse instrumento seja avaliado e utilizado pelos professores e professoras de história das redes estadual e municipal e sua operacionalização junto aos alunos, além de ajudá-los a compreender melhor a dinâmica do seu lugar no contexto mais geral, permita também acessar conteúdos da história local sistematizado de modo que a experiência sirva para aperfeiçoar o material didático disponibilizado. No moldar desse material constam temas que discutem as premissas pautadas no conteúdo que integra a dissertação, permitindo que os estudantes façam uma viagem pelo Sertão da Ressaca e percebam como foi construído o município de Poções e até onde seus habitantes e governantes têm reforçado ou negligenciado sua possibilidade histórica e geográfica de aglutinar enquanto polo microrregional os municípios que o circundam, tendo em vista o horizonte econômico, social, cultural, esportivo, religioso e político; dentre outros que possam convergir em integração, parceria e reciprocidade.

O intuito, diante de tudo que foi trabalhado durante o mestrado, é entregar ao final algo que possa impactar e acrescentar no cotidiano do professor um instrumento didático-pedagógico que possa revestir de significados os conteúdos que serão discutidos com os alunos durante a vida escolar. Portanto, ao fim desse percurso de estudos e debates trilhamos o caminho sinalizado e apresentamos uma dissertação e um produto que pretende fazer muita diferença no ofício de educador e no acesso ao saber por parte dos educandos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Amor, História e Luta. Antologia de Folhetos de Cordel**. Editora Moderna, 2005.
- ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. São Paulo: Mercado de letras. 2006.
- ABUD, Katia Maria. A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. de S. (Org.). **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 107-127.
- AZEVEDO, Hercules. **O Banquete da morte: ocupação do Sertão da Ressaca; uma história para contar**. Curitiba: Appris, 2022.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: um projeto à avaliação. In. BARCA, I. (org.) **Para uma educação histórica com qualidade**. Braga: Uminho, 2004.p.131-144.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens, in: **O saber histórico na sala de aula**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 69-90.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, nº25/26, p.193 221, set. 92/ago. 93.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CERRI, Luis Fernando. **Os objetivos do Ensino de História. História & Ensino**. Londrina, v. 5, p. 137-146, out./ 1999.
- CONCEIÇÃO, Tácio Luís de Andrade. **A agricultura de abastecimento na configuração territorial do Sertão da Ressaca: formação histórica dos sistemas produtivos e do estado da arte nos séculos XVIII e XIX**. 234f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2020. P. 96
- DARNTON, Robert. **Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães, Silva, Marcos Antônio da. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 60, 2010, p. 13-33.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 74ª ed. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros et al. **Poções: pensar a cidade, desafios e possibilidades**. Vitória da Conquista: Editora Conhecer, 2015.

GERMINARI, GeysoDongley. **A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados**. 2010, 188 f. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

LIMA, Elício Gomes. Para Compreender o Livro Didático como objeto de Pesquisa. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, vol. 2, n. 4, jan./abr. 2012, p. 144.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **História local e memória: limites e validade**. Campinas: Librum Editora, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**. Londrina, v.9, p.37-62, out. 2003.

MORAIS, Marciglei Brito. **A história local e a consciência histórica de alunos da Rede Municipal de Ensino de Vitória da Conquista-Ba**. 2016. 158f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGED, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, 2016.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, p. 143-162.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade**. UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

NEVES, Joana. **História local e construção da identidade social**. Saeculum. Jan./Dez./1997.

NEVES, Joana. Reflexões sobre o ensino de história: discussão de algumas preposições de Jaques Le Goff. **História & Ensino**. Londrina, V.9, out. 2003, p.157-170.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História**. Aracaju: Editoria UFS, 2011.

PEREIRA, Nilton Pereira. Por que é preciso estudar história? **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/porque-ainda-e-preciso-estudar-historia/> ISSN: 2674-5917. Acesso em: 5 jul. 2025.

PINA, Maria Cristina Dantas. Pesquisa em currículo e ensino de história: perspectivas teóricometodológicas, In. AMADO, João. CRUSOË, Nilma Margarida de Castro. (org.) **Referenciais teóricos e metodológicos de investigação em educação e ciências sociais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.

ROCHA, Altemar Amaral [ET.All.] (Orgs.). **Poções em pauta: análises geográficas**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

SANTANA, Manuela Silva; FARIAS, Valdelice de Jesus. Expansão urbana e degradação ambiental no entorno do Rio São José em Poções, Bahia. **Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista**, v7, n7/8, p.173-198, 2004, Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

SANTOS, Ary Leonan Lima. **Utilização do cordel como ferramenta para o ensino de história: conceitos, repertórios e experiências**. 102f. Dissertação (Mestrado Profissional) Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Federal de Sergipe. 2018.

SANTOS, Flávio Batista dos. **O ensino de história local na formação da consciência histórica: um estudo com alunos do ensino fundamental na cidade de Ibaiti-PR**. 2014, 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Londrina, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Aprendizagem da “burdeninghistory”**: desafios para a educação histórica. *MNEME Revista de Humanidades*, V. 16, N. 36, p. 10-26, jan./jul. 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora CAINELLI, Marlene. MIRALLES, Pedro. **As pessoas tentam, mas a história difícil não é facilmente descartada: o lugar dos temas controversos no ensino de história**. *Antíteses*, v. 11, n. 22, jul./des. 2018, p.484-49.

SCIFONI, Simone. **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo**. *Revista CPC, São Paulo*, n. 27 especial, p.14-31, jan./jul. 2019.

SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. **Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX**. 78f. Monografia (Trabalho monográfico apresentado à Profª Ms. Maria Aparecida Silva de Sousa), requisito para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2002.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A conquista do Sertão da Ressaca**. Povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TORRES, Tranquilino. **O Município dos Poções** (Anotações de Ruy Herman A. Medeiros). Vitória da Conquista; 1996 (Museu Regional/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) 1996.

APÊNDICE A-SEQUÊNCIA DIDÁTICA



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -

PROFHISTÓRIA

ORIENTADOR: PROFº. DR. BELARMINO DE JESUS SOUZA (UESB)

MESTRANDO: JOÃO BONFIM CARDOSO CERQUEIRA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

**OCUPAÇÃO, POVOAMENTO E CONFRONTOS NA
ORGANIZAÇÃO DO ARRAIAL DOS POÇÕES**

Vitória da Conquista – Bahia

Março/ 2025



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



João Bonfim Cardoso Cerqueira

OCUPAÇÃO, POVOAMENTO E CONFRONTOS NA ORGANIZAÇÃO DO ARRAIAL DOS POÇÕES

Produto elaborado e apresentado como parte integrante da dissertação de mestrado - Poções na sala de aula: perspectivas da História Local no ensino e aprendizagem de História - Mestrado Profissional ProfHistória/Uesb. Recurso didático que oportuniza momentos de estudo, pesquisa, reflexão e produção de cordéis, abordando fatores que convergiram para ocupação, povoamento, confrontos e organização do Arraial dos Poções nos séculos XVIII e XIX.

Vitória da Conquista – Bahia

Março/ 2025

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 OBJETIVOS E HABILIDADES.....	4
2.1 Objetivo geral.....	4
2.2 Objetivos específicos.....	4
3. PÚBLICO-ALVO	4
4. HABILIDADES DA BNCC	5
5 JUSTIFICATIVA.....	6
6 CONTEÚDOS.....	7
AULA I - OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	8
AULA II - OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BAIANO.....	12
AULA III – BANDEIRANTES E O DEVASSAMENTO DO SERTÃO	15
AULA IV - O GADO NA ECONOMIA DO SERTÃO.....	19
AULA V - OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO ARRAIAL DOS POÇÕES	22
AULA VI - JOÃO GONÇALVES DA COSTA E A POSSE DAS TERRAS NO SERTÃO DA RESSACA	26
AULA VII: OS "PIONEIROS" NA ORGANIZAÇÃO DO ARRAIAL DOS POÇÕES ..	29
AULA VIII: USURPAÇÃO DO TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA INDÍGENA	32
AULA IX –POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO DA RESSACA.....	36
AULA X – ESCRAVIDÃO E PRODUÇÃO NA REGIÃO SERTANEJA	40
7 PRODUÇÃO DE CORDÉIS	43
7.1 Orientações didáticas:	44
7.2 Avaliação e culminância	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A proposta de sequência didática apresentada vai trabalhar textos relativos à ocupação, confronto, povoamento e posse das terras do Arraial dos Poções. Nessa perspectiva, os alunos, após leituras, discussões e atividades, realizarão visitas orientadas, registro fotográfico e vídeos dos espaços de memória que apresentam proximidade com a temática em estudo. Esse trabalho preliminar visa orientar e fundamentar a produção e apresentação de cordéis, tendo em vista a realização da culminância e avaliação.

Para discutir a temática, grupos de trabalho serão constituídos, atividades e aulas de campo serão realizadas, considerando os lugares de memória que guardam alguma relação com a origem do município e da municipalidade, fazendo conexão com os textos trabalhados. Além das atividades propostas durante o estudo de textos-síntese, vamos propor a leitura de cordéis que tratem, direta ou indiretamente, de marcas deixadas ao longo do tempo no processo de ocupação, povoamento e constituição do Arraial dos Poções. Dessa forma, os alunos vão se familiarizando com a literatura de cordel e, ao final, cada grupo apresentará seu cordel como parte do processo de avaliação e culminância da sequência didática.

Os textos-síntese e os lugares de memória devem contextualizar os estudos e, na medida do possível, estabelecer uma relação do tempo presente com o passado, contribuir para interiorizar a leitura; fomentar a discussão, orientar os registros, inspirar e motivar a escrita dos cordéis que serão apresentados pelos alunos para conclusão e culminância dos trabalhos. A expectativa é que, no decorrer das atividades os alunos, distribuídos em grupos de trabalho, realizem leituras, debates, pesquisa e visitas a locais e espaços que representam lugares de memória: nomes de ruas, capelas, rios, povoados e outros que possam trazer do passado para o presente, reflexões sobre a trajetória de um povo que ao longo do tempo foi esculpindo a cidade até chegar ao traçado, contornos e nuances do formato atual.

Os temas serão trabalhados mediante roteiros e orientações didáticas na perspectiva de que os alunos e alunas participantes, considerando seus respectivos grupos, possam juntamente com o professor, irem, passo a passo, colocando em prática a proposta de modo que os estudantes se envolvam durante todo o itinerário previsto para o período de estudos.

2 OBJETIVOS E HABILIDADES

2.1 Objetivo geral

Conhecer os lugares de memória que guardam íntima relação com o processo de ocupação, confrontos e povoamento do Arraial dos Poções, atentando para as mudanças e permanências com base nos estudos realizados, textos disponibilizados, documentos e imagens catalogadas e relatos de pessoas da comunidade e discorrer sobre a relevância histórica desses espaços no imaginário popular.

2.2 Objetivos específicos

2.1 - Identificar os lugares de memória que marcam o início da ocupação e povoamento do Arraial dos Poções;

2.2 - Verificar a combatividade dos povos indígenas em defesa do seu lugar;

2.3 – Discutir as motivações da presença bandeirante no Sertão da Ressaca;

2.4- Destacar a importância do negro na estrutura organizacional e funcionalidade do Arraial dos Poções;

2.5 – Analisar a atuação da família Gonçalves da Costa na conquista do Sertão da Ressaca e organização do Arraial dos Poções;

2.6 – Perceber a influência da religião durante o processo de colonização portuguesa e formação do Arraial dos Poções;

2.7 - Explicar a relevância da mineração e da pecuária na ocupação e povoamento do Arraial dos Poções;

2.8 - Esclarecer os fatores determinantes para o extermínio dos povos indígenas diante das incursões perpetradas pelos bandeirantes.

3. PÚBLICO-ALVO

Estudantes do Ensino Médio

4. HABILIDADES DA BNCC

(EM13CHS104)	Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
(EM13CHS201)	Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
(EM13CHS204)	Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
(EM13CHS601)	Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

5 JUSTIFICATIVA

Mesmo diante de pesquisas e produção acadêmica, inclusive, de graduandos e graduados em História pela UESB, oriundos de Poções, onde uma boa parte discute a História local/regional, ainda assim, os estudantes do ensino médio e do fundamental I e II não dispõem de um material que trate da origem, povoamento, emancipação, disputas políticas e contexto socioeconômico, discutindo a formação e consolidação do município de Poções, bem como sua vocação de cidade polo da microrregião.

A intenção da sequência didática proposta é pesquisar a partir do que já foi produzido sobre o Sertão da Ressaca e, em especial sobre Poções e, ao final, produzir cordéis, discutindo essa temática, aproximando-se da história local e regional, na perspectiva de conhecer e resgatar, a identidade com a cidade a partir dos lugares e espaços de memória.

Sabemos que a grade curricular do Ensino Médio acaba conduzindo professores e alunos para o estudo marcado pelo conteúdo eurocêntrico, ou seja, o tempo pedagógico nos permite conhecer muito dos europeus e seus valores, aprofundando o apagamento de nossa memória. Assim sendo, ao final do curso, sabemos pouco de nós, de nossa história e nossa trajetória enquanto povo até chegarmos ao que somos hoje.

Se pensarmos na questão local e regional, a grade curricular tem ficado muito mais distante, dificultando o acesso dos estudantes e da comunidade ao conhecimento histórico sobre a região, impossibilitando o aprofundamento e o seu reconhecimento enquanto povo, portador de valores e capaz de protagonizar de forma consciente e eficiente sua própria trajetória de vida.

Considerando os aspectos até aqui postos, a expectativa é que os estudantes se envolvam durante as etapas de estudo, mantenham-se motivados e interessados na temática e apresentem muitas reflexões e provocações sobre a constituição do Arraial dos Poções e, quem sabe, possamos organizar um conjunto de atividades que serão levadas às escolas da rede municipal, com base nos trabalhos apresentados e aperfeiçoados

6 CONTEÚDOS

I-Ocupação do território brasileiro
II-Ocupação do território baiano
III-Bandeirantes e o devassamento do sertão
IV-O gado na economia do Sertão
V-Ocupação e povoamento do Arraial dos Poções
VI-João Gonçalves da Costa e a posse das terras no Sertão da Ressaca
VII- Os “pioneiros” na organização do Arraial dos Poções
VIII-Usurpação do território e resistência indígena
IX-Povos indígenas do Sertão da Ressaca
X-Escravidão e produção na região sertaneja

AULA I - OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO**DURAÇÃO: 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Discutir a motivação para ocupação e povoamento do território brasileiro;
- Destacar as experiências administrativas desenvolvidas no processo de colonização.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- Iniciando a aula o professor faz um breve resumo sobre o contexto histórico que levou a coroa portuguesa a se interessar de fato pelo Brasil. (tempo de 10 minutos);
- Logo em seguida os alunos devem realizar uma breve leitura do texto-síntese mediante cópias disponibilizadas pelo professor. (tempo de 10 minutos);
- Concluída a leitura, o professor apresenta, comenta e orienta a turma com base em um roteiro sinalizando anotações, tarefas e comentários. (tempo de 10 minutos);
- Leitura e comentário dos destaques pelos alunos (20 minutos)

C) MATERIAL DA AULA:**Texto-síntese 1: Ocupação do território brasileiro**

Antes da chegada dos colonizadores portugueses ao Brasil seu território era ocupado por diversos povos indígenas que viviam em íntimo contato com a natureza organizando assim a vida em sociedade. A ocupação, povoamento e exploração do Brasil por parte da coroa portuguesa recebe uma influência muito forte do contexto internacional que na época era marcado por transformações econômicas políticas e sociais, delineando a constituição de uma nova sociedade europeia marcada pelo desenvolvimento do capitalismo comercial.

Nesse cenário, a necessidade de expansão do capital mercantil europeu acaba se desdobrando nos interesses marítimos coloniais resultando na expansão marítimo-comercial e, consequentemente na colonização de parte da América, marcada pela disputa entre espanhóis e portugueses para definir a posse das terras, culminando com a presença destes últimos em território brasileiro.

A presença portuguesa no Brasil teve seu início no finalzinho do século XV, porém a chegada dos colonizadores não significa que estes iniciaram de fato a colonização de imediato, ao contrário, como o litoral e o povo ali encontrado visivelmente não vislumbrava qualquer espécie de lucratividade, já que, o ouro que procuravam aparentemente não existia, os navegantes portugueses que primeiro pisaram em solo brasileiro apenas demarcaram o território

com uma simbologia bem cristã e seguiram viagem para o oriente onde de fato se encontrava as riquezas cobiçadas pela corte e a nobreza que integrava a população de Portugal na época. Diante das dificuldades administrativas e financeiras que a coroa portuguesa passou a enfrentar com o declínio do comércio no oriente devido a crescente concorrência que apontava queda nos lucros levando a economia portuguesa a uma situação de instabilidade; no momento não lhes restavam alternativas a não ser voltar seu olhar e sua atenção para as possessões portuguesas na América. Vale ressaltar que, nas três primeiras décadas do século XVI a atuação portuguesa nas terras brasileiras se resumiu na exploração superficial voltada ao reconhecimento e vigilância do litoral, tendo como marca principal a realização das expedições exploradoras e guarda-costas.

O interesse dos portugueses pelas terras brasileiras também tem a ver com a assinatura do Tratado de Tordesilhas entre portugueses e espanhóis dividindo o território e definindo a parte que deveria ficar com cada nação. Essa divisão não agradou em nada as demais nações europeias a exemplo da França, Holanda e Inglaterra que também tinham interesse nas possíveis riquezas que as terras do novo mundo reservavam. Com base nesse quadro ameaçador a Coroa Portuguesa resolveu então iniciar o processo de colonização de fato.

A ocupação, povoamento e exploração da colônia pelos portugueses não representava tarefa fácil. Mesmo assim a necessidade lhes impunha essa obrigatoriedade, seja para suprir a crise gerada pelo declínio comercial com o Oriente, seja pela necessidade de defesa e para isso era preciso fazer vultosos investimentos, os quais Portugal não dispunha no momento e também era preciso arregimentar gente para se instalar na colônia, coisa que os lusos não estavam dispostos a encarar dados os riscos materiais e financeiros que essa perigosa aventura sinalizava.

Para viabilizar o empreendimento o governo português teve que usar de vários artifícios para conseguir pessoas que se dispusesse a vir para o Brasil para iniciar o povoamento que de fato garantiria a posse das terras aos portugueses. Embora fosse um grande risco vir para o Brasil nessa época, ainda assim, movidos pela disponibilidade de grandes extensões de terras, a concessão de privilégios políticos, jurídicos e sociais por parte da Coroa, além do desejo fervoroso de encontrar o precioso ouro brasileiro, tudo isso conseguiu despertar o interesse de colonos portugueses para se instalarem nas terras da América portuguesa.

Para iniciar o processo de colonização do Brasil a Coroa Portuguesa resolveu adotar uma experiência realizada nas ilhas do Atlântico, dividindo as terras brasileiras em grandes extensões dando início ao modelo administrativo denominado de capitanias hereditárias. A primeira experiência político-administrativa no Brasil foi aplicada pelo monarca D. João III, rei

de Portugal dividindo o território em quinze grandes lotes, compreendidos entre o litoral e as linhas do Tratado de Tordesilhas.

No território que compreende hoje o Estado da Bahia, foram distribuídas três capitanias hereditárias com extensão de cinquenta léguas cada uma sendo: a Capitania da Bahia, que compreendia a Bahia de Todos os Santos e o Recôncavo, doada a Francisco Pereira Coutinho; a Capitania de Ilhéus, doada a Jorge de Figueiredo Correia; e a Capitania de Porto Seguro, doada a Pedro Campos Coutinho.

Concluídas as doações e feitos os acertos principais, o governo português promovia a ocupação geralmente sem investir um tostão. A partir daí, caberia aos capitães-donatários administrar as capitanias, construir povoações, aplicar a justiça, distribuir sesmarias, cobrar taxas, arrecadar dízimos, além de cuidar das obrigações religiosas entre outras responsabilidades.

Entretanto, o modelo administrativo das capitanias hereditárias não atendeu todas as expectativas previstas, alguns lotes conseguiram apresentar bom desempenho e gerar dividendos para o donatário e para a Coroa. Uma parte considerável fracassou por diversos fatores, entre os quais estão: a escassez de recursos financeiros, a distância da metrópole, a resistência indígena, muitos donatários nem tomaram posse das terras a eles destinadas e o governo não tinha como ajudá-los a contento.

Frustradas as expectativas considerando os principais interesses da coroa com as capitanias hereditárias, em 1548 o governo português decide pela implantação do sistema de Governadores Gerais para contornar a excessiva descentralização política e administrativa que, na visão do Estado português, teria sido a causa principal para o fracasso parcial do modelo anterior que deveria promover a ocupação, povoamento, defesa e a exploração das terras de maneira mais eficiente e lucrativa.

Na condição de primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza se estabeleceu na Capitania da Bahia de Todos os Santos, incumbido de manter contato com os donatários, investir na pacificação dos índios, organizar e melhorar a defesa do território e instituir os órgãos de auxílio à administração como a Ouvidoria que era responsável pela aplicação da Justiça e a Procuradoria para cuidar dos negócios da Fazenda Real.

Através dos Governadores Gerais, pouco a pouco o processo de colonização vai ganhando forma e se estruturando no âmbito da economia através da grande lavoura, bandeirantismo, mineração e pecuária que se conjugam e se complementam, lançando as bases para que o povoamento se expandisse para interior rompendo as fronteiras demarcadas pelos tratados firmados pelas nações ibéricas.

Durante todo o período colonial (1500-1822) todas as atividades desenvolvidas na colônia estavam vinculadas a expansão do capitalismo comercial europeu e, no caso do Brasil, este deveria trilhar os caminhos para atender as necessidades da metrópole através de um aparato político e administrativo, provocando assim muita insatisfação numa parcela significativa de brasileiros que já trabalhavam com a possibilidade de fazer do Brasil um país independente.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. Memória Conquistense: **Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista**, v7, n7/8,2003/2004, p129-151,Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

Roteiro de anotações e reflexões

1. Destacar as ideias pilares do texto;
2. Elaborar ou pesquisar e pinçar uma charge ou desenho que expresse a situação do Brasil no período colonial;
3. Apresentar questionamentos sobre o texto estudado;
4. Ler e comentar os destaques realizados, sendo um destaque para cada grupo.

Orientação: o roteiro deve ser trabalhado em grupos previamente definidos.

D) MATERIAL DE APOIO:

BEZERRA, Juliana. Brasil Colônia. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/brasil-colonia/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

AULA II - OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BAIANO**DURAÇÃO: 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Analisar os aspectos econômicos e geográficos que determinaram o povoamento da Bahia;
- Verificar os fatores que motivaram as incursões bandeirantes no sertão da Bahia.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- Para contextualizar a temática, o professor apresenta aos alunos o mapa do Brasil Colônia delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, procurando demonstrar a divisão do espaço territorial em lotes (Capitanias Hereditárias) dando ênfase às demarcações realizadas no território da Bahia. (tempo de 10 minutos)
- Concluída a exposição, o professor disponibilizará aos grupos de trabalho já definidos cópias do texto-síntese que aborda a dinâmica de povoamento da Bahia para que façam a leitura. (tempo de 10 minutos)
- Após a leitura do texto, a sala será disposta em círculo e o professor vai fazer circular uma caixa contendo questões sobre a temática e, na medida em que forem sorteadas, será feita a leitura e comentário pelos alunos e; a depender das interpretações e conclusões, o professor poderá complementar e esclarecer em caso de dúvidas e divagações que porventura venham ocorrer. (tempo de 30 minutos)

C) MATERIAL DA AULA:**Texto-síntese 2: Ocupação do território baiano**

O Brasil que nasceu na Bahia tendo como porta de entrada Porto Seguro, também foi em nosso Estado que a independência foi consolidada em dois de julho de 1823, quando baianas e baianos compondo o Exército do Povo, confrontou a resistência portuguesa botando para correr, no momento em que militares e portugueses fiéis a Coroa portuguesa tentavam a todo custo inviabilizar a Independência que o Príncipe Regente Pedro de Alcântara havia proclamado em 7 de setembro de 1822.

Durante o período colonial, a ocupação do território da Bahia se deu a partir dos interesses dos colonizadores que logo se preocuparam em povoar o litoral pela necessidade de defesa. No Recôncavo, a implantação da grande lavoura de cana de açúcar e tabaco foi de suma importância para garantir a formação dos núcleos urbanos.

Em pouco tempo a Coroa percebeu a importância do interior no processo de ocupação e resolveu orientar a penetração no sertão pelas regiões ribeirinhas, às margens do Rio São

Francisco em busca de ouro e pedras preciosas e também com a implantação das fazendas de gado e das lavouras de subsistências.

Os primeiros núcleos urbanos que foram organizados na Bahia estão diretamente relacionados com as atividades desenvolvidas pelos portugueses. Além das atividades econômicas que atraíam muita gente formando assim vários povoados e vilas, um fator muito relevante na organização dos povoados foi o trabalho desenvolvido pelas missões religiosas nos aldeamentos indígenas com a prática da catequese e o enquadramento dos índios no trabalho doméstico e agrícola.

A pecuária desenvolveu um papel singular no povoamento do interior da Bahia e em especial na região do sertão. As fazendas de gado geralmente eram implantadas em locais muito atrativos como entroncamentos de estradas, às margens de rios, próximos a uma capela ou rota de boiadas e tropas, passando a servir de pousadas para viajantes, dando origem a feiras de gado e diversos produtos, se tornando um centro atrativo para muitas pessoas.

Embora a criação de gado e as atividades religiosas tenham desempenhado papel muito significativo na formação dos núcleos de povoamento é inegável que a mineração foi o fator de maior atração de pessoas para determinadas regiões. Embora seja uma atividade muito sujeita a altos e baixos no processo de exploração; porém, quando se descobria uma mina de ouro era uma correria total e em pouco tempo muitos povoados eram constituídos e se tornavam lugares muito movimentados pela forte concentração demográfica.

Na Bahia se destacaram como zonas mineradoras as localidades de Jacobina e Rio de Contas nos séculos XVIII e XIX, regiões da Chapada Diamantina. A busca pelo ouro se tornou uma febre e os colonos não mediam os riscos, não respeitavam as regras nem tinham escrúpulos quando se tratava da mineração. Muitos foram os conflitos e guerras em que os bandeirantes, mineradores, garimpeiros e a população residente se envolveram na busca do enriquecimento rápido e “fácil”. As primeiras descobertas de ouro em solo baiano ocorreram no ano de 1701 em Jacobina e, por volta de 1725 já era intensa a exploração do ouro na região.

A inclinação para a prática da mineração muito incentivou a organização de entradas e bandeiras que se embrenhavam pelo sertão. Foi no ímpeto de encontrar metais preciosos que a coroa portuguesa também participou desse empreendimento atribuindo a pessoas da sua confiança a exploração de muitas regiões do interior da colônia. Foi nesse contexto que alguns bandeirantes chegaram ao Sertão da Ressaca onde foi organizado o Arraial dos Poções iniciando assim a ocupação e povoamento da região.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. Memória Conquistense: **Revista do Museu**

Regional de Vitória da Conquista, v7, n7/8,2003/2004, p129-151,Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

Questões da caixa

1. O que teria motivado a ocupação do litoral da Bahia?
2. Que atividades econômicas foram importantes para o povoamento do Recôncavo?
3. Como se deu a ocupação e povoamento do sertão baiano?
4. De que forma as missões religiosas contribuíram para ocupação do território baiano?
5. Que regiões da Bahia foram ocupadas por influência da mineração?
6. Podemos afirmar que a ocupação e povoamento de algumas regiões do sertão baiano aconteceram através das fazendas de gado? Como explicar esse fato?

D) MATERIAL DE APOIO:

BEZERRA, Juliana. Capitânias Hereditárias. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/capitanias-hereditarias/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

AULA III – BANDEIRANTES E O DEVASSAMENTO DO SERTÃO**DURAÇÃO 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Identificar as razões do bandeirantismo, considerando a atuação dos paulistas;
- Discutir os memoriais aos bandeirantes, disseminados Brasil a fora, considerando sua postura no devassamento do sertão frente aos povos indígenas.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- O professor inicia a aula apresentando alguns monumentos em homenagem a alguns bandeirantes que se destacaram no processo de ocupação e povoamento do território brasileiro e traça o perfil dessas figuras que ornaram praças em várias partes do Brasil. (tempo de 10 minutos)
- Exibição do vídeo monumento aos bandeirantes: Santana de Parnaíba – SP. (tempo de 5 minutos)
- Com a sala disposta em círculo o professor entrega aos alunos cópias do texto-síntese e orienta a leitura de cada parágrafo por um aluno (a), envolvendo o maior número de estudantes presentes, realizando assim uma leitura compartilhada. (tempo de 10 minutos)
- Na sequência, o professor solicita que os grupos de trabalho já definidos se reúnam em pontos da sala e cada grupo recebe a imagem de um monumento para analisar, identificar, localizar, descrever e argumentar. (tempo de 10 minutos)
- Concluída a análise dos grupos, o professor pede que o relator de cada grupo apresente o relato revelando a posição do grupo sobre o significado e a permanência desses monumentos em muitas cidades do Brasil. (tempo de 15 minutos)

C) MATERIAL DA AULA:**Texto-síntese 3: Bandeirantes e o desbravamento do sertão**

As dificuldades relacionadas à sobrevivência foram responsáveis por conduzir muitos homens a condição de bandeirante. Por se tratar de uma atividade carregada de muitos riscos, inclusive da morte eminente, a pobreza e a miséria advinda de uma economia colonial dominante, marcada pela agricultura voltada para a exportação acabou obrigando muita gente, especialmente por parte dos paulistas a buscarem outra opção que lhes rendessem aventura, fama e dinheiro. Nesse intento a captura de índios para vender como escravos e a busca das minas de ouro que enchia os olhos de todos, esses aventureiros se lançaram para o interior iniciando o devassamento do sertão.

A figura do bandeirante é descrita pela historiografia tradicional como um grande herói, desbravador, e conquistador dos perigosos sertões. Assim é a epopeia dos bandeirantes,

homens fortes, corajosos que dedicavam suas vidas as aventuras a serviço de sua majestade a Coroa portuguesa, contribuindo para a construção de um mito até hoje reconhecidos e homenageados, dando nomes a praças e outros lugares, inclusive com escultura exposta em locais de destaques em muitas cidades do Brasil.

Com o tempo as pesquisas vão desnudando esse aspecto mitológico que envolve os bandeirantes e revelando que, apesar da sua importância no processo de ocupação e povoamento do interior da colônia, na real, os bandeirantes ao que tudo indica, caminhavam descalços e o vestuário se restringia ao chapelão de abas largas, a camisa, ceroulas, e aos gibões de alcochoados. E, seus feitos muito exaltados em versos e prosas, na verdade contribuíram para a matança de milhares de populações indígenas, além de provocar uma grande mudança na paisagem geográfica por onde passavam.

Embora desmistificada a figura do bandeirante, é preciso reconhecer que este personagem desempenhou um papel importante no devassamento e conquista de grandes extensões de terras no interior do Brasil, correndo todos os riscos que a penetração em um território completamente desconhecido apresenta, oferecendo-lhes o perigo das matas, dos animais ferozes, dos rios periodicamente muito caudalosos, das flechas envenenadas, a doença, o isolamento, a distância da vila e da família, dentre outros infortúnios.

Tudo isso dá margem para que no imaginário popular e as versões contadas sejam incorporadas nas vivências das pessoas que acabam rendendo a estes aventureiros significativas homenagens. Na verdade, os desafios e as dificuldades que os bandeirantes encaravam tinha como razão principal uma audaciosa paixão pelo ouro e pelas honrarias com as quais poderiam ser agraciados.

As bandeiras geralmente eram compostas por homens brancos, mamelucos, índios e padres que percorriam caminhos tenebrosos ou rotas já trilhadas pelos indígenas como o curso dos rios e seus afluentes. Adentrando as selvas, escravizavam índios, fundavam povoações e acabaram encontrando ouro em finais do século XVII. Dessa forma eles marcam sua atuação nas páginas da história da colonização brasileira, contribuindo para ocupação do interior da colônia e alargando suas fronteiras.

Os paulistas, a partir de suas andanças e pesquisas descobriram ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, provocando um grande deslocamento populacional para estes centros, mudando em muitos aspectos a vida na sociedade colonial. Entretanto, os bandeirantes e sertanistas baianos, mesmo não tendo o grande reconhecimento que tiveram os paulistas, também traçaram seus caminhos nas investidas para o sertão em busca de metais preciosos ou combatendo os povos indígenas e explorando grande parte do território baiano. Como seguir o

curso dos rios era o mais comum e viável os devassadores do sertão da Bahia percorreram os rios São Francisco, Doce, São Mateus e Pardo.

O primeiro bandeirante a fazer incursões pelo sertão baiano foi Francisco Bruzza Spinosa, homem de Castela que percorreu em 1553 caminhos de Porto Seguro ao São Francisco acompanhado de 12 portugueses e o missionário espanhol João de Apricuelta Navarro, enviados pelos próprios representantes da Coroa, ansiosos pelas riquezas do sertão que os índios inocentemente declaravam.

A mineração do ouro na Bahia aconteceu em princípios do século XVIII, especialmente em Rio de Contas e Jacobina. Essa descoberta promoveu um deslocamento populacional muito grande e provocou a organização de novos núcleos urbanos. Jacobina foi elevada à categoria de vila em 1720 e Rio de Contas em 1724, sendo submetidos a um rigoroso controle por parte da Coroa para evitar o contrabando e manter uma rígida arrecadação dos quintos.

Quanto ao Sertão da Ressaca, região situada entre os rios Pardo e das Contas, sua ocupação ocorreu a partir da decadência das minas auríferas nas Minas Gerais e em Rio de Contas, o que forçou a busca de novas zonas mineradoras e o desenvolvimento de novas atividades que viessem a suprir a ausência ou a exaustão das regiões mineradoras.

No afã de encontrar ouro e pedras preciosas e povoar o sertão o superintendente geral das minas da Bahia, incluindo Minas Novas do Araçuaí, Pedro Leolino Maris envia a Bandeira de André da Rocha Pinto em 1727 para conquistar, ocupar e povoar o sertão entre os Rios Pardo e de Contas, buscando metais preciosos, combatendo as populações indígenas, destruindo as comunidades quilombolas que se encontrassem organizadas e ir instalando as fazendas de gado para assim efetivar a ocupação do território.

Além de André da Rocha Pinto, nesse período é enviado também para essas bandas outro bandeirante, o mestre de campo João da Silva Guimarães, designado para explorar o Rio São Mateus, suas cabeceiras e afluentes. Ele se destacou pela busca implacável do ouro, sangrentas batalhas que travou contra os índios que encontrava por onde passava e, provavelmente teve sua passagem pela região de Vitória da Conquista em meados do século XVIII, iniciando o processo de ocupação daquela região.

Enfim, o bandeirante foi o agente da Corroa portuguesa no processo de ocupação do interior da colônia. Mesmo diante dos inúmeros obstáculos para encontrar o ouro e a incerteza do seu futuro, ele conseguiu, aos poucos, transformar a paisagem nativa dos sertões brasileiros em cenários onde atuaria o governo português para garantir que seus interesses fossem atingidos com sucesso, amealhando muita riqueza e poder durante o desenrolar da colonização.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, v7, n7/8, 2003/2004, p129-151, Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

Trabalhar imagens de bandeirantes e monumentos

- Fernão Dias Paes Leme
- Bartolomeu Bueno da Silva
- Antonio Raposo Tavares
- Domingos Jorge Velho
- João Gonçalves da Costa
- Manoel Borba Gato

D) MATERIAL DE APOIO:

HIGA, Carlos César. "Entradas e bandeiras"; *Brasil Escola*. Disponível em:

<https://brasilestola.uol.com.br/historiab/entradas-bandeiras.htm>. Acesso em 12 de março de 2025.

CASTRO, Ligia. Entradas e Bandeiras: o que eram e suas principais características. **Toda Matéria**,

[s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/entradas-e-bandeiras/>. Acesso em: 12 mar.

2025

BEZERRA, Juliana. Borba Gato. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.todamateria.com.br/borba-gato/>. Acesso em: 12 mar. 2025

MONUMENTO AOS BANDEIRANTES: Santana de Parnaíba – SP. Youtube. Disponível

em: https://youtu.be/XzW9LO1deLI?si=N3YejEl6ctZ_GqE- Acesso em: 12 mar. 2025.

AULA IV - O GADO NA ECONOMIA DO SERTÃO**DURAÇÃO: 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Evidenciar o papel da pecuária no processo de ocupação e povoamento do sertão;
- Explicitar a contribuição da pecuária na integração do litoral com o interior;
- Discutir a influência da pecuária no povoamento do Arraial dos Poções.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- Todo ano acontece em Poções a Missa do Vaqueiro que integra o calendário de atividades da Igreja Católica no Município. Para viabilizar a programação os organizadores definem o local de concentração de onde parte a cavalgada até o local da celebração e bênção dos cavaleiros e amazonas. Durante a celebração são apresentados os instrumentos de trabalho, adereços e indumentárias do vaqueiro. Ao final a comunidade religiosa serve um almoço que é comercializado para arrecadar fundos, geralmente para custeio de obras e construções. Aproveitando o ensejo muitos barraqueiros posicionam suas barras para venderem variados produtos. Diante desse contexto, o professor deve iniciar a conversa ouvindo os alunos sobre esse acontecimento religioso de modo que cada um possa colocar suas impressões sobre esse evento cultural de fé e devoção. (tempo de 15 minutos)
- Dando continuidade o professor faz um breve relato sobre a influência da pecuária na ocupação do interior do Brasil, de modo especial do Nordeste e, em seguida entrega aos alunos cópia de um texto-síntese que aborda a criação de gado, discutindo sua importância para o povoamento, inclusive do Arraial dos Poções. O texto deve ser lido e trabalhado em grupo. (tempo de 15 minutos)
- Com base no conteúdo do texto-síntese os alunos devem realizar anotações e apresentar suas conclusões sobre a pecuária no sertão numa roda de conversa através do roteiro apresentado e orientações do professor. (tempo de 20 minutos)

C) MATERIAL DA AULA:**Texto-síntese 4: O gado na economia do Sertão**

A atuação dos bandeirantes contribuiu fortemente para que diversas atividades econômicas fossem desenvolvidas a exemplo da mineração, grande lavoura da cana-de-açúcar, cultura do algodão, tabaco e vários produtos da agricultura de subsistência contribuindo para o processo de ocupação, povoamento, exploração e defesa do território, garantindo à Coroa portuguesa o controle efetivo de sua parte nas terras da América. Somado a essas atividades, a criação de gado vai dar um grande impulso na economia colonial, potencializando a ocupação do interior interligando-o como litoral.

Já no primeiro século da colonização, o gado foi introduzido no Brasil pelo Governador da colônia Tomé de Souza que promoveu sua vinda das ilhas de Cabo Verde na África para compor o trabalho nos engenhos e abastecer a população. A criação de gado foi uma atividade que concorreu para a fixação do colonizador nas áreas sertanejas colaborando para a integração do sertão à economia colonial.

Durante muito tempo os currais e os engenhos mantiveram uma estreita proximidade já que o gado era à força de tração, transporte e alimento que abastecia a região. Porém, a partir de 1701, os currais e os engenhos começaram a se estranhar, o que acabou provocando a separação das duas atividades, sendo proibida a criação de gado dentro de um raio de 10 léguas da costa, determinando que essa área fosse exclusiva para o cultivo da cana-de-açúcar. Por conta da incompatibilidade entre a cana e o gado, a pecuária foi se expandindo para o interior da colônia passando a ocupar uma vasta extensão territorial propícia para a criação, contribuindo para povoar e integrar o interior com o litoral. Embora a mineração tenha sido fundamental para o processo de colonização é preciso ressaltar que eram poucas as áreas de exploração dos metais preciosos e muitas entraram em decadência no curto espaço de tempo.

A cana-de-açúcar, ao contrário da mineração, exigia grandes extensões de terras interioranas dando ao homem colonial a noção de valor econômico das áreas que naquele momento não apresentavam riquezas minerais e que não eram apropriadas para a lavoura comercial. Assim sendo, a pecuária não pode ser considerada como uma atividade subsidiária das grandes lavouras, mas sim, uma iniciativa que acabou potencializando a economia colonial e promovendo a integração e a complementaridade necessária na perspectiva econômica, ampliando e integrando todas as atividades desenvolvidas no sertão.

Criar gado no sertão, à primeira vista, parecia impossível, dada às condições desfavoráveis que se apresentavam com uma vegetação arbustiva, escassez de chuvas e poucas correntes fluviais. Apesar de tudo isso, a criação de rebanhos no sertão encontrou em alguns fatores de ordem econômica, relativamente favoráveis como o grande consumo pelas populações litorâneas, as grandes extensões de terras não cultiváveis e a facilidade de se instalar uma fazenda para criar gado, pois exigia poucos recursos e mão de obra reduzida.

Na medida em que o gado vai penetrando os caminhos do sertão, as fazendas vão criando as condições para a organização de muitos povoados. Isso se deve a necessidade de abertura de estradas para o escoamento das boiadas, pois o transporte na época acontecia em roteiros que geralmente seguiam o curso dos rios, as matas densas e perigosas e as distâncias muito longas. Nesse contexto, os núcleos de povoamento vão surgindo a partir das rancharias montadas para acolher os boiadeiros que tocavam os rebanhos, nascendo ali um pequeno comércio de gado e

de mercadorias que os tropeiros transportavam com certa regularidade. No caso do Sertão da Ressaca a pecuária chegou para auxiliar na produção agrícola, ser utilizada como meio de transporte, sobretudo da madeira para abastecer o mercado interno e atender as demandas dos moradores da Capitania de Ilhéus que não dispunham desse recurso, propiciando a integração desta unidade administrativa com o sertão.

As diversas atividades econômicas interagindo vão se constituir em elementos essenciais para propulsão da dinâmica interna da produção regional, possibilitando a fixação dos bandeirantes no Arraial dos Poções e fazendas circunvizinhas, contribuindo assim para a criação dos primeiros núcleos habitacionais que vão se expandir dando origem a várias cidades que hoje compõem a região Sudoeste da Bahia.

Portanto, é preciso sempre rememorar que, embora a mineração seja o fator que deu grande impulso ao povoamento do interior, isso é inegável; entretanto, foi à criação de gado quem de fato instrumentalizou a ocupação e povoamento dos sertões, inclusive do Sertão da Ressaca, inserido aí o Arraial dos Poções.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, v7, n7/8, 2003/2004, p129-151, Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

Roteiro de anotações e conclusões

1. O processo de introdução do gado no Brasil;
2. Conflitos entre a criação de gado e a produção de açúcar;
3. Fatores de expansão das fazendas de gado, apesar das adversidades climáticas;
4. Mecanismo de integração entre o sertão e o litoral;
5. Complementaridade entre criação de gado e mineração;
6. Potencialidades da pecuária no Sertão da Ressaca, destacando a influência desta atividade na ocupação do Arraial dos Poções.

D) MATERIAL DE APOIO:

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Pecuária no período colonial"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/pecuaria-no-periodo-colonial.htm>. Acesso em 13 de março de 2025.

AULA V - OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO ARRAIAL DOS POÇÕES**DURAÇÃO: 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Conhecer a dinâmica colonial que acabou evidenciando a ocupação e povoamento do Arraial dos Poções;
- Identificar os principais atores e fatores que delinearão o início do Arraial dos Poções;
- Perceber a forte influência da Igreja no processo de ocupação e povoamento do interior.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- Na abertura desta aula, convidar o Professor Manoel Alex, um dos autores do trabalho monográfico: Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX para realizar uma discussão com base nos textos-síntese trabalhados anteriormente fazendo um breve relato sobre sua pesquisa; pautar os elementos básicos de sua monografia que discute o processo de ocupação, povoamento e posse das terras culminando na criação do Arraial dos Poções. (20 minutos)
- Logo depois, franquear a palavra para que os alunos possam tirar suas dúvidas fazendo perguntas e comentários sobre o tema abordado. (10 minutos)
- Propor a leitura do texto-síntese mediante cópias disponibilizadas pelo professor e, ao final, cada grupo deve escrever 5 frases curtas, diretas e expressivas, sintetizando a fala do professor Manoel Alex e o conteúdo do texto estudado. (20 minutos)

C) MATERIAL DA AULA: Quadro demonstrativo apresentando alguns atores no processo de ocupação e povoamento do Arraial dos Poções e, a partir destes personagens, os alunos devem apontar fatos, marcos e anexar imagens, estabelecendo um diálogo entre o passado e o presente.

Quadro 1 – modelo de ficha de pesquisa

FICHA DE PESQUISA			
ATORES	FATOS	MARCOS	IMAGENS
André da Rocha Pinto			
Manoel Gonçalves da Costa			
Timotheo Gonçalves da Costa			
Bernardo Gonçalves da Costa			
Roberto Gonçalves da Costa			
Raymundo Gonçalves da Costa			

Texto-síntese 5: Ocupação e povoamento do Arraial dos Poções

Como já mencionado, foi o interesse pela mineração quem deu o pontapé inicial para a ocupação e povoamento do interior. Porém, quem vai dar sustentação e continuidade a esse processo é a pecuária integrada a realização de outras atividades como a agricultura de subsistência e a cultura do algodão.

Graças ao desempenho das atividades produtivas que foram desenvolvidas nos sertões os portugueses alcançaram o domínio de grandes extensões de terras ultrapassando as delimitações do Tratado de Tordesilhas assinado pelos portugueses e espanhóis em 1494, onde estas nações europeias dividiram entre si as terras do novo mundo. Com o tempo os portugueses foram atingindo ainda durante o período colonial grande parte do território que acabaram se constituindo nas províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, processo este que se repete em toda região norte e partes das regiões sul e sudeste do Brasil.

Instituir novas vilas e povoados se tornou bastante lucrativo para a metrópole, pois ampliava a arrecadação de impostos, proporcionava maior controle das terras na América e possibilitava a defesa das áreas conquistadas das investidas estrangeiras como aconteceu no início da colonização com as invasões francesas e holandesas.

Existe a possibilidade de que o Arraial dos Poções tenha sua ocupação iniciada a partir da Bandeira de André da Rocha Pinto, que fizera o reconhecimento da região navegando o Rio de Contas. Sua embarcação teria naufragado na altura da Capitania de Porto Seguro e, na ocasião, os componentes dessa expedição foram resgatados por padres jesuítas. Também consta

que este bandeirante teria cometido um crime no Arraial de Santa Ana do Príncipe, atual Caetité e, por conta desse ato, sua presença e atuação no Sertão da Ressaca continua sendo motivo de divergências e incertezas permanecendo uma lacuna historiográfica a ser preenchida.

Provavelmente, além de André da Rocha Pinto, outro bandeirante, João da Silva Guimarães também tenha passado pelo Arraial dos Poções em meados do século XVIII, realizando uma esparsa exploração de ouro, muito embora a presença dele ainda seja motivo de muitos questionamentos. Contudo, mesmo que tenha ocorrido à exploração de ouro, o que de fato corroborou para a efetiva ocupação da região foi à pecuária.

Sobre a ocupação e povoamento do Arraial dos Poções, acredita-se e, nesse aspecto existe certo consenso entre os pesquisadores, que, a fixação do bandeirante João Gonçalves da Costa nesta região foi viabilizada pelo Rio de Contas que o mesmo navegou até as proximidades do município de Jequié, iniciando a partir daí a sua penetração no território, vindo a se fixar na Fazenda Cachoeira, com sede no local onde se formou o atual município de Manoel Vitorino, numa área conhecida como Castanhal.

Paira uma incerteza quanto ao ponto inicial de onde João Gonçalves da Costa teria partido para conquistar o Sertão da Ressaca. Acredita-se que ele teria se fixado inicialmente na Imperial Vila da Vitória, atualmente Vitória da Conquista e de lá expandiu seus domínios. Entretanto, a pesquisa realizada por Manoel Alex da Silva Souza e Rhanes Souza Alves, aponta que primeiro ele se instalou na região do Arraial dos Poções e posteriormente se dedicou a conquista das terras que integra toda a região.

Para esclarecer que o início do povoamento do Sertão da Ressaca partiu das terras onde se organizou o Arraial dos Poções os pesquisadores indicam que, conforme registros dos testamentos de Manoel Gonçalves da Costa, filho de João Gonçalves da Costa e Josefa, o mesmo é natural do Arraial dos Poções, como também Bernardo Gonçalves da Costa, filho de Timotheo Gonçalves da Costa e Rita Maria da Conceição e, segundo consta, esta é a única localidade da região que pode ter havido exploração do ouro, minério que atraia os colonizadores. Daí porque o povoamento do Sertão da Ressaca deve ter iniciado a partir de Poções.

Durante a ocupação e povoamento do Arraial dos Poções é possível observar a participação de diversos agentes colonizadores, intencionalmente ou não, podemos destacar o índio, que desde o início da colonização do Brasil foi escravizado e utilizado como aliado do colonizador embora oferecesse forte resistência; o negro, trazido como escravo da África e também seus descendentes nascidos no Brasil; e, a frente de todo o processo, o português, principal articulador e beneficiário da colonização realizada na América portuguesa.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, v7, n7/8, 2003/2004, p129-151, Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

D) MATERIAL DE APOIO:

VIII Missa do Vaqueiro: **Poções BA, Paróquia do Divino**. Fevereiro 2023. You Tube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SKPXfRCzDIY>. Acesso em 13 de março de 2025.

AULA VI - JOÃO GONÇALVES DA COSTA E A POSSE DAS TERRAS NO SERTÃO DA RESSACA

DURAÇÃO 50 MINUTOS

A) OBJETIVOS:

- Analisar a trajetória de João Gonçalves da Costa na conquista do Sertão da Ressaca;
- Discutir a utilização dos índios no processo de ocupação e povoamento;
- Perceber a origem dos latifúndios, considerando as ramificações familiares;
- Considerar e argumentar sobre a possibilidade da ocupação do Sertão da Ressaca ter iniciado nos arredores do Arraial dos Poções;
- Debater a construção da imagem de herói/pioneiro de João Gonçalves da Costa.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- Distribuir com os alunos cópias do texto-síntese sobre João Gonçalves da Costa e os povos indígenas e solicitar deles que, em grupos de trabalho, façam a leitura e retrate através de desenhos ou frases, o comportamento do bandeirante na relação com os nativos e a reação dos povos originários diante da invasão de suas terras. (20 minutos)
- Entregar aos alunos imagens dos diversos povos indígenas que habitavam o Sertão da Ressaca e, ao mesmo tempo, entregar também para alguns alunos da turma, pequenas placas com o nome dos povos que teriam habitado o Sertão da Ressaca e posicioná-los em diferentes pontos da sala. Em seguida pedir aos alunos que observem bem as figuras e, depois de convencidos, se posicione ao lado do colega que exibe a placa cujo nome se refere à imagem que o grupo analisa. (10 minutos)
- Após o posicionamento dos alunos ladeando a placa que indica o nome do povo, cada um deve brevemente apresentar as razões de suas escolhas e prontamente o professor vai conferir as opções, apresentar as características de cada povo, corrigir possíveis equívocos e destacar os povos que majoritariamente habitavam o território que mais tarde viria se tornar o Arraial dos Poções. (20 minutos)

C) MATERIAL DA AULA:

PLACAS COM NOME DOS POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO DA RESSACA

BOTOCUDOS

MONGOIÓS

CAMACÃS

PATAXÓS

Texto-síntese 6: João Gonçalves da Costa e a posse das terras no Sertão da Ressaca

A presença do bandeirante João Gonçalves da Costa na região circunscrita nos arredores do Arraial dos Poções acontece na metade do século XVIII, provavelmente entre 1750

e 1760, quando foi lavrado o inventário de Clara Gonçalves da Costa, sogra de João Gonçalves da Costa, que já era casado com Josefa Gonçalves da Costa. O nascimento do seu filho Manoel Gonçalves da Costa, que se deu no povoado, indica que a fixação de seus pais nessa região se deu um pouco depois do seu casamento.

Em relação à origem de João Gonçalves da Costa, consta que ele era preto forro, natural de Chaves, cidade portuguesa e nasceu provavelmente em 1719. Veio para o Brasil aos 16 anos de idade e passou a integrar o terço de Henrique Dias – regimento militar de defesa do território colonial – formado por negros libertos, cujo nome homenageava o negro Henrique Dias por seu destaque na luta contra os holandeses.

Ele é comparado aos bandeirantes paulistas do século XVI no desempenho de suas funções, dado o espírito empreendedor, bravura e eficiência no trato com o aborígene, utilizando-se muitas vezes da violência com armas de fogo e armas brancas da mesma forma que seus compatriotas agiam na Província de São Paulo. Assim, João Gonçalves da Costa se destaca como o homem mais importante na conquista do Sertão da Ressaca, como um dos últimos bandeirantes que atuaram no sertão da Bahia.

Em 1744, João Gonçalves da Costa aparece integrando a bandeira do mestre de campo João da Silva Guimarães, ocupando o posto de capitão-mor, conforme patente assinada pelo conde das Galveas, André de Melo e Castro. Fez parte de expedições de caráter exploratório que partiam do norte de Minas Gerais, quando esta ainda se chamava Minas Novas e era integrante do território da Bahia.

Devido à morte de João da Silva Guimarães, João Gonçalves da Costa assume a liderança da bandeira dando prosseguimento aos seus objetivos, vindo a se instalar no Sertão da Ressaca. É bem provável que ele tenha seguido o mesmo caminho percorrido por seu provável antecessor, André da Rocha Pinto, vindo a se fixar nas proximidades do Arraial dos Poções.

Para levar adiante seu propósito o bandeirante tinha uma preocupação muito grande em expandir seus domínios e para isso passou a realizar incursões e submeter aos seus propósitos diversos aldeamentos indígenas, instalando fazendas de gado, propiciando assim as condições necessárias para a criação dos primeiros povoados e vilas do Sertão da Ressaca.

No intuito de estender sua área de controle e influência e assegurar a supremacia enquanto conquistador da região, para isso, passou a fazer a captura e apresamento de índios para abertura de estradas, compor as expedições exploratórias e combater os povos indígenas considerados inimigos, afugentando-as para o interior das matas mais distantes.

A família de João Gonçalves da Costa se tornara maior proprietária de terras no sertão

da Ressaca. Controlava um grande número de fazendas com extensão medidas em léguas, verdadeiros latifúndios, distribuídos entre seus parentes mais próximos, possibilitando a formação de diversos arraiais e povoados posteriormente.

João Gonçalves da Costa faleceu em 1819 na Fazenda Cachoeira, no atual município de Manoel Vitorino, provavelmente aos cem anos de idade. Mas, antes disso, fez a distribuição das terras que mais tarde daria origem a Poções aos seus familiares, ficando assim distribuídas: Raymundo Gonçalves da Costa, filho natural do bandeirante que se consagrou como conquistador, ficou com a Fazenda Morrinhos; seu filho legítimo, Manoel Gonçalves da Costa foi contemplado com a doação do lugar chamado Bezerro e parte da Fazenda Tarugo; Antonio Dias de Miranda com a Fazenda Uruba; João Dias de Miranda com a Fazenda Manga, atual município de Boa Nova; Timotheo Gonçalves da Costa e seus dois filhos, Roberto e Bernardo Gonçalves da Costa fixaram residência na sede do Arraial dos Poções, dando início ao povoamento deste território que alcança sua emancipação política em 1880.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, v7, n7/8, 2003/2004, p129-151, Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

D) MATERIAL DE APOIO:

BEZERRA, Juliana. **Povos indígenas do Brasil:** principais etnias, suas culturas e histórias. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/indios-brasileiros/>. Acesso em: 13 mar. 2025

SILVA, Daniel Neves. "Povos indígenas do Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/o-indigena-no-brasil.htm>. Acesso em 13 de março de 2025.

Hora da Filosofia: Matrizes Étnicas do povo brasileiro. <https://www.youtube.com/watch?v=OSwRHJHf73Y>. Acesso em 15 de março de 2025.

AULA VII: OS "PIONEIROS" NA ORGANIZAÇÃO DO ARRAIAL DOS POÇÕES**DURAÇÃO: 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Problematizar a ideia de pioneirismo no povoamento do Arraial dos Poções;
- Verificar os conflitos pela posse da terra já nos primórdios do Arraial dos Poções;
- Discutir o ponto inicial de povoamento do Arraial dos Poções;
- Analisar a força da religião no processo de ocupação e povoamento do Arraial dos Poções.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- De início o professor deve fazer um breve relato sobre a ramificação familiar esclarecendo a relação de parentesco entre Thimotheo, Bernardo e Roberto Gonçalves da Costa com João Gonçalves da Costa, procurando discutir a narrativa do dito pioneirismo no desbravamento do Sertão da Ressaca. (10 minutos)
- Para melhor esclarecer o processo de ocupação da área territorial que compreende o Arraial dos Poções, os alunos receberão cópias de um texto-síntese, destacando o pioneirismo de Thimotheo, Bernardo e Roberto Gonçalves da Costa na região e um mapa do Brasil destacando a Bahia, a região sudoeste e o município de Poções com seus respectivos limites para leitura, discussão e localização geográfica. (20 minutos)
- Concluídas as etapas de leitura e esclarecimentos, os alunos, distribuídos em grupos de trabalho, devem receber impressos, alguns mapas contextualizando o município de Poções em relação ao Brasil, a Bahia e ao território de identidade para observar e comentar nos grupos as observações pontuadas. (5 minutos)
- Com base na discussão, os alunos devem colorir de uma cor pré-definida; a Bahia no mapa do Brasil, o território de identidade o qual Poções está inserido no Estado e localizar Poções na área do seu território de identidade. (5 minutos)
- Após cada grupo concluir a tarefa com mapas, o professor deve solicitar que os alunos fotografem os mapas coloridos, mostrando Poções no contexto de Bahia e do respectivo território de identidade e façam sua exibição no datashow ou na TV. (10 minutos)

C) MATERIAL DA AULA:**Texto-síntese 7: Os "pioneiros" na organização do Arraial dos Poções**

Ao que tudo indica a vila dos Poções foi primitivamente povoação criada por Thimotheo Gonçalves da Costa com seus filhos Bernardo e Roberto Gonçalves da Costa, depois da conquista dos índios pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa. Provavelmente Thimotheo e seus filhos se instalaram às margens do Rio São José, que cortava a localidade ao meio,

ficando às suas margens as edificações mais antigas do lugar, inclusive os monumentos religiosos como a Capela de Nossa Senhora da Lapinha, a igreja mais antiga que foi construída no arraial e a Igrejinha do Divino Espírito Santo, sendo esta uma das poucas construções antigas que foi preservada.

Nessa época, anos finais do século XIX, o poder da Igreja Católica era decisivo para as ações políticas e administrativas. A influência religiosa era um dos fatores predominantes para a formação das cidades no Brasil, mesmo no período imperial. A existência de uma capela era atributo necessário para a fundação das vilas desde os primórdios da colonização. O Arraial dos Poções, desde a chegada dos primeiros povoadores ainda no século XVIII até a sua emancipação política no século XIX, recebeu muitas denominações. É muito comum encontrar documentos de época com o nome de Povoado dos Poções, Arraial dos Poções, Arraial do Espírito Santo dos Poções ou Arraial do Espírito Santo e Santo Antonio dos Poções. Esta última denominação consta do testamento de Bernardo Gonçalves da Costa, lavrado em 1842. Vale ressaltar que o nome Poções se deve pela quantidade significativa de poços encontrados nos seus arredores.

Na organização do Arraial dos Poções Thimotheo Gonçalves da Costa teve um papel decisivo. Este era filho de Mathias João da Costa e Clara Gonçalves e membro de uma família composta por dez irmãos, dentre estes, Josefa Gonçalves da Costa, esposa de João Gonçalves da Costa. Ele faleceu em 1783 na Fazenda Salinas, nas proximidades da sede do Arraial dos Poções. Sua morte levou o cunhado João Gonçalves da Costa solicitar a transferência da sede da Comarca de Jacobina para Ilhéus por ser esta vila mais próxima do que a vila de Jacobina, o que proporcionaria a diminuição dos custos e honorários para realização do inventário, entretanto seu pedido foi negado.

Os filhos de Thimotheo Gonçalves da Costa com Ritta Maria da Conceição, sendo estes, Bernardo Gonçalves da Costa e Roberto Gonçalves da Costa foram grandes proprietários de terras nos arredores do arraial e, em várias oportunidades Bernardo se pronunciou como o próprio povoador da região pertencente ao Arraial dos Poções. No seu testamento, Bernardo afirma ser natural e morador do distrito dos Poções, que foi casado duas vezes e teve onze filhos legítimos.

O Arraial dos Poções teve em sua circunscrição um grande número de fazendas, sendo que boa parte delas pertenceu a Roberto e Bernardo Gonçalves da Costa. Nessas propriedades se desenvolveram atividades agropecuárias, congregando um grande número de moradores; dentre os quais, estão presentes escravos, agregados, proprietários e familiares. A vida no arraial

vai se desenvolvendo num processo de interdependência das relações existentes entre áreas rurais mais próximas e o núcleo habitacional urbano.

As relações econômicas no Arraial dos Poções eram típicas de comunidades rurais do período colonial, como a criação de gado, equino e muar. Estes eram instrumentos de trabalho indispensáveis ao exercício dos ofícios de tropeiro, produção algodoeira, culturas de subsistência e outras baseadas na mão de obra escrava.

Transformado em vila em 1880, o Arraial dos Poções deu origem a diversos municípios que atualmente integram a região sudoeste, sendo estes: Jequié, Ibicuí, Iguai, Nova Canaã, Planalto, Bom Jesus da Serra, Caetanos e Mirante, dentre outros e, por conta desse desmembramento, Poções foi reduzido a pouco mais de 10 por cento da sua área original.

A Vila dos Poções foi instituída mais de um século depois da chegada dos primeiros habitantes, mas só passou a funcionar como tal em 25 de abril de 1883, quando passa a dispor de condições para alugar os prédios para funcionamento da Câmara e Cadeia, espaços elementares para o desenvolvimento das atividades políticas, jurídicas e administrativas, considerando que, um dos componentes desse tripé, no caso, a capela, já existia, compondo assim os três “C” indispensáveis para fundar uma vila: a capela, a câmara e a cadeia.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, v7, n7/8, 2003/2004, p. 129-151, Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

Localização geográfica: trabalhando com mapas

- Mapa do Brasil;
- Mapa da Bahia;
- Mapa do território que compreende o Sertão da Ressaca;
- Mapa do território de identidade da região Sudoeste;
- Mapa do município de Poções.

• D) MATERIAL DE APOIO:

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. Poções: pensar a cidade, desafios e possibilidades./Ana Emília de Quadros Ferraz [et al.], Vitória da Conquista: Editora Conhecer, 2015.

AULA VIII: USURPAÇÃO DO TERRITÓRIO E RESISTÊNCIA INDÍGENA**DURAÇÃO 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Analisar o impacto da chegada dos europeus na vida dos povos indígenas;
- Perceber como o modo de vida tradicional dos povos indígenas concorre para preservação e equilíbrio ecológico;
- Conhecer os artifícios utilizados pelos colonizadores para minar os mecanismos de defesa dos povos indígenas e submetê-los aos interesses coloniais;
- Destacar as formas de resistência dos povos indígenas para garantir a posse de suas terras, defender e preservar a vida, sua cultura e sua liberdade;
- Reconhecer a coragem, determinação, organização e estratégias dos povos indígenas no enfrentamento dos invasores, combatendo e retardando o processo de ocupação do interior e, em especial, do Sertão da Ressaca.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- O professor, antes de propor as atividades apresentadas a seguir deve pautar em sala de aula o eurocentrismo; fator ideológico predominante em nossa literatura que anula o protagonismo dos povos indígenas na luta pela preservação e posse de suas terras. Além disso, essa narrativa nos leva a ignorar que, parte do sucesso de muitos colonizadores se deve às alianças pontuais que firmaram com alguns povos rivais, armando o confronto destes. Ao final, as marcas que ficam são de heroísmo dos invasores e selvageria dos povos originários. Desta forma; a dominação, submissão e destruição realizada no passado continuam justificando o extermínio de antes e as atrocidades de hoje. (5 minutos)
- Em seguida o professor deve distribuir cópias do texto-síntese para todos os alunos e solicitar que, no tempo de 10 minutos e no espaço que julgarem mais conveniente, façam a leitura individual do texto e procedam as anotações e destaques das informações que apresentam maior relevância dentro da temática em questão.
- Ao concluir esse breve relato e, realizada a leitura do texto-síntese; o professor deve sugerir aos alunos que, em grupos previamente definidos, escreva um texto com 3 parágrafos de 5 linhas, apresentando a visão de cada um sobre as narrativas que predominam no Brasil, tendo como enfoque o colonizador e os povos originários na formação do Arraial dos Poções. (20 minutos)
- Para concluir, com a sala disposta em círculo, cada grupo apresenta seu texto e, em seguida abre para questionamentos e debates mediados por intervenções dos colegas e do professor. (15 minutos)

C) MATERIAL DA AULA:**Texto-Síntese 8: Usurpação do território e resistência indígena**

A presença dos portugueses e a ocupação do interior do Brasil em busca de riquezas causaram enorme impacto na vida dos povos indígenas, provocando uma mudança muito forte no modo de vida dos povos originários; sem contar a enorme devastação da natureza, causando um drástico desequilíbrio ecológico o que aprofundou ainda mais o processo de aculturação dessa população.

No Sertão da Ressaca havia uma vegetação variada com bosques e rios, além de diversas espécies de aves como araras vermelhas, papagaios falantes, periquitos de barriga amarela, onças e muitas espécies de répteis e animais que impressionaram os colonizadores. Na medida em que o processo de colonização avançava a paisagem era modificada e, em muitos casos, destruídas pela ação dos portugueses de olho no lucro e satisfação dos interesses capitalistas.

Os primeiros contatos dos portugueses com as populações indígenas do litoral se deram de forma amistosa, através de trocas, no primeiro momento com a extração da madeira em troca de bugigangas europeias como espelhos, facões, perfumes, aguardente e outros mais que fascinavam os nativos levando-os a cortar e transportar pilhas e mais pilhas do pau-brasil para os colonizadores.

Com o passar do tempo, na medida em que a colonização avançava, os índios foram percebendo a verdadeira intenção dos portugueses. Ao adentrarem para o interior, na medida em que se defrontava com as aldeias indígenas na maioria das vezes o confronto se estabelecia e a Coroa portuguesa passou então a enxergar os povos indígenas como um grande empecilho a realização do projeto de ocupação, exploração e povoamento do território.

Embora em número bem maior os aborígenes não conseguiram fazer frente às investidas dos colonizadores que para o confronto com os nativos utilizavam armas de fogo, propagavam doenças contagiosas, conquistavam a confiança para depois praticar a traição e atacá-los de surpresa, faziam alianças com alguns povos para incitar a guerra entre os indígenas rivais e realizavam a catequese através dos missionários católicos que reunindo os índios nas missões e reduções amenizavam e neutralizavam sua capacidade de resistência, facilitando o trabalho de colonização.

Apesar da desvantagem aparente, os indígenas resistiram para garantir seu espaço e sua liberdade provando sua valentia, coragem, força e consciência da sua legitimidade enquanto donos da terra. Dentre as formas de resistir dos nativos, além do confronto direto através da guerra, eles também fugiam para o interior das matas e mesmo quando eram capturados ou em situação na qual sua capacidade de reagir era anulada pelos colonizadores, eles chegavam a cometer o suicídio para não se submeterem a lógica da colonização.

O formato da resistência indígena, mesmo diante da sua desvantagem bélica era impressionante a tal ponto que algumas Capitâneas como a de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, apresentaram um lento desenvolvimento na ótica colonial por conta da presença e reação dos índios que, refugiados nas matas praticavam diversas formas de combate ao invasor.

Dentre os povos indígenas, os mais combativos era os imborés, a quem os colonizadores chamavam de botocudos, sendo temidos por colonos e até mesmo por outros grupos. Profundos conhecedores das matas onde habitavam, eles usavam desse conhecimento e de suas habilidades guerreiras para se movimentarem constantemente até o litoral atacando, roubando, matando e destruindo tudo que era possível para dificultar o avanço da colonização.

O intrépido bandeirante João Gonçalves da Costa ficou conhecido e reconhecido como o grande conquistador do Sertão da Ressaca. Embora ele tenha sagrado-se vitorioso arrasando populações indígenas utilizando armas poderosas e estratégia muito eficiente na época, não podemos retirar dos índios seus méritos de valentia e bravura na tentativa de impedir o colonizador de tomar suas terras e escravizar o seu povo.

Quando se exalta a figura do bandeirante dando-lhe grande destaque é preciso considerar que, na realidade, a verdadeira e justa exaltação deveria ser aplicada ao índio pela sua resistência e vontade de preservar sua liberdade. Contraditoriamente, a luta acirrada e determinada dos aborígenes contra os invasores, acabou por enaltecer a figura e o papel do conquistador no processo de conquista e colonização da América.

Alguns grupos indígenas, a exemplo dos mongoiós, aliaram-se aos colonizadores interessados no seu fortalecimento contra seus inimigos botocudos. Porém, as alianças constituídas entre índios e brancos beneficiavam prioritariamente estes últimos no seu projeto de conquista e ocupação da terra, sendo esses acordos muito instáveis. Para evitar a dominação colonial os índios também combatiam os próprios índios que se integravam a cultura, ao trabalho e aos intentos do homem branco.

Um dos alvos do ataque indígena eram as fazendas de gado que foram as principais responsáveis pela ocupação do território sertanejo onde habitavam os índios. Quando estes atacavam as fazendas matavam o gado como vingança, mas também aproveitavam da situação do núcleo habitacional do homem branco para atacar os moradores.

Como já foi destacado, é inquestionável o espírito de luta dos índios contra os cruéis colonizadores. Mas, se estes não conseguiram vencer os inimigos tendo a seu favor maior número de combatentes, isso se deve ao fato dos índios não disporem dos artefatos utilizados pelos colonizadores como a pólvora, o chumbo e armas dos mais variados tipos com alto poder

de letalidade para a época. Além disso, a religiosidade limitou o espaço físico do índio e, ao pacificá-lo, criou as condições ideais para o lento massacre desses povos, destruindo gradativamente seu modo de vida.

Em Poções o processo de extermínio e submissão dos indígenas foi muito semelhante ao que ocorreu nas demais regiões do País levando-os a quase completa destruição e os poucos que restaram passaram a viver nas matas do município até o início do século XX. Infelizmente, a memória que ficou cristalizada na sociedade foi, e ainda continua sendo aquela que referenda a condição de selvageria e inferioridade do povo indígena, ideia selada pela audaciosa visão europeia que ainda continua propalada pela escola e por outras instituições.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista, v7, n7/8, 2003/2004, p129-151, Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

D) MATERIAL DE APOIO:

AZEVEDO, Hercules. O Banquete da Morte: ocupação do Sertão da Ressaca; uma história para contar, Curitiba: Appris, 2022.

AULA IX –POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO DA RESSACA**DURAÇÃO: 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Conhecer os povos indígenas que habitavam o Sertão da Ressaca;
- Destacar a relação dos índios com a natureza;
- Analisar as formas de organização social dos índios;
- Conhecer a arte dos povos indígenas.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- Leitura do texto-síntese mediante cópias disponibilizadas pelo professor. (tempo de 10 minutos);
- Anotações sobre o texto-síntese com base no roteiro sugerido (20 minutos);
- Orientar a elaboração de cards, destacando aspectos culturais dos povos indígenas, onde cada grupo deve destacar hábitos e costumes de um povo diferente (20 minutos)
- Localizar o texto *o (amanhã não está à venda)* de Ailton Krenak, que consta do livro *a vida não é útil*, 1ª edição, companhia das letras, 2020.
- Após a leitura do texto de Krenak, cada grupo deve montar um painel destacando as ideias centrais do texto;
- Ouvir e cantar o Hino a Poções e discutir o conteúdo com base no roteiro de anotações.

C) MATERIAL DA AULA:**Texto-síntese 9: Povos indígenas do Sertão da Ressaca**

No território onde se constituiu a Capitania da Bahia é possível destacar três grupos linguísticos: o TUPI, do qual faziam parte Tupinambá, Tupiniquim, Tupinaê e Amolpirá, que habitavam o litoral, sendo as maiores vítimas da ação bandeirante; CARIRI, constituído pelos índios do nordeste até o Rio São Francisco; e os GÊS, formado por imborés, pataxós e camacãs.

Antes da chegada dos portugueses, os primeiros habitantes do Brasil viviam segundo seus costumes, crenças e tradições, organizando-se de acordo com a sua cultura mantendo seu próprio modo de vida. Os imborés habitavam a região compreendida entre Espírito Santo, Minas Gerais, Ilhéus e Porto Seguro. Mas com a investida dos bandeirantes e a ocupação de terras rumo ao interior, esse grupo foi expulso do litoral embrenhando-se nas densas matas do interior da colônia.

Os imborés eram chamados de botocudos pelos portugueses por conta do hábito de usarem um tipo de botoque nos lábios e orelhas; tinham uma cor mais clara, com cabelos fortes e pretos, costumavam raspar as sobrancelhas e barba ou apará-las, andavam seminus e

apreciavam a pintura dos corpos, vivendo da caça, pesca e coleta. Cultivavam poucos alimentos devido ao seu modo nômade de viver.

A divisão do trabalho era por sexo, ficando as mulheres com a colheita, cozinha e confecção de utensílios domésticos dentre outras atividades. Os homens se incumbiam da confecção de botoques, pesca e caça onde se destacavam. A liderança era caracterizada pela bravura ligada a forças sobrenaturais e os chefes orientavam a guerra, resolviam os problemas da tribo e organizavam as migrações. Vitórias e boas caçadas motivavam a realização de festas, danças e cantos.

Os pataxós disputavam os territórios com os portugueses e guerreavam como os botocudos, sendo obrigados a se refugiarem no sul da Bahia, adentrando as matas do interior. Habitavam os rios Cachoeira e Pardo, andavam em pequenos grupos, eram nômades e se alimentavam da caça, da pesca, coleta de frutos e raízes. Usavam talos de bambu nos lábios e orelhas como adereços, andavam nus e também apreciavam a pintura dos corpos.

Habitantes do Sertão da Ressaca como os demais, os mongoiós era um dos grupos mais conhecidos da região e considerado um subgrupo dos camacãs. Lutavam em defesa do território, mas tornaram-se vítimas da colonização sendo forçados a se internarem nas matas da região. Viviam entre os rios Pardo, Colônia, Jequetionha e das Contas. Cultivavam alimentos como banana, milho, mandioca e batatas que comiam assadas. Cultivavam algodão do qual faziam cordas de ótima qualidade e era um dos grupos mais avançados na organização social e econômica.

Os mongoiós depilavam o corpo e o rosto e costumavam pintar o corpo de preto e vermelho, faziam colares com dentes de macacos, unhas de anta e sementes grandes. Confeccionavam panelas e vasos de barro demonstrando serem artesãos de grandes habilidades. Os casamentos aconteciam com grandes festas, o jovem precisava pedir a permissão do chefe da aldeia para se casar e quando o casamento se dava com pessoas de aldeias diferentes havia uma troca. O povo indígena de onde saía a moça recebia uma mulher do outro grupo para compensar.

Os índios brasileiros viviam em harmonia com a natureza e com os seus semelhantes embora houvesse conflitos entre os grupos rivais. Não se conhecia entre eles nenhuma forma de exploração do outro, expropriação do lucro ou qualquer forma de organização social baseado numa estrutura de Estado com centralização de poder ou burocracia política.

Um provérbio popular infere que inexistia no alfabeto indígena tupi-guarani três letras: o “F”, o “L” e o “R”. O (f) simbolizava a fê, representada pelo catolicismo e impostas aos índios

pelos colonizadores; o (l) é a imposição da lei, a implantação das instituições jurídicas com a chegada dos governadores gerais a partir da década de 1540, nesse momento se instalou o primeiro governo geral na Capitania da Bahia de Todos os Santos, em Salvador, Tomé de Souza; o (r), representa o rei, com a chegada de Dom João VI em 1808 e a família real que fugiu de Portugal para o Brasil. Conforme descreve o provérbio, temos aí todos os elementos utilizados para o extermínio de grande parte da população indígena brasileira.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista, v7, n7/8, 2003/2004, p129-151, Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

Roteiro de anotações:

1. Povos que habitavam o Sertão da Ressaca;
2. Divisão e sentido do trabalho para os índios;
3. Alimentação básica dos povos indígenas;
4. Organização, poder e autoridade nas aldeias indígenas;
5. A arte dos povos indígenas;
6. Letras, que segundo provérbio popular não consta do alfabeto indígena.

Hino a Poções

Autores: Massimo Ricardo de Benedictis e Carlos Napoli.

Só tu, Poções,
Tiveste a glória...
Na tua história
Não há sangue a lamentar...
Somos a paz, amor e fé
E alegria para dar a quem quiser...
Teu céu azul, tuas crianças
Verdes campos, Norte-Sul,
Teu povo livre, mente sã
E a juventude, esperança do amanhã...

Sempre Poções, torrão baiano,
Pedaço lindo do Brasil aqui está...
Braços abertos, calor humano
Pra receber quem quer que seja pra ficar...
Teu céu azul, tuas crianças
Verdes campos, Norte-Sul,
Teu povo livre, mente sã
E a juventude, esperança do amanhã...
Teu povo livre, mente sã
E a juventude, esperança do amanhã...

TEMA: Hino oficial de Poções

PROPOSTA: produção de texto.

ORIENTAÇÕES: Após a leitura do texto-síntese os povos indígenas do Sertão da Ressaca, leia com atenção o hino a Poções, se detenha na primeira estrofe para refletir e emitir opinião sobre a história de Poções, considerando o processo de ocupação, povoamento e posse das terras pela ação dos bandeirantes.

D) MATERIAL DE APOIO

KRENAC, Ailton. A vida não é útil, 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

AULA X – ESCRAVIDÃO E PRODUÇÃO NA REGIÃO SERTANEJA**DURAÇÃO: 50 MINUTOS****A) OBJETIVOS:**

- Reconhecer o papel do negro na estrutura econômica e social do Arraial dos Poções;
- Destacar as principais atribuições do negro na dinâmica produtiva do Arraial dos Poções;
- Analisar as atribuições do escravo vaqueiro em relação às demais exercidas no Arraial dos Poções;
- Discutir a influência da pecuária na ocupação e povoamento do Arraial dos Poções.
- Pesquisar lutas e marcas da resistência negra no Sertão da Ressaca.

B) ATIVIDADES SUGERIDAS:

- Iniciando a aula o professor faz uma breve exposição sobre escravidão, resistência, liberdade e racismo (tempo de 5 minutos);
- Logo em seguida os alunos devem realizar a leitura do texto-síntese mediante cópias disponibilizadas pelo professor. (tempo de 5 minutos);
- Concluída a leitura, o professor apresenta, comenta e orienta a turma com base em um roteiro sinalizando anotações, tarefas e comentários. (tempo de 10 minutos).
- Exibir em data previamente combinada o documentário As Memórias de um Quilombo Vivo do diretor e produtor Rogério Saguí;
- Agendar com o autor uma data para uma roda de conversa com os alunos sobre o documentário;
- Visitar a Comunidade Quilombola de Lagoa do João para conhecer, fotografar e entrevistar as lideranças quilombolas, mediante roteiro previamente elaborado.

C) MATERIAL DA AULA:**Texto-síntese 10: Escravidão e economia sertaneja**

O Arraial dos Poções era circundado por fazendas de gado e estas desenvolveram formas específicas de reprodução da vida material, principalmente por meio da pecuária, primeira atividade econômica introduzida pelo colonizador na região. Na produção agrícola se destaca o algodão usado na confecção artesanal de roupas para a população local, inclusive para os escravos; cultivavam também o feijão e o milho e desenvolviam diversas atividades essenciais à vida da comunidade, evidenciando uma dinâmica interna que contava com a utilização efetiva do escravo negro na produção.

Ao descrever as características físicas e as funções exercidas pelos escravos são

revelados elementos até então desconhecidos da população local. Havia escravos vaqueiros que pastoreavam o gado no meio da mata, protegendo-os dos ataques dos índios e dos animais ferozes; esse tipo de escravo era mais caro sendo avaliado nos inventários por um preço superior aos escravos que atuavam na lavoura.

É preciso ressaltar que foi a exploração aurífera que trouxera os bandeirantes ao Arraial dos Poções, sendo as incursões em busca do ouro realizadas nas serras do Timorante e Uruba, exatamente na região limítrofe entre os atuais municípios de Poções e Boa Nova. Mas, é importante reafirmar que o fator propulsor da expansão dos domínios da família Gonçalves da Costa por todo o Sertão da Ressaca foi, sem sombra de dúvida a pecuária com ênfase na criação de gado bovino.

Todas as atividades econômicas desenvolvidas tinham como base da produção o emprego da mão de obra escrava, sobretudo do negro de origem africana, muito embora, no início da ocupação e expansão dos domínios lusitanos pelo sertão, se utilizou bastante dos serviços compulsórios dos indígenas para abertura de estradas, indicação e delação dos aldeamentos dos grupos rivais, levando assim estes a contribuir, ainda que inconscientemente para a dizimação dos seus iguais.

Estabelecer fazendas para a criação de gado e o cultivo de gêneros agrícolas essenciais tornaram-se as principais atividades econômicas dos colonizadores no Arraial dos Poções. Dentre os maiores pecuaristas se destacam Raymundo Gonçalves da Costa com 330 cabeças de gado vacum em 1839, Joana Maria das Graças com 82 cabeças em 1845, Rozaura Gonçalves da Costa com 41 cabeças em 1850 e Joana Gonçalves do Espírito Santo com 22 cabeças de gado em 1898. Já nessa época, final do século XIX, há sinais do cultivo do café que aparece em um dos inventários numa quantidade de 1300 pés, avaliados em 1 conto e trezentos mil réis.

O gado era criado de forma extensiva, exposto aos ataques dos animais ferozes e dos índios, pois os rebanhos viviam no meio da mata sob os olhares atentos dos escravos, responsáveis diretos pelo pastoreio. Aparentemente era uma atividade relativamente fácil a do vaqueiro se comparada com os demais escravos que trabalhavam nas minas e na lavoura. Mas, o escravo vaqueiro também desempenhava o perigoso trabalho de amansar os cavalos. Havia um comércio significativo de escravos e movimentava grandes somas em dinheiro, pois estes eram instrumentos de trabalho indispensáveis na empresa colonial portuguesa, cujos registros descrevem suas características físicas, psicológicas e habilidades manuais. Geralmente o escravo era avaliado pelo vigor físico e pelo estado de saúde do corpo e da mente. Na época o

escravo se constituía no bem mais valioso e superava o valor atribuído a grandes extensões de terras.

Diversas atividades eram exercidas pelos escravos, assim sendo, existiam escravos vaqueiros, trabalhadores da roça, serviço doméstico e outras funções como a de sapateiro, oleiro, ferreiro e carpinteiro, revelando assim que, no sertão, era desenvolvida uma variedade muito grande de atividades econômicas não se restringindo apenas as relacionadas à mineração, pecuária e a lavoura de cana-de-açúcar.

Ainda com referência a economia sertaneja merece destaque o trabalho dos tropeiros que eram os responsáveis pela efetivação das trocas e transporte de mercadorias entre as fazendas espalhadas por todo o Sertão da Ressaca. Suas tropas reuniam um grande número de cavalos, mulas, arreios e os instrumentos de montaria e carga como as caixas encouradas utilizadas nas tropas para acomodar e transportar as mercadorias, também muito utilizadas pelos fazendeiros.

Se a pecuária foi à atividade econômica que deu impulso ao processo de ocupação e povoamento sendo considerada a mais lucrativa no contexto da economia sertaneja é também verdade que essa atividade produtiva e as demais não teriam viabilidade e não atingiria o grau de importância financeira e social se não estivesse aliado a tudo isso a mão de obra escrava e em especial do escravo africano. Portanto, toda pujança que se verificou no Sertão da Ressaca se deve em grande parte ao trabalho desenvolvido pelos escravizados.

REFERÊNCIA: SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX. *Memória Conquistense: Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista*, v7, n7/8, 2003/2004, p129-151, Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2007.

Roteiro de anotações:

1. Atividades econômicas desenvolvidas no Arraial dos Poções;
2. Localidades onde pode ter ocorrido exploração do ouro;
3. Criadores de gado nas fazendas nos arredores do Arraial dos Poções;
4. Força de trabalho que movimentava o Arraial dos Poções;
5. Funções que os escravizados desenvolviam no Arraial dos Poções;
6. Comércio de escravos no Arraial dos Poções;
7. Importância dos tropeiros para intercâmbio comercial e comunicação;
8. Possíveis sinais e marcas da escravidão e resistência negra no Sertão da Ressaca.

D) MATERIAL DE APOIO

SARNO, Antonio Leandro Fagundes. Comunidades Quilombolas de Poções – Bahia; O Poder Popular, março 2024. Disponível em: <https://opoderpopular.com.br/comunidades-quilombolas-de-pocoas-bahia/>. Acesso em 21 de março de 2025.

7 PRODUÇÃO DE CORDÉIS

Temática: Cordelizando Poções

Este ano Poções completa 145 anos de emancipação política. Mesmo com tantos anos de história pouco discutimos sobre o nosso “chão” e, esporadicamente, paramos para observar e reafirmar nossos valores, nossas tradições. Em se tratando do município de Poções, pautando a história local e regional, lamentavelmente, nosso conhecimento ainda é muito superficial. Nesse contexto, a proposta de trabalho apresentada pretende pesquisar, discutir e conhecer um pouco do que fomos, somos e podemos ser.

Os textos e lugares sinalizados a seguir devem orientar os estudos e, na medida do possível, estabelecer uma relação do tempo presente com o passado e contribuir para interiorizar a leitura e oportunizar na observação dos lugares de memórias, inspiração e motivação na escrita dos cordéis que serão apresentados pelos alunos para conclusão e culminância de todos os tópicos trabalhados na sequência didática, relativos à ocupação, povoamento e confrontos na constituição do Arraial dos Poções.

Para fundamentar a produção dos cordéis, os textos-síntese que já foram discutidos podem ajudar a entender e relacionar os temas abaixo indicados com os espaços de memória que serão observados e investigados para subsidiar a produção de cordéis discutindo entre outros aspectos:

- Ocupação do território brasileiro
- Ocupação do território baiano
- Bandeirantes e o desbravamento do sertão
- O gado na economia do Sertão
- Ocupação e povoamento do Arraial dos Poções
- João Gonçalves da Costa e a posse das terras no Sertão da Ressaca
- Os “pioneiros” na organização do Arraial dos Poções
- Usurpação do território e resistência indígena
- Povos indígenas do Sertão da Ressaca
- A escravidão e a economia sertaneja

Investigar nossa trajetória através dos lugares de memória, perceber a luta daqueles que nos antecederam e reafirmar a capacidade criativa de nossa gente na conformação do município de Poções é nosso maior anseio. Dessa forma, pretendemos ir descobrindo os cantos e encantos, dores e labores do povo de Poções, tendo como referência espaços de memória e sua íntima relação com o processo de ocupação e povoamento do Arraial dos Poções.

Tendo em vista o conteúdo base a ser trabalhado, foi pensado e proposto referenciar esses conteúdos a alguns lugares da cidade que guardam alguma relação com a temática em discussão, daí porque estamos sugerindo espaços que remetem aos conteúdos estudados na intenção de que os estudantes possam estabelecer uma relação e aproximação no intuito de melhor entender esse movimento e, a partir da impressão advinda dos lugares, desenvolver um repertório de informações e conceitos que os ajudem na produção dos cordéis. Nessa direção, os lugares de memória escolhidos e apresentados a seguir devem atuar como fonte de inspiração para os estudantes realizarem uma boa produção e argumentação, a partir dos seguintes lugares:

- Avenida Coronel João Gonçalves da Costa - Bairros Primavera e Bela Vista;
- Rua André da Rocha Pinto - Bairro Lagoa Grande;
- Avenida Timóteo Gonçalves da Costa – Centro, Alto do Recreio, URBIS e Santa Rita;
- Rua dos Mongoiós – Bairro Primavera;
- Capela de Nossa Senhora da Lapinha – Bairro Primavera;
- Igrejinha do Divino Espírito Santo – Bairro Centro;
- Rio São José – Perímetro urbano e rural;
- Capelinha de Santo Antônio – Povoado de Morrinhos;
- Usina de leite – BA 262, Loteamento Águas do Sertão.
- Comunidade Quilombola – Zona rural: Lagoa do João, Pimenteira e Vassouras.

7.1 Orientações didáticas:

- Cada grupo de trabalho deve estudar e produzir sobre um lugar de memória;
- O grupo deve levantar informações sobre o lugar e/ou personalidade que nomina o espaço;
- As informações podem ser levantadas mediante pesquisa bibliográfica ou entrevistas;
- Os grupos devem produzir um cordel relativo ao lugar ou pessoa estudada;
- Os cordéis devem ser ilustrados com imagens afins e expostos ao público numa mostra;
- Os cordéis podem ser apresentados num sarau realizado na escola em data pré-definida;
- Cada cordel entregue deve conter um roteiro de interpretação e apresentação;
- Devem constar nos cordéis nomes dos integrantes de cada grupo, colégio, disciplina e professor.
- Cordéis de diversos autores serão disponibilizados para leitura, pesquisa e orientação dos grupos.

7.2 Avaliação e culminância

O trabalho pode ser desenvolvido no decorrer de uma unidade letiva, aproximadamente 70 dias, sendo recomendado que, sua aplicação aconteça na unidade II, depois de um período em que os alunos já se readaptaram a rotina escolar e, também, porque, geralmente, a primeira unidade e a terceira unidade, costumam ser as mais curtas do ano letivo.

Para produção dos cordéis o professor com o apoio da secretaria do colégio vai disponibilizar todo material necessário para que os alunos possam desenvolver o trabalho, inclusive o transporte para o deslocamento dos grupos até o local para visita de campo, entrevistas, registro fotográfico e vídeos que serão produzidos.

Aos grupos de trabalho será disponibilizado um cordel para que possam consultar e se familiarizarem com a linguagem dessa literatura e, pouco a pouco, possam absolver o formato e produzir seus respectivos cordéis, considerando a temática que ficaram de desenvolver, o lugar de memória a observar e estabelecer relações com os conteúdos estudados.

O processo de avaliação será pautado pelo envolvimento do aluno nos grupos de trabalho, sua participação durante as aulas, realização das atividades propostas, produção e apresentação dos cordéis na mostra e no sarau que serão organizados e realizados na escola. Para isso, a programação será divulgada com antecedência e, na data definida, uma parte do tempo pedagógico, inclusive das outras disciplinas devem ser destinado para culminância, preferencialmente após o intervalo.

Para a culminância podemos convidar alguns cordelistas da cidade para apresentarem um de seus trabalhos e prestigiarem a apresentação dos cordéis produzidos pelos alunos, discutindo o processo de ocupação, povoamento e confrontos na organização do Arraial dos Poções. Também podemos convidar cantadores e violeiros para se apresentarem no intervalo de apresentação dos cordéis da turma. E se a direção do colégio abraçar, podemos realizar um concurso dos melhores cordéis e premiar o 1º, 2º e 3º lugares.

Todos os cordéis apresentados serão reunidos em uma coletânea para possível publicação, procurando fazer uma tiragem significativa para que cada escola da rede estadual e municipal receba uma quota de exemplares, ficando a disposição dos professores para utilizarem em suas aulas e, quem sabe, levar para a sala de aula a literatura de cordel, buscando intermediar e ilustrar o processo ensino-aprendizagem.

A depender da qualidade e receptividade dos cordéis produzidos pelos alunos, podemos propor e agendar com as escolas da rede municipal uma sequência de apresentação dos cordéis para os alunos do município no sentido de propagar e incentivar a leitura, produção e utilização

do cordel como material didático muito interessante para mediar o ensino e aprendizagem de História.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Hercules. **O Banquete da Morte**: ocupação do Sertão da Ressaca; uma história para contar, Curitiba: Appris, 2022.
- ABREU, Márcia. **Amor, História e Luta. Antologia de Folhetos de Cordel**. Editora Moderna, 2005.
- ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. São Paulo: Mercado de letras, 2006.
- BEZERRA, Juliana. **Povos indígenas do Brasil**: principais etnias, suas culturas e histórias. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/indios-brasileiros/>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BEZERRA, Juliana. **Capitanias Hereditárias**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/capitanias-hereditarias/>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- BEZERRA, Juliana. **Brasil Colônia**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/brasil-colonia/>. Acesso em: 12 mar. 2025
- DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **Poções**: pensar a cidade, desafios e possibilidades./Ana Emília de Quadros Ferraz [et al.], Vitória da Conquista: Editora Conhecer, 2015.
- KRENAC, Ailton. **A vida não é útil**, 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2020.
- SANTOS, Ary Leonan Lima. **Utilização do cordel como ferramenta para o ensino de história**: conceitos, repertórios e experiências. 102f. Dissertação (Mestrado Profissional) Mestrado Profissional em Ensino de História. Universidade Federal de Sergipe. 2018.
- SOUSA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rhanes Souza. **Ocupação da terra e pecuária no Arraial dos Poções no século XIX**. 78f. Monografia (Trabalho monográfico apresentado à Profª Ms. Maria Aparecida Silva de Sousa), requisito para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2002.
- SARNO, Antonio Leandro Fagundes. **Comunidades Quilombolas de Poções**- Bahia; O Poder Popular, março 2024. Disponível em: <https://opoderpopular.com.br/comunidades-quilombolas-de-pocoas-bahia/>. Acesso em 21 de março de 2025.